

Cláudia Adriana Zamboni Rossi

**POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA: UM
ESTUDO DA ESCOLA DE AGENTES LEIGOS DE
VACARIA/RS
(1986-1995)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, RS, como requisito parcial para a defesa sob orientação do prof. Dr. Telmo Marcon

Passo Fundo

2013

À todas as pessoas que amo e que fazem
acreditar que minha vida vale a pena,
À Deus, minha família, amigos, colegas de
trabalho e orientador pelo apoio, força,
incentivo, companheirismo.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela sua sensível presença em todos os momentos de minha vida.

Especialmente à minha família, maior incentivadora, para que minha formação fosse possível e que esta pesquisa pudesse ser realizada, tias, tios, meu irmão Ricardo e minha irmã Margareth.

Aos meus pais Velocino e Hiarahy, exemplos vivos de perseverança e sabedoria .

Ao meu amor e amigo Giovani, que sonhou, sofreu, vibrou e se alegrou comigo; que me encorajou nos momentos difíceis que sempre acreditou na possibilidade de buscar o horizonte, pelo apoio e carinho, dando-me palavras de incentivo e compreendendo os excessos de ausência necessários para alcançar meu objetivo.

Aos meus filhos Esther, Emanuele, Giovana e Maicon que me ensinam diariamente, pelo seus sorrisos e amor a não desistir de sonhar com um mundo novo.

Aos amigos que compreenderam minhas ausências e que sempre estiveram na torcida para que eu conseguisse realizar meus desejos, principalmente a Sueli, Itaise e Luciana.

Agradeço a Dom Orlando Dotti, que me ensinou que é possível estabelecer relações justas e fraternas.

Agradeço imensamente aos sujeitos desta pesquisa que partilhando suas memórias contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

E de forma muito especial a Telmo Marcon orientador . Por sua orientação segura, atenção, confiança e compromisso. Pela sua maneira firme e inteligente de ser, me fazendo acreditar que era possível.

A todos os professores do mestrado, colegas e amigos que contribuíram para a construção deste trabalho.

A todos que mesmo sem serem citados estão em minha memória.

Agradeço a amizade e apoio .

Olhar a vida, e os lírios do campo
Com olhos de simplicidade
Fazer laços e a luz do mundo,
Com mãos de gentileza.
Abrir horizontes, com o sal da terra
E alavancas de esperança.
Fazer caminhos, como os profetas,
Com passos de fé,
Mas sobretudo, de amor.

Giovani Rossi

RESUMO

O resgate da Teologia da Libertação, que em seus processos metodológicos prioriza um *novo jeito de ser igreja*, apresenta a experiência de educação não formal como alternativa visando a desenvolver propostas de formação continuada, nas quais os sujeitos envolvidos são protagonistas do processo educativo. Um desses espaços foi constituído pelas Escolas de Formação de Leigos, entre os anos de 1970 e 1980, nas várias dioceses brasileiras. Esta pesquisa está focada na Diocese de Vacaria, Rio Grande do Sul, que em 1988 iniciou uma experiência de educação popular com a criação de uma Escola de Agentes de Pastoral (EAP), para leigos católicos. Nesse sentido, foram buscados na educação popular subsídios teóricos que possibilitassem a conscientização dos sujeitos sobre sua realidade e suas práticas. O foco da pesquisa consiste em investigar o desenvolvimento da Escola de Agentes Leigos de Pastoral da Diocese de Vacaria: os temas trabalhados, a metodologia utilizada, os impactos da formação dos agentes que dela participaram. Na reconstrução e compreensão dessa experiência de educação popular foi utilizada uma abordagem dialética, por meio da qual procedeu-se à análise da experiência como um todo, seus avanços, conflitos e contradições. Foram analisadas diferentes fontes, entre elas documentos dos registros da Diocese N. Sra. da Oliveira; entrevistas com os coordenadores da Escola de Agentes de Pastoral e uma amostragem de leigos que participaram da escola; registros escritos resultantes da sistematização realizada nas diferentes etapas do curso. Assim, este trabalho mostra como a formação continuada da Escola de Agentes Leigos de Pastoral influenciou nas ações cotidianas dos sujeitos participantes na comunidade local.

Palavras-chave: Teologia da Libertação; Educação Popular; Formação Continuada.

ABSTRACT

The rescue of Theology Of Liberation in which its methodological processes prioritizes a new way of being church, presents the experience of non-formal education as an alternative in order to develop proposals for Continuing Education, where the protagonists are individuals involved in the educational process. One of these spaces were constituted by schools of training lays between the years 1970 and 1980 in several Brazilian dioceses. This research is focused in the Diocese of Vacaria, Rio Grande do Sul state, where in 1988 began an experience of popular education with the creation of a School of Pastoral Agents (EAP) for Catholic layman. In this sense, theoretical support was sought in popular education, that would allow the awareness of individuals about their reality and their practices. The focus on the research consists of investigating the development of the School layman of Pastoral agents, from the Diocese of Vacaria: the topics worked, the methodology used, the impact of training the staff that took part . In the reconstruction and understanding of this experience of popular education, it has been used a dialectic approach, in which the analysis of the experience was proceeded as a whole, its advances, conflicts and contradictions. Different sources were analyzed, including documents from the records of the Diocese N.Sra Oliveira; interviews with the coordinators of the school, written records resulting from systematization performed in different stages of the course. Thus, this paper shows how the continued training of the layman Pastoral Agents influenced the everyday actions of the individuals participating in the local community.

Key words: Theology Of Liberation; Popular Education; Continuing Education.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS LEIGAS	12
2.1 A formação de leigos no contexto da teologia da libertação	12
2.2 O contexto sociopolítico, econômico e social latino-americano	16
2.3 A formação e a participação política	28
2.4 A Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e a nova compreensão de formação	40
ESCOLA DE AGENTES LEIGOS DA DIOCESE DE VACARIA/ RS	47
3.1 Trajetória da escola de agentes de pastoral	47
3.2 Metodologia	58
3.2.1 Espiritualidade engajada	61
3.3 O papel do intelectual orgânico	62
3.4 Formação de intelectuais orgânicos	71
TRANSFORMAÇÃO DOS SUJEITOS PELA EDUCAÇÃO POPULAR	75
4.1 O processo de formação e as mudanças nas práticas sociopolíticas dos agentes	75
4.2 Educação popular e práticas emancipatórias	78
4.3 Ressignificando a prática	82
4.4 Formação de educadores: compromisso ético e político	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
Fontes	116
Entrevistas	116

1 INTRODUÇÃO

Desde o início de minha formação na docência como professora no magistério sempre estive ligada a pastoral da juventude; ao ingressar na Universidade de Caxias do Sul, no curso de Pedagogia, militei no movimento estudantil, recebi e participei de processos coletivos de formação que foram contribuindo para as escolhas que fui fazendo ao longo de minha vida, tanto pessoais como profissionais.

Em minha graduação em Pedagogia, realizada entre os anos de 1984 e 1988, tive a oportunidade de estudar Paulo Freire, e compreendi meu papel histórico como sujeito capaz de participar, a partir do trabalho como educadora, das mudanças e transformações sociais necessárias. Iniciei trabalhando como professora de filosofia, de religião e de legislação de ensino, em colégios particulares do município de Vacaria. Ao mesmo tempo em que estudava na faculdade à noite, trabalhava como voluntária numa creche da periferia. Essas realidades diferentes e tão desiguais sempre me inquietaram, uma vez que as questões discutidas no curso estavam descoladas das condições de vida existentes na creche e no subúrbio.

Porém, a partir de minha militância nas pastorais sociais, fui percebendo que a formação recebida, os processos utilizados e as experiências de educação popular ofereciam alternativas de formação onde os sujeitos não só se aproximam do conhecimento sistematizado, mas estabelecem relações com a realidade, proporcionando um pensar criativo e propositivo. Esse movimento construtivo foi reafirmando a escolha de me tornar uma educadora capaz de articular a teoria à prática em vista da transformação.

Tendo em vista essas questões o tema da presente dissertação passou a fazer parte das minhas preocupações. Considerando a relevância da experiência de formação de educadores na escola de leigos em Vacaria e a necessidade de teorização sobre a sua importância, ela se torna o objeto da presente pesquisa. O compromisso da Diocese com a formação de lideranças leigas engajadas está vinculado ao trabalho que a igreja católica instituiu, a partir da organização e difusão da teologia da libertação, desde a década de 1960. Segundo Clodovis Boff (1980, p.35), a igreja passa a se preocupar “com as questões teóricas, com a epistemologia de um discurso da fé, com a articulação justa entre a fé e os conflitos sociais”.

A presente pesquisa tem como tema “Política de formação continuada: um estudo da escola de agentes leigos da Vacaria (1986-1995)” e como objetivo geral conhecer e

aprofundar a experiência de desenvolvida pela Diocese de Vacaria com a formação de agentes leigos numa perspectiva crítica e transformadora. Para tanto, busca-se analisar essa experiência no contexto de transformações que ocorreram no âmbito da igreja católica pós-Vaticano II e da teologia da libertação em relação à formação político-pedagógica e teológica dos leigos. Busca, também, analisar como a Diocese de Vacaria, tendo como referência fundamental Dom Orlando Dotti, se engaja nesse movimento e implementa uma proposta de formação através da escola. Finalmente, busca aprofundar como os sujeitos do processo, coordenadores e participantes, avaliam as transformações que ocorreram nas suas consciências e também nas atividades comunitárias, nos sindicatos, em partidos e demais organizações sociais. A pesquisa poderá contribuir, através desse estudo, na discussão e aprofundamento de políticas públicas de formação continuada de educadores e engajamento político dos mesmos.

O problema de pesquisa foca-se na análise de como a experiência de formação de leigos em Vacaria, ancorada na pedagogia da educação popular, se articula com as transformações mais amplas da teologia da libertação, bem como seus compromissos com a formação de leigos engajados politicamente visando uma atuação crítica e emancipadora. Busca analisar as bases político-pedagógicas da escola e como o trabalho de formação foi criando as condições para os participantes se tornarem sujeitos atuantes em seus diferentes espaços sociais.

Para realizar a pesquisa buscaram-se elementos teóricos oriundos de uma abordagem dialética, analisando a experiência dentro de um contexto mais geral de transformações no Brasil e na América Latina. A metodologia apoiou-se na produção bibliográfica-documental, especialmente sobre as transformações da igreja na América Latina e educação popular, e a análise da experiência de formação de leigos através de documentos, relatos pessoais, histórias de vida, entrevistas. Os documentos analisados foram produzidos pela própria Diocese durante o período de planejamento e execução das atividades da Escola envolvendo atas de reuniões das Assembleias Gerais, os planos de trabalho, Relatórios de Atividades e as avaliações feitas pela equipe interna de trabalho, bem como os boletins informativos, cadernos de formação, cartazes, folhetos de cantos, etc. A maioria destes materiais são mimeografados e estão nos arquivos da Diocese de Vacaria. Outras referências bibliográficas sobre a história da Diocese de Vacaria e da vida de Dom Orlando Dotti nos auxiliaram na contextualização da Escola de Formação.

Como parte das fontes, optou-se por realizar algumas entrevistas com os protagonistas deste processo recuperando elementos das suas vivências. A escolha dos entrevistados considerou aspectos como: participação em diferentes períodos de formação; homens e mulheres; diferentes funções que exercem nas comunidades. As entrevistas apoiaram-se em questões semi-abertas, sendo gravadas e transcritas. As mesmas têm autorização dos participantes para o uso e publicação. As entrevistas realizadas, caracterizaram-se, segundo o CPDOC,

Por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. [...] permitem compreender como indivíduos experimentam e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros. [...] compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. (CPDOC, 2012)

A existência de inúmeras possibilidades metodológicas estudadas e apresentadas ao longo dos anos de estudo – em especial no curso de mestrado – levou a optar pela contribuição de alguns autores, os quais serão fios condutores no processo de análise da pesquisa, realizando a tessitura necessária para a compreensão do todo, buscando novas construções teóricas, e possíveis contribuições para uma educação transformadora. Entre esses autores, destaca-se Paulo Freire, em especial, as obras *Pedagogia do Oprimido* (1983) e *Educação como prática da Liberdade* (1982).

A dissertação está estruturada em três capítulos, sendo que no primeiro são examinados alguns elementos da trajetória da Teologia da Libertação na América Latina, em especial a dimensão político-pedagógica adotada na formação de leigos. O objetivo deste capítulo é identificar as tendências, nas décadas de 1970 e 1980, da teologia da libertação em fazer avançar experiências de educação popular, valorizando os sujeitos que historicamente permaneceram à margem da história, ou seja, os oprimidos. O foco está em identificar as tendências de transformação que estavam ocorrendo no âmbito das instituições, especialmente no âmbito da igreja.

No capítulo segundo, analisa-se a experiência desenvolvida na Diocese de Vacaria, com a implantação da Escola de formação de agentes leigos. O objetivo deste capítulo é reconstruir a trajetória da Escola de Agentes de Pastoral e o papel de intelectuais orgânicos

nesse processo, especialmente a figura de Dom Orlando Dotti; analisar a dimensão político-pedagógica da Escola e os sujeitos envolvidos no processo de formação.

O terceiro capítulo dá ênfase à formação especificamente desenvolvida na Escola: o processo de formação e seus impactos no cotidiano, desenvolvidos pela práxis pedagógica, enfatizando as ações concretas protagonizadas pelos agentes oriundos da Escola, como também a formação de leigos na perspectiva de uma educação popular crítica e emancipatória.

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS LEIGAS

No presente capítulo discute-se a emergência da teologia da libertação na América Latina na segunda metade do século XX, da perspectiva da formação de leigos e sua atuação na comunidade. Serão considerados aspectos históricos, sociais, políticos e pedagógicos; bem como as principais ideias defendidas por alguns representantes mais expressivos.

Neste resgate prima-se pelo aspecto da formação e participação política dos sujeitos, em especial no trabalho realizado por um setor da igreja católica no Brasil, com seus avanços, limites e possibilidades.

2.1 A formação de leigos no contexto da teologia da libertação

Na história da igreja na América Latina ocorreram muitas ações voltadas para a transformação e valorização da diversidade sociocultural dos diferentes sujeitos aqui existentes, mesmo que essas experiências não tenham se tornado hegemônicas. Conforme Gibellini (2002) desde 1511, quando Antônio de Montesinos posicionou-se profeticamente em favor dos índios e contra os exploradores coloniais, a defesa dos oprimidos ressurgiu com frequência, principalmente na segunda metade do século XX.

O Concílio Vaticano II (1962-1965), desde seu anúncio pelo Papa João XXIII, em 25 de janeiro de 1959 foi, sem dúvida, uma grande possibilidade de construção de um novo paradigma para superar a perspectiva dogmática-imutável, para uma concepção mais dinâmica, histórico-evolutiva da realidade do mundo, voltado para seu tempo histórico, social e cultural, tendo como centralidade o ser humano em todas as suas dimensões. Essa mudança provocou entusiasmo entre alguns bispos, que já vislumbravam a necessidade de rever algumas práticas da igreja em relação à atuação dos leigos.

A partir do Vaticano II, alguns setores da Igreja assumem uma nova postura de ação, em especial na América Latina. Ao invés de amedrontar, instiga a vivência do amor a serviço dos oprimidos e na defesa da justiça social. O clima de diálogo instaurado pelo Concílio foi fundamental para que a Igreja se aproximasse dos setores marginalizados da sociedade latino-americana, e percebia a necessidade de assumir uma nova postura diante da realidade de miséria e opressão. A percepção da conjuntura e das circunstâncias concretas vividas na

América Latina, especialmente as consequências das ditaduras, das torturas, desaparecimentos e repressão política, exige a definição de uma nova identidade da igreja, por parte de alguns setores mais progressistas.

O Concílio Vaticano II transformou-se na maior façanha dos últimos séculos. Arrancou-a de um imobilismo defensivo diante das críticas da Reforma e da modernidade triunfante. Lançou-a na aventura imprevisível do diálogo com esses seus dois maiores inimigos. E ela empreendeu este diálogo com o coração aberto e destemido. Por isso os anos seguintes ao Concílio serão carregados de tensões, feitas de esperanças e medos, de avanços e recuos, de coragem e temor. (LIBÂNIO, 2000, p.76)

As mudanças pós-Vaticano II tornam a igreja mais simples, com menos rigidez jurídica, deixando de ser eclesiocêntrica,¹ tornando-se mais profética, missionária e pastoral. Seu sentido passa a priorizar Jesus Cristo contextualizado histórica e socialmente. Na América Latina surgem vários teólogos, entre os quais, Libanio (2000), que destaca o novo rosto de Jesus humano, humilde, palestino, que prega um reino de justiça e igualdade na história de todos os povos. Nessa nova teologia apresentada, destaca-se Jesus Cristo em sua dimensão humana e histórica.

É dentro deste novo jeito de compreender o cristianismo no contato com a realidade que surgem movimentos internos na igreja, modificando sua relação hierárquica com a comunidade.

A renovação da hierarquia da Igreja ajuda a entender como ocorrem os avanços na direção de tolerância e do diálogo inter-religioso e cultural. As principais mudanças visíveis que ocorreram no cotidiano da igreja foram sendo assumidas, aos poucos, por um clero que gestava transformações em suas ações. Dentre estas transformações se destacaram as seguintes: as celebrações passaram a ser rezadas no idioma de cada país, com o padre de frente para a comunidade, buscando uma aproximação, abrindo a participação do leigo. Jesus Cristo passa a ser visto em sua historicidade; o uso da batina deixa de ser obrigatório, podendo os padres usar roupas sociais. No entanto, segue a proibição do casamento e do sexo. Muitos religiosos deixam os imensos conventos e as obras assistenciais para viverem nas comunidades, agindo de acordo com suas necessidades; a formação dos sacerdotes passa a priorizar o compromisso social com a justiça social e a vida em comunidade, da rigidez dogmática busca-se um diálogo com as ciências sociais e humanas.

¹Eclesiocêntrica significa que a Igreja é o centro de tudo e nela há a totalidade da salvação (Fora da Igreja não há salvação). Não reconhece a historicidade e a cultura dos sujeitos.

A linha geral da postura e atuação da igreja foi, portanto, modificada. Contudo as mais importantes e significativas modificações foram em relação ao olhar crítico sobre a realidade, suas mazelas e os sinais de superação. Os sujeitos são compreendidos em sua dignidade humana, com consciência, liberdade e vocação social.

De acordo com Gotay (1985) na década de 1960 há condições materiais e teóricas apropriadas para os cristãos participarem de uma práxis política e social, na América Latina, que levaria a impulsionar uma reformulação dos pressupostos teóricos da própria igreja, levando-os a uma participação efetiva no processo político. Neste contexto alguns bispos do Brasil, Argélia, Oceania, Rau, Iugoslávia, Líbano, China, Laos e Colômbia, sob a coordenação de Dom Hélder Câmara, redigem um documento onde deixam clara sua opção pela organização e busca da libertação dos processos de exploração existente em seus continentes.

A história mostra que certas revoluções eram necessárias e [...] produziram bons resultados. [...]. Hoje o mundo pede enérgica e tenazmente reconhecimento da dignidade humana em toda a sua plenitude, a igualdade social de todas as classes [...] renunciando privilégios e riquezas em benefício de uma socialização mais ampla [...]. A igreja saúda com alegria e orgulho uma nova humanidade na qual a honra não é mais para a quantidade de dinheiro acumulada por alguns, mas para trabalhadores, operários e camponeses. [...] Não precisamos justificar com citações bíblicas esta exigência de participar com toda a nossa vida na transformação do mundo dos explorados, dos famintos e deserdados [...] juntamente com todos os homens que lutam pela libertação. [...] Se a análise das condições econômicas, sociais, políticas, culturais e morais em que sobrevive milhões de irmãos, [...] se nenhuma dessas realidades nos comprometem à ação, à luta e à vida revolucionária, não haverá papas, nem evangelhos, nem teologias, nem profetas que possam converter nossa consciência e nosso coração. (apud GOTAY, 1985, p. 46-57)

Esse documento redigido por bispos *do Terceiro mundo*² identifica claramente a opção assumida pelos mesmos nas questões políticas e organizativas cujo cenário, em especial latino-americano, vai produzindo e exigindo da igreja.

Essa forma de olhar para o mundo vai dar um passo adiante nas questões sociais, porque traz dois pilares novos: o senso da Igreja como comunidade e a perspectiva dos pobres como sujeitos da evangelização. Os leigos passam a ser considerados como agentes políticos.

²Segundo Libânio (1982) a Pastoral do Terceiro Mundo acontece no meio das comunidades eclesiais de base, na pastoral da terra e dos índios e em outras semelhantes, a pastoral nasce de dentro do conflito. Cola-se à realidade de Igreja e de Sociedade de nosso continente. Feita a análise do Evangelho sob o prisma marxista determinando que a pobreza das nações periféricas não era uma etapa casual no seu caminho para o desenvolvimento, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas.

O surgimento das *Pastorais sociais* segue a mesma lógica de abertura, com dados da reflexão teológica da evangelização libertadora em áreas mais conflitivas, colocando os leigos como sujeitos da história com um papel fundamental nas transformações estruturais necessárias.

No Brasil, nas pastorais sociais os leigos descobriram nas pequenas comunidades “um espaço de vivência da fé, de encontro interpessoal, de comunhão e solidariedade. É a partir disso que se fala de uma eclesiogênese, isto é, de uma Igreja que nasce da fé dessa porção desconsiderada, até então vista simplesmente como objeto, seja da ação filantrópica, seja da ação pastoral.” (ALVES, 2010, p. 43).

A presença do leigo no meio do mundo reporta a uma temática importante para a Teologia latino-americana e, sem dúvida, para uma articulação Fé e Política, e se refere ao lugar social. Não se pode afirmar simplesmente que não há relação nenhuma do *τόπος* social com essa articulação, ou, então, que há uma dependência estrita, em termos de causa e efeito. O que existe é uma condição prévia à articulação, de indignação ética ou de sensibilidade diante da realidade contrária ao projeto de Deus, o que dá as balizas para que o sujeito estabeleça as relações entre fé e empenho político, correspondendo aos momentos profético (indignação) e noético (articulação), respectivamente. (ALVES, 2010, p. 107)

Essa nova forma de participação do leigo e de comprometimento de alguns padres e bispos, em especial na formação de Comunidades de Base, vai impulsionar a uma consciência crítica a partir de uma metodologia que tem a fé, a análise da realidade como ponto de partida e centro na formação política dos participantes. Trará, para dentro das discussões das comunidades, os problemas sociais e discuti-los à luz da fé, percebendo a situação que se encontram, busquem causas e refletir suas consequências, que implica uma participação ativa nos movimentos populares.

2.2 O contexto sociopolítico, econômico e social latino-americano

O Concílio Vaticano II ocorre ao mesmo tempo em que na América Latina é desencadeado o processo de industrialização, que vai agravar a dependência especialmente com os Estados Unidos; aprofundando as contradições sociais, ampliando o êxodo rural, obrigando a um crescimento desordenado das cidades e conseqüente empobrecimento urbano. Em 1959, a revolução cubana aponta para a intensificação das lutas sociais e ideológicas, entre o capitalismo e a construção de uma sociedade socialista, que investe na participação e protagonismo popular. É dentro destas mudanças que vai se criando a possibilidade de uma nova igreja dos pobres.

[...] Possibilidade para a emergência de uma *nova igreja dos pobres*, cuja as origens são anteriores ao Vaticano II. De uma maneira simbólica pode-se dizer que a corrente *cristã radical* nasceu em janeiro de 1959, no momento em que Fidel Castro, Che Guevara e seus companheiros entraram em Havana, enquanto que, em Roma, João XVIII lançava o primeiro chamado para a convocação do Concílio [...] o processo de radicalização da cultura católica latino-americana, que vai desembocar na formação da teologia da libertação, não parte da cúpula da igreja. [...] mas da periferia para o centro. (LÖWY, 1991, p. 34)

Podemos perceber que as mudanças que ocorreram na igreja latino-americana resultaram, em parte, na Teologia da Libertação. As mudanças que ocorreram na periferia foram impulsionadas pelos movimentos leigos de juventude estudantil, sindicatos urbanos e rurais e comunidades de base. É na conjugação dos movimentos de leigos da periferia e na consciência crítica de alguns membros da hierarquia do clero que se dá o tom do processo de formação na América Latina. “Os movimentos sociais leigos dos anos de 1960 são então, o lugar social para o engajamento ativo dos cristãos nas lutas populares” (LÖWY, 1991, p. 35).

A visão evangelizadora, enraizada no seu tempo, na realidade concreta de forma corresponsável que a igreja tende a assumir com o Vaticano II, choca-se frontalmente com a consciência de igreja arraigada na mentalidade da maioria, que pregavam e defendiam normas individualistas e clericais, que resistiam em aceitar as novas estruturas, participativas e descentralizadoras. O concílio muda o foco, se antes a igreja alimentava-se a si mesma, agora passa a ter o foco no mundo e em como pode converter-se para melhor servir, abre-se para o diálogo com o mundo.

As mudanças apresentadas pelo Vaticano II, em relação à participação dos leigos, vai passar por processos de buscas de novos caminhos, por experiências, aprendizagens, retificações e muita perseverança. Isso tudo se defronta com as soluções tradicionais que ofereciam a tranquilidade e respostas prontas durante séculos, em que os leigos não participavam, apenas assistiam o que era realizado pela instituição.

No Brasil, cresce um movimento em defesa da aplicação do Vaticano II, em especial coordenado por Dom Helder Câmara que, ao exercer a função de secretário geral da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB- 1952-1964), estimula junto a um pequeno núcleo de bispos mais progressistas a igreja local a participar ativamente das mudanças necessárias para uma maior inserção social.

Esse tensionamento que se dá no interior e no entorno da igreja pós-Concílio é o que a moverá às transformações necessárias, passando a realizar uma análise sociológica, percebendo que as funções sociais da religião podem variar conforme a história, a estrutura e a conjuntura da sociedade. No entanto, essas funções sociais, por serem variáveis, podem até ser contraditórias e conflitivas. É o que acabará ocorrendo com as diferentes opções feitas por bispos e padres quanto à ação da Igreja.

É dentro das ordens religiosas, segundo Löwy (1991, p. 36), em especial os jesuítas, dominicanos, franciscanos e capuchinhos, que vão sendo gestados e formados novos atores sociais, pela postura de contestação das ordens, visto que são mais autônomas, não dependem tanto da hierarquia episcopal e empreendem uma utopia de vida comum. Além disso, algumas ordens são berços de *intelectuais orgânicos* que em um contexto de renovação utilizam as Ciências Sociais para interpretar e denunciar as estruturas injustas que violam os direitos fundamentais da população, além de conviverem em diálogo com os meios universitários e a realidade periférica, sendo articuladores da formação das pastorais urbanas que começam a organizar-se.

No Brasil muitas ações vão sendo construídas por estas ordens, a exemplo dos jesuítas que fundam em 1966 o Centro de Investigação e Ação Social (CIAS), no Rio de Janeiro que se coloca a “serviço da fé e promoção da justiça”, através de pesquisa, formação e ação social. Pode-se citar também o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), que nasceu como organismo anexo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para serviço de assessorias e de formação no campo da educação popular e da pastoral social. Ainda hoje é o responsável por apresentar a análise de conjuntura na abertura de todas as reuniões de CNBB, conforme Thierry (2010).

Os dominicanos, também por sua formação, vão cada vez mais assumindo ações de organização e luta das comunidades onde atuam. Conforme frei Betto:

[...] os jovens dominicanos retornados da França no pós-guerra já não se destinavam ao mundo indígena, prioridades dos primeiros frades [...] agora se envolviam com o mundo operário, interessados em formar lideranças leigas impregnadas de valores evangélicos. Nossos conventos transformaram-se em oficinas de novas ideias e propostas [...]. A moda consistia em dependurar a batina usada apenas em ofícios religiosos, trocar o seminário pela universidade e o convento por pequenas comunidades residindo em apartamentos e vivendo do próprio trabalho. (2006, p. 70)

A participação das ordens religiosas na defesa dos direitos humanos no Brasil, após o golpe militar de 1964, é detalhada no livro *Batismo de sangue*, de Frei Betto (2006). Na obra ele descreve a atuação dos frades dominicanos em ações consideradas subversivas pelos militares. Em decorrência, alguns acabaram sendo presos, torturados, chegando à morte como é o caso de frei Tito, que não suportando as consequências da tortura, suicida-se no exílio. Outros, como o próprio frei Betto, assumem uma posição firme de compromisso com a transformação.

Ao mesmo tempo a igreja vai elaborando documentos específicos para este momento como a Encíclica *Populorum Progressio* (1967), focada especialmente para a América Latina e África. No seu preâmbulo Paulo VI fala da viagem realizada em 1960 e 1962, respectivamente, nestes continentes, e relata as inúmeras dificuldades dos povos e a situação de exclusão que estavam submetidos.

A Encíclica tocou em temas delicados, que mudaram a compreensão da Igreja sobre sua presença no mundo moderno com a proposição de um desenvolvimento integral. Os bispos da América Latina reunidos em Medellín³, em 1968, deram passos importantes para impulsionar e desenvolvimento de uma Doutrina Social da Igreja que pressupunha um desenvolvimento integral do homem e da humanidade. Esse fato torna-se um marco histórico da Igreja.

³ A Conferência foi inaugurada por Paulo VI na catedral de Bogotá, no dia 24 de agosto de 1968 por ocasião do XXXIX Congresso Eucarístico Internacional. Dela participaram 86 bispos, 45 arcebispos, seis cardeais, 70 sacerdotes e religiosos, seis religiosas, 19 leigos e nove observadores não católicos, presididos por Antônio *Cardenal* Samoré, por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina e presidente do CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano. No total, participaram 137 bispos com direito a voto e 112 delegados e observadores. Disponível em www.cnbb.org.br. Acessado em 10 de dezembro de 2011.

Tendo como tema “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”, Medellín apresentou uma releitura do Concílio Vaticano II para a Igreja na América Latina, fortalecendo a consciência eclesial dos setores progressistas da igreja.

O Episcopado Latino-Americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria humana [...]. Para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam de profunda conversão para que chegue a nós o “Reino de justiça, de amor e de paz”. (CELAM, 1968, p. 94)

Segundo Beozzo (1991, p.130), Medellín partiu de uma análise atenta da realidade tanto econômica, política e social quanto eclesial do continente latino-americano e caribenho, bem como na identificação das interpelações que brotavam da realidade, sendo necessário uma análise à luz da palavra de Deus, e dos documentos da igreja. Porém o mais importante é a proposta de ação pastoral que propõe transformação e libertação das estruturas opressoras.

O Documento Conclusivo de Medellín (1968) propõe como tema "pobreza como compromisso que se assume voluntariamente e por amor a condição dos necessitados deste mundo". Trata-se de uma pobreza bem concreta: "Nossa morada e modo de vida sejam modestos, nosso modo de vestir simples... Desejamos renunciar a títulos honoríficos". Portanto, fala-se aí, de modo objetivo, do "compromisso com a pobreza material", mas num duplo espírito: o da "pobreza espiritual" e o da "denúncia da carência injusta dos bens deste mundo". Isso permitirá dizer, mais tarde, de modo lapidar: "opção pelos pobres, contra a pobreza".

Medellín significou um olhar específico para a realidade do povo latino-americano – em especial para a situação de pobreza, exclusão e exploração – e qual o compromisso da igreja diante dela. Por isso, a importância de estabelecer linhas de atuação que apontaram para uma perspectiva da libertação a partir da ação da igreja *com o povo* e não mais *para o povo*.

Mesmo antes da conferência, já havia sido elaborado um esboço de teologia da libertação por Gustavo Gutierrez em conferência realizada na cidade de Chimbote, no Peru, em julho de 1968. O seu livro *Teologia da Libertação*, publicado em 1971, em Lima, foi o primeiro tratado sistemático da teologia da libertação. Ainda assim, muitos outros teóricos já alinhavavam essa proposta de forma articulada com os escritos que deram a expressão à nova corrente teológica, entre os quais, pode-se destacar: Hugo Assmann, com a obra *Opresión-*

Liberación. Desafío a los cristianos, (1971) retomado na *Teologia desde La práxis de La liberación* (1973) e Leonardo Boff com *Jesus Cristo Libertador* (1972).

Se a situação histórica de dependência e dominação de dois terços da humanidade, com seus trinta milhões anuais de mortos de fome e de desnutrição, não se tornar hoje o ponto de partida de toda a teologia cristã, também nos países ricos e dominadores, a teologia não poderá situar e concretizar historicamente seus temas fundamentais [...] é por isso preciso salvar a teologia de seu cinismo. (ASSMANN, 1976, p.37-38)

É fundamental distinguir as etapas que compuseram esse complexo teológico e eclesial, que fortaleceu as propostas da teologia da libertação. Segundo Gibellini (2002) foram três fases: a) fase de preparação (1962-1968) – do início do Concílio Vaticano II à Conferência; b) a fase da formulação (1968-1975) – com um período de formulação em sentido estrito (até 1972) e um período de “cativeiro” onde a euforia inicial é substituída por uma realidade de exílio e escravidão. É o tempo dos regimes de exceção na América Latina; c) fase de sistematização (a partir de 1976) tendo como marco a constituição da Associação dos Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo – ASETT, fundada em 1976.

A gente poderia dizer que o documento de Medellín é a aplicação do Concílio para a América Latina. São 16 capítulos, 16 grandes temas. Começa com o tema da justiça fazendo uma análise das estruturas das injustiças do mundo, apontou uma série de orientações para a aplicação do Concílio na América Latina. Porém, o pessoal ainda não havia conseguido assimilar os documentos Conciliares, e a orientação era para que todos os cristão se apoderassem dos documentos do Concílio. Foi uma conferência extremamente importante, apontou que a América Latina era uma sociedade de estruturas de injustiças sociais. Pela primeira vez se fala em injustiça social. (DOTTI, 2012)

No Brasil a CNBB, a partir de Medellín, incentivou a participação de leigos em seus conselhos, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Comissão de Justiça e Paz, propiciando uma maior aproximação com outras igrejas e o apoio às atividades comunitárias. Esta última foi fundamental para o estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Dentro destas novas possibilidades e urgências de mudanças de postura da igreja latino-americana, avançam os ideais de uma nova teologia, “A Teologia da Libertação”.⁴ Ela

⁴Segundo a definição de Gutierrez (2000, p. 23-26), a Teologia é o tratado de Deus, é a fala de Deus. A teologia é a compreensão da fé, isto é, um esforço da inteligência humana para penetrar no apocalipse a visão da fé.

torna-se força geradora de ações que viabilizavam uma práxis libertadora, todavia nem todos os membros da igreja concordavam com essa nova opção, inclinada à América Latina.

A libertação social é, então, o primeiro desafio de uma teologia latino-americana, que não pode ser considerada incompleta, pois tem a intencionalidade de ser uma teologia integral, que toma a totalidade dos textos teológicos e os lê a partir de uma perspectiva libertadora. A palavra libertação aparece como antagonista à dependência econômica e a crítica situação social em que se encontrava o continente. Isso aparece claramente no documento de Conclusão de Medellín.

Existem muitos estudos sobre a situação do homem latino-americano. [...] Em todos eles se descreve a miséria que marginaliza grandes grupos humanos em nossos povos. Essa miséria, como fato coletivo, se qualifica de injustiça que clama aos céus. [...] As famílias, muitas vezes, não encontram possibilidades concretas de educação para seus filhos; a juventude reclama seu direito de entrar nas universidades [...]; a mulher reivindica sua igualdade, de direito e de fato, com o homem; os camponeses pedem melhores condições de vida; os produtores, melhores preços e segurança na comercialização; a crescente classe média sente-se atingida pela falta de perspectivas. [...] No campo econômico implantaram-se sistemas que encaram só as possibilidades dos setores com alto poder aquisitivo. [...] Uma frequente instabilidade política e a consolidação de instituições puramente formais. A tudo isto deve-se acrescentar a falta de solidariedade, que provoca no campo individual e social, verdadeiros pecados, cuja cristalização aparece evidente nas estruturas injustas que caracterizam a situação da América Latina. (CELAM, 1968, p.08)

Essa mudança de visão ocorre em um momento histórico-político em que ditaduras surgem no continente, as quais grupos dominantes lançaram mão para sustar o avanço dos movimentos populares. Todos os países da América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, foram governados por regimes militares violentos. Os golpes ocorreram no Brasil em 1964, na Argentina em 1966, na Bolívia em 1971, no Uruguai e no Chile em 1973, no Peru em 1975, no Equador em 1976; além disso, existem as ditaduras "crônicas" como a de Strossner, no Paraguai, de Duvalier no Haiti, de Somoza em Nicarágua, de Trujillo em Santo Domingo, e das fracas democracias na Colômbia e Venezuela (BOFF, 2012).

Os anos de 1960-1970 se caracterizaram pela mobilização popular e pela emergência de uma poderosa vontade de mudança social. Não bastavam as reformas. Queria-se uma libertação das opressões históricas que as grandes maiorias secularmente sofreram. Muitos cristãos, inspirados pelo evangelho, comprometeram-se em meios

Mas, a fé não é apenas afirmar as verdades da fé, é acima de tudo uma posição existencial. A fé é uma atitude, um compromisso com Deus e com o homem. Fé é compreender as leis teológicas da vida: esperança, fé e caridade.

pobres num processo de conscientização e de prática que criava os primeiros acenos de uma sociedade alternativa possível. Sobre todos os que se empenhavam por sacudir as antigas amarras, abateu-se feroz repressão por parte do Estado de Segurança Nacional e de seus aliados. A palavra libertação fora oficialmente banida dos meios de comunicação social por efeito de um decreto do ministério da Justiça. Num contexto de vigilância policial, de seqüestros, torturas e assassinatos políticos foi escrito *Jesus Cristo Libertador*. (BOFF, 2008, p.13)

É neste momento de falta de liberdade, de desrespeito aos direitos humanos, que alguns bispos brasileiros assumem a proposta da Libertação, e começam a manifestar-se publicamente contra os desmandos e abusos cometidos pelos militares no poder. Dom Cândido Padin, em 1968, com base na Doutrina Social da Igreja, faz uma dura crítica à Lei de Segurança Nacional. Já em 1973, Dom Helder Câmara⁵ profetiza e denuncia, através do documento intitulado “*Eu vi o clamor do meu povo*”, a ditadura, a perda de liberdade e a exploração do povo. O documento, recolhido pela repressão, foi divulgado através de edições clandestinas mimeografadas.

A classe dominada não tem outra saída para se libertar senão através de longa e difícil caminhada já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção. Este é o fundamento principal do gigantesco projeto histórico para a transformação global da atual sociedade nova, onde seja possível criar as condições objetivas para os oprimidos recuperarem a sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classes, conquistarem por fim a liberdade. (CÂMARA, 1973)⁶

Nesta linha de denúncia, foram sendo lançados por todo o país documentos: em 1974 os bispos do centro-oeste lançam o documento “*Marginalização de um povo: grito das igrejas*”; em 1976, a CNBB publica “*Comunicação Pastoral ao povo de Deus*”, marcando uma nova linguagem da igreja/instituição no Brasil, ligada à libertação dos pobres e à

⁵ Dom Helder Câmara é um dos idealizadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1952. Sob sua influência, a CNBB muda os rumos e o estilo de atuação da Igreja Católica no Brasil e passa a incluir o problema da desigualdade social em suas preocupações e ações. Em 1964 é nomeado arcebispo de Olinda e do Recife e desloca para o Nordeste sua militância social e religiosa. Denuncia em 1970, na França, a tortura de presos políticos brasileiros. Permanece à frente da diocese até 1985, quando é substituído pelo bispo conservador dom José Cardoso Sobrinho. <http://www.jornalivre.com.br/166961/biografia-dom-helder-camara.html>. acessado em 06/02/2012.

⁶ Trecho do “DOCUMENTO DE BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE”. Boletim Arquidiocesano, órgão oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife, 1973, sobre a situação do povo brasileiro e, em particular, do Nordeste, assinado por 13 bispos e cinco provinciais religiosos do Nordeste brasileiro, onde, depois de transcrever dados estatísticos oficiais sobre a situação de saúde, fome, trabalho, habitação, etc., os sacerdotes concluem com o trecho citado.

solidariedade; em 1978 sai um documento de todo o episcopado brasileiro: “*Exigências cristãs de uma ordem política*”, o qual fala da necessidade de participação em todos os níveis. Toda a situação sócio-política do país obrigava a igreja a tomar posição em favor da maioria, alijada da participação histórica.

Dentro deste contexto, Dom Helder Câmara defende uma igreja mais evangélica e ecumênica, mais próxima dos pobres, empenhada no desenvolvimento dos povos e na sua mútua compreensão. Assim, capaz de propiciar um diálogo entre o norte e o sul do mundo, de colaborar na promoção da paz e da cooperação internacional, interlocutora dos meios de comunicação social e da cultura moderna.

Como as mudanças que ocorreram no interior da igreja e nos processos de organização e formação dos sujeitos envolvidos, cada vez mais se exigia um novo jeito de conceber o conteúdo teológico e pastoral. Não se tratava de uma ideologia para justificar a prática, mas de uma teologia, pois a realidade é confrontada com os textos bíblicos e a doutrina social da igreja. Na realidade se apresenta como uma nova possibilidade de conceber o trabalho teológico, utilizando-se de uma metodologia dialética e não mais dogmática.

No Brasil, Leonardo Boff, um dos precursores e difusores da Teologia da Libertação, em suas obras defendeu a palavra libertação que tem origem no termo “*com-paixão*”. Segundo ele sem um mínimo de com-paixão não é possível compreender a Teologia da Libertação, pois ela supõe uma opção profética e solidária com a vida. Ela nasce na fé confrontada com as injustiças cometidas contra os pobres⁷.

Entre as muitas funções da teologia, hoje em dia, duas são mais urgentes: como a teologia colabora na libertação dos oprimidos que são nossos cristos crucificados hoje e como a teologia ajuda a preservar a memória de Deus para que não se perca o sentido e a sacralidade da vida humana, ameaçada por uma cultura da superficialidade, do consumo e do entretenimento. Devemos unir sempre fé com justiça donde nasce a perspectiva de libertação e importa manter a chama da lamparina sagrada sempre acesa, donde se alimenta a esperança humana de um futuro bom para a Terra e a humanidade. (BOFF, 2011)

Os setores que acolhem a teologia da libertação com posicionamentos críticos no interior da Igreja vão se efetivar como a resistência Católica aos regimes ditatoriais implantados no continente latino-americano. Pesava sobre os membros da Teologia da Libertação críticas referentes ao incentivo à violência, à politização da fé dos agentes leigos

⁷Segundo Leonardo Boff, Pobres entendidos como coletivo, classes populares que envolvem muito mais que o proletariado estudado em Karl Marx, é todo o bloco social e historicamente explorado.

de pastoral, ao acirramento de conflitos, e a crítica extrema à instituição eclesiástica. As ações que vão sendo impulsionadas com as pastorais sociais, principalmente a pastoral operária vão propiciar uma consciência histórica de profundo dinamismo.

No Brasil a igreja vai aderindo à Teologia da Libertação com o apoio de bispos que foram assumindo a proposta, justamente num momento de ditadura militar, a qual no início, sob a bandeira contrária ao comunismo recebeu o seu apoio. Dom Pedro Casaldáliga, do Araguaia, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Helder Câmara, em São Paulo foram fundamentais nos movimentos de resistência social; porém muito mais que os teólogos, a maioria dos que se engajaram na teologia da libertação foram os leigos das diversas pastorais e movimentos sociais brasileiros, que como o restante dos latinos se aproximam da teoria marxista na análise da exploração, referindo-se a luta de classes, que perpassa todas as relações humanas.

Dom Paulo Evaristo Arns (1981, p.11) afirma que “a missão da igreja, é incentivar a participação, estimulando os cristãos a darem sua contribuição consciente e responsável ao processo político, social, cultural e econômico...”. É, por isso, preciso articular os trabalhos existentes e criar formas novas de presença eclesial, considerar a individualidade em nível de consciência, incidindo também na transformação das estruturas.

A política é um ato responsável. Isto quer dizer que é um ato consciente, livre e assumido por pessoas maduras e cristãs. A política exige discernimento. [...] O seu grande critério é a justiça e o bem comum [...]. É preciso se esforçar e lutar por uma organização social que multiplique os organismos intermediários. [...] O papel da igreja defender a democracia que se faz por esta rede de organismos de defesa e de promoção dos cidadãos livres. (ARNS, 1981, p. 82-88)

Da mesma forma, Arns (1981) afirma ser preciso que a formação política leve os sujeitos para o exercício do poder, do uso da liberdade, da organização de serviços públicos na sociedade concreta. Isso vai requerer uma capacitação intelectual e prática, que deve superar a improvisação e o *amadorismo*; aponta para a necessidade de criação de Escolas de fé e política, onde pela reflexão teológica, haja a justificação das ações num espaço de ampla liberdade crítica para que possam justificar seus objetivos e atos, diante da fé, da esperança e do amor. É necessário que a formação e o engajamento dos leigos nas questões políticas sejam de participação crítico-constructiva, para não correr o risco de utilizar os sujeitos como objetos do processo de transformação.

Com a organização das pastorais sociais a demanda por uma formação política, era preciso ampliar estes espaços. Foram sendo realizadas nas dioceses: Seminários, Jornadas,

Simpósios, Encontros, Cursos, além de outras iniciativas, que propiciavam formação qualificada para os agentes pastorais. Esse envolvimento da igreja com as questões sociais e políticas, e a crescente força demonstrada pela organização popular, desencadeia uma organização também por parte da oposição à prática da teologia da libertação.

O teólogo José Comblin afirma que depois de Medellín, Vekemans⁸ declarou a guerra a Gustavo Gutierrez. Na Colômbia, este fundou um centro (DESA), dedicado exclusivamente a atacar e denunciar a teologia da libertação. Para Vekemans a teologia da libertação era a penetração do marxismo na Igreja, uma corrupção total do cristianismo, tendo fornecido toda a documentação para atacar os teólogos da libertação a Alfonso Lopez Trujillo.⁹ A Instrução do cardeal Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, sobre a teologia da libertação repete os argumentos de Vekemans.

Ratzinger, na condição de cardeal e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, em setembro de 1984, preside o interrogatório que vai condenar o teólogo Leonardo Boff a um ano de “*silêncio obsequioso*”¹⁰, por defender teses da Teologia da Libertação, em especial no livro “Igreja: Carisma e Poder”. Boff é inquirido na mesma cadeira em que se sentou Galileu Galilei. Dom Paulo Evaristo Arns, que acompanhou Boff no tribunal, interveio referindo-se a um documento lançado alguns dias antes, o qual condenava a Teologia da Libertação, afirmando: “Cardeal Ratzinger, lemos o documento e ele é muito ruim. Não o

⁸Segundo Comblin (1999, p.210) “Pe, Roger Vekemans um dos animadores intelectuais da campanha contra a Teologia da Libertação, em Bogotá, desde 1970, e fundador do CLDIAL, centro destinado a combater a Teologia da Libertação. Vekemans articulou o famoso triângulo Bogotá - Roma - Alemanha. Conseguiu muito dinheiro para organizar campanhas e congressos, sempre com a finalidade de denunciar o marxismo da Teologia da Libertação. Nos documentos da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação de 1984 e 1986, não há nada original. Tudo já tinha sido escrito e publicado por Vekemans 10 anos antes.”

⁹Segundo Sérgio Torres, Trujillo, ordenado em 1960 e arcebispo de Medellín (1979), foi nomeado cardeal em 1983. Presidente do Conselho Episcopal Latino americano (CELAM) de 1979 a 1983, membro da Congregação para a Doutrina da Fé exerceu grande influência na vida americana católica. Uma das tarefas que esse bispo se propôs foi dismantelar algumas instituições criadas depois de Medellín e mudar os integrantes da Comissão Teológica do Celam. Quando chegou o momento da preparação da Conferência de Puebla, o Celam interpretou a tarefa e a missão da Igreja com uma nova perspectiva. Em alguns documentos preparatórios, disse-se que o maior desafio para a missão da Igreja na América Latina não era a evangelização dos pobres, mas sim a evangelização da cultura. Disponível em: <http://www.unisinos.br/eventos/congresso-de-teologia/pt/acessado em 12/04/2012>.

¹⁰Leonardo Boff diz: “aceitei o silêncio obsequioso por um juízo político. Eu entendi e assim também o entenderam muitos bispos importantes da igreja brasileira que o objetivo da intervenção do Vaticano não era propriamente eu. Queria atingir a Igreja do Brasil, a igreja comprometida com o social, com as comunidades de base e com a libertação. Eu era pretexto para frear o entusiasmo pastoral da Igreja na luta ao lado dos pobres. Sabendo disso, eu acolhi o silêncio obsequioso e as demais punições para impedir que atingissem e condenassem as comunidades eclesiais de base e a teologia da libertação. E creio que consegui, pois os do Vaticano ficaram surpresos com minha atitude de aceitação”. Disponível em: <http://www.leonardoboff.com/site/vista/outros05/abr21-losangelestimes.htm>. acessado em 06/05/2012.

aceitamos porque não vemos os nossos teólogos dizendo e pensando o que o senhor diz da Teologia da Libertação.” (BOFF, 2012)

Leonardo Boff, após estar praticamente isolado com as determinações da Congregação para a Doutrina da fé, sai da ordem dos franciscanos, e do clero, sem, contudo abandonar a luta cristã pela libertação do *povo*. Em entrevista concedida a frei Betto, em 1998, Boff relembra o momento de seu inquérito:

[...] Ele vem, senta e diz: "A tua igreja pediu um diálogo. Quem fala aqui é o responsável pela doutrina, não quero dialogar, só quero testar se a tua fé é verdadeira ou não. Primeiro, como referência: o que você acha do Vaticano II?" Eu disse: "O Vaticano II foi um extraordinário concílio pastoral". E ele: "Erro, não é pastoral, é doutrinário. Esse é o teu erro, considerar que esse concílio adaptou a Igreja ao mundo moderno, não adaptou nada! [...] Eu estive no Brasil, conheço o teu país, e vocês cometem um erro fundamental que é pensar a partir da prática. Isso não existe, isso fazem os marxistas, não os cristãos. Os cristãos pensam a partir da tradição, a partir do magistério da Igreja, a partir dos documentos oficiais. E vocês tentam dialogar com a ciência a partir da realidade. [...] Que vocês fazem nas comunidades eclesiais de base não é verdade, o Brasil não tem a pobreza que vocês imaginam, isso é a construção da leitura sociológica, ideológica, que a vertente marxista faz. Vocês estão transformando as comunidades eclesiais de base em células marxistas, que, mais do que rezar e militar a palavra de Deus, aprendem a guerrilha. Por isso, vocês, quando começam a conversar, dizem: 'Como vai a luta?' Está vendo? A luta. E, para nós, isso quer dizer como vai a vida, não é?". (BOFF, 1998)

Esse processo deixa clara a distinção da leitura de mundo realizada pela igreja latino-americana, por considerável número de bispos e padres que passam a realizar a defesa de uma prática com a instauração de uma sociedade mais justa, baseada no amor e na transformação das estruturas sociopolíticas que oprimem e marginalizam o povo. As ações que vão sendo realizadas no interior das igrejas, nas comunidades de base, constituem “uma convivência mais justa, direitos humanos das grandes maiorias pobres, justiça social, libertação integral, liberdades sócio históricas, serviços concretos aos deserdados deste mundo...” (BOFF, 1982, p. 26). O que confronta com um fazer teológico vertical e doutrinário, defendido pela hierarquia da igreja Romana.

As análises de conjuntura que passam a fazer parte dos processos formativos dos leigos conduzem a um engajamento social, tendo em vista a transformação das estruturas. Surge fortemente o conceito de *práxis*, importante para uma teologia das relações Fé e Política. Conceito este que integra teoria e prática na construção da realidade social, através da mediação de um sujeito que age. (ALVES, 2010)

Essa maneira de apresentar uma igreja que está no mundo, dentro dele e não mais ao seu lado, mostra estar sendo uma presença que supera o que está estabelecido durante séculos. Não é mais um modelo de justaposição, mas de estar junto, na realidade.

Na prática, a punição de Leonardo Boff significou muito mais, pois objetivou marginalizar alguns membros da Igreja como Dom Hélder Câmara de Barros, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Paulo Evaristo Arns e outros sacerdotes, religiosos, membros das pastorais sociais que partilhavam desse ideal de libertação. Com o tempo, não foi somente o silêncio de Boff que perdurou, mas muitos bispos defensores da Teologia da libertação foram sendo transferidos de suas dioceses e substituídos por outros de uma ala mais conservadora e afinada as normas de Roma.

Nesse contexto, a igreja do continente latino-americano vai assumindo e disseminando uma visão e prática de libertação, lançando importantes sementes de renovação expressas no engajamento social dos cristãos. Segundo Boff (1980, p. 218) a igreja tem que passar a estar em sintonia com a vida dos pobres experienciando uma evangelização profética, que anuncia e denuncia, na busca da libertação para todos, onde esperança e fraternidade têm mais espaço nas relações sociais.

2.3 A Formação e a Participação Política

A mais importante mudança dentro do processo de formação instituído por setores da igreja com os leigos é, sem dúvida, a metodologia de leitura de realidade; que vai se efetivando nas Escolas de Formação que passam a ser desenvolvidas nas Dioceses de todo o Brasil.

A teologia da Libertação procura articular uma leitura da realidade a partir dos pobres e no interesse pela libertação dos pobres; em função disso, ela utiliza as ciências do homem e da sociedade, medita teologicamente e postula ações pastorais que ajudem o caminho dos oprimidos. (BOFF, 1979, p.18)

A Teologia da Libertação utiliza-se de uma mediação socioanalítica, tendo como instrumento de trabalho as ciências sociais. Há uma coerência que é constitutiva dessa metodologia de leitura de realidade, que conjuga o conhecimento da realidade, a interpretação das fontes e a vida pastoral inserida na comunidade.

De acordo com Susin (2006) a teologia tem essencialmente que dar a possibilidade de compreensão da realidade, tendo o pobre um lugar teológico privilegiado, como sujeito social, cidadão que se descobre fazedor de sua história. A maneira de realizar a ação pastoral passa a ter como pressuposto uma opção política, ética e evangélica em favor dos pobres¹¹.

Dentro dessa perspectiva, a Teologia da Libertação busca renovar a mediação hermenêutica¹², pois passa a interpretar a Bíblia tendo como partida uma situação política e social concreta, para analisá-la de forma articulada, levando a uma ação pastoral concreta/libertadora.

Dessa forma, a ação pastoral/teológica ocorre em uma leitura dialética da realidade, que contribui para descobrir a significação dos acontecimentos históricos e impulsionar para um fazer mais radical, lúcido e comprometido. Conforme Segundo (1978, p.23) “preciso

¹¹Segundo Rosino Gibellini, A opção política acontece quando o teólogo situa-se em determinado lugar social, ao lado dos oprimidos; ética, pois nasce de uma indignação, precisamente ética, diante do escândalo da pobreza; e evangélica porque encontra sua motivação mais profunda no evangelho (Mt 25, 35-46)

¹²O termo hermenêutica provém do verbo grego "hermēneuein" e significa declarar, anunciar, interpretar, esclarecer e traduzir. A hermenêutica da libertação inclui hermenêutica Bíblica, inseridas em meios populares na América Latina, que procura resgatar o sentido histórico e espiritual original da Bíblia, a partir da experiência da vida dos pobres e em sua realidade cotidiana (RICHARD, 1988, p.30-48)

mostrar que uma teoria geral sobre nossa percepção da realidade está chamada a inserir-se na metodologia teológica, posto que, ao descobrir uma realidade mais profunda ou mais rica, enriquece a teologia com novas perguntas e a obriga a uma nova interpretação das fontes.”

Com esse novo olhar dialético sobre a realidade vão sendo construídas várias correntes de pensamento, que segundo Gibellini (1998) podem ser agregadas em quatro correntes: teologia a partir da práxis pastoral da igreja (voltados para pastorais, espiritualidade); teologia a partir da práxis dos povos latino-americanos (privilegiando aspectos culturais e sociopolíticos); teologia a partir da práxis histórica (contexto total da teologia da libertação, destaca aspectos sociopolíticos da libertação); teologia a partir da prática dos grupos revolucionários.

É neste sentido de mudança de mentalidade que os teólogos da libertação vão tecendo maneiras de implementá-la, valorizando o fenômeno da religiosidade popular, em suas várias formas. Segundo Boff (1979, p. 620) “toda a religião é uma expressão sociocultural de uma fé, de um encontro do homem com o Divino, pois é nas religiões que se articulam os grandes temas que movem as consciências e as buscas humanas radicais: pelo sentido da vida, da dor, da sobrevivência”.

Desse ponto de vista retira-se a igreja de uma posição de entidade abstrata e a coloca numa posição de instituição inserida na história, que deve levar em consideração nas suas ações educativas a realidade concreta na qual se acha, retirando a máxima de que o “reino” é inalterável, pois a história é o devenir, faz-se pela ação humana.

Evangelizar não é aquele que passa a vida “evangelizando” sempre, com palavras, com gestos, com atuações, e não se sente evangelizado “de repente” por palavras fortuitas, por gestos simples, pelo dia a dia da história humana. Somente evangelizamos à medida que nos deixamos penetrar pelo evangelho, escrito ou oral, canônico ou anônimo, que o Espírito de Jesus dita incansavelmente na revelação do dia a dia “de repente”. (CASADÁLIGA, 2007, p. 43)

Quando se fala em teologia da libertação é mister termos clareza que ela não se efetivou somente pelos teólogos profissionais, bispos e pastores, mas também por cristãos que articulam fé e luta por libertação, tornando a teologia com um nível de organicidade que sustenta toda ação pastoral. É na participação popular, através de vários movimentos e pastoral que vai se construindo uma “nova” teologia. Neste aspecto Boff (2007, p. 28-29) nos apresenta um quadro diferenciando cada ação da teologia da libertação, o que nos permite perceber a complexidade existente:

Tabela 1- Diferenciação das ações da Teologia da Libertação.

	Teologia da Libertação Profissional	Teologia da Libertação Pastoral	Teologia da Libertação Popular
Descrição	Mais elaborada e rigorosa	Mais orgânica com relação a prática	Mais difusa e capilar, quase espontânea
Lógica	Do tipo científico: metódica, sistemática e dinâmica	Lógica da ação: concreta, profética, propulsora	Lógica da vida: oral, gestual, sacramental
Método	Mediação sócio-analítica, mediação hermenêutica e mediação prática	Ver Julgar Agir	Confrontação: evangelho e vida
Lugar	Institutos teológicos e Seminários	Institutos pastorais e centros de formação	Círculos bíblicos CEBs, etc.
Momentos privilegiados	Congressos religiosos	Assembleias eclesiais	Cursos de treinamento
Produtores	Teólogos de profissão (professores)	Pastores e agentes pastorais: leigos, irmãs, etc.	Participantes das CEBs com seus coordenadores
Produção oral	Conferências, aulas e assessorias	Palestras Relatórios	Comentários, Celebrações, Dramatizações
Produção escrita	Livros e artigos	Doc. Pastorais, mimeografados vários	Roteiros e cartas

Fonte: BOFF, L.; Boff, C. 2005, p. 28-29.

O quadro acima nos faz perceber que todos ao manifestarem sua fé de certa forma praticam teologia. Leonardo Boff estimula a refletir que a fé é humana, e como tal anseia por entender a própria fé, torna-se teólogo todo aquele que pensa sua fé, reflete sobre ela e sua prática. Daí a proposta de formação de leigos para a construção de uma possibilidade organizativa de transformação sociopolítica, fazendo com que ao se apropriarem da metodologia de leitura da realidade possam articular sua fé a sua ação transformadora.

Com esse novo fazer teológico, se evidencia um outro horizonte, mais amplo onde os leigos são chamados a responder co-responsavelmente aos desafios da sociedade percebendo seus problemas, esperanças, angústias, apelos, sendo protagonistas. Portanto, é necessário que recebam uma formação permanente, madura e comprometida. Por isso, há os diversos modos de fazer teologia, capitalizando todos os sujeitos, com o compromisso da nova evangelização. Favorece-se a superação da visão limitada e estática da teologia, que deixa de ser vista como uma transmissão de conhecimento, passando para uma visão mais dinâmica, processual, tornando-se teologia como prática teórica.

Nessa articulação da teoria e prática, Gramsci (1979) colabora quando destaca a importância da formação dos *intelectuais orgânicos* da classe operária, através de uma nova consciência social. Neste sentido, o intelectual deixa de ser o especialista e passa a atuar como

um agente político na busca da transformação; torna-se o organizador das lutas populares, voltadas à conquista de direitos sociais, culturais e políticos.

A igreja da América latina vai assumindo um novo papel histórico ao mudar a forma de olhar para o mundo, pois realiza mudança na concepção, saindo exclusivamente da doutrina e aproximando-se do campo da luta social. A partir de sujeitos leigos e clérigos comprometidos com a mudança, dispõe de recursos materiais e espirituais a serviço dos pobres e da luta por uma nova sociedade. É sob estas perspectivas que a igreja vai utilizando referenciais marxistas para a análise social.

De acordo com Löwy (1991), Marx reconhecia que sob certas condições históricas, a religião pode desempenhar um papel fundamental na vida de uma sociedade, pois vai se dividindo conforme os seus componentes de classe. Podendo por isso, dentro de uma análise sociológica da realidade assumir um papel crítico, contestador e mesmo revolucionário. Nesse aspecto Engels, conforme Lowy (1991), ao relacionar o comunismo primitivo e as primeiras comunidades cristãs, diferenciando-os apenas pelo tempo buscado para a libertação – os primeiros cristãos deixavam a libertação para uma vida metafísica, enquanto a luta socialista era pelo aqui e agora – aponta para a possibilidade de as religiões também fazerem parte do momento histórico dos povos. Não poderia Marx antever a teologia da libertação, porém ao realizar análise do fenômeno religioso tendo como mote a luta de classes, apresenta a importância da organização das religiões enquanto espaço de protesto estabelecendo uma clara relação entre religião e sociedade.

A partir da década de 1970 intelectuais introduzem o pensamento de Antônio Gramsci no Brasil. Seu pensamento se desenvolveu e amadureceu numa situação de opressão (ditadura fascista) e privação (detenção carcerária) similar à vivenciada por muitos intelectuais, trabalhadores e ativistas brasileiros. Gramsci também estudou temas religiosos. Interessava-se pela função da igreja católica na sociedade capitalista moderna, tentando compreender o peso da cultura religiosa entre as massas populares.

Marx estava na análise da realidade que a gente fazia, mas não na nossa atuação. Utilizávamos ele apenas para desvendar aos olhos dos oprimidos aspectos da realidade social, econômica e política. Já Gramsci, com sua ênfase no progresso intelectual das massas, na educação dos adultos, na valorização do elemento subjetivo, na hegemonia cultural, na criatividade popular, estava também no nosso método educacional. (LESBAUPIN, 2000, p. 60)

Ernst Bloch é um dos autores marxistas que mudou essa forma de ver a religião,

negando-se a vê-la unicamente como uma “proteção” de interesses de classe. Defendia que nas manifestações feitas pelas religiões na forma de contestação ou mesmo de revolta, apresentava-se uma significativa consciência utópica, pois possuía possibilidade de antecipação criativa, dando forma ao imaginário, a possibilidade de criação e/ou transformação da realidade, conforme Löwy (1991).

As leituras marxistas feitas nos anos de 1960, fortemente influenciadas por referenciais e autores ortodoxos dentro de uma perspectiva estrutural-economicista apresentam a luta de classes como o motor da história, não só na esfera estrutural, em categorias estáticas de proletariado e burguesia, mas uma luta para um novo grupo que se formava na sociedade entrelaçando as relações humanas construídas com todas suas nuances, em relação a gênero, etnia, religião, cultura. As relações de classe permeiam as relações religiosas, de que a lógica da concentração dos meios de produção privilegiando a classe dominante se aplica também à religião, com uma máquina de produção eclesial privilegiando a classe hegemônica, conforme Boff (1982).

O modo de produção específico de uma sociedade fixa os *limites* dentro dos quais uma religião pode operar em seu seio, e traça igualmente as *tendências* dentro das quais tal religião pode atuar. Assim, o modo de produção específico de cada sociedade particular condicionará as possibilidades e impossibilidades, a importância, o significado, as funções, as formas de organização, os discursos, as práticas, o desenvolvimento, as transformações e a difusão mais prováveis que cada religião poderia esperar (e conseguir) no seio da sociedade em que atua. (MADURO, 1980, p.77)

A teologia da libertação utiliza-se de referenciais marxistas – não enquanto projeto político de um socialismo científico – mas como método dialético da interpretação da realidade e para analisar o sistema capitalista de exploração, como ideia de sujeitos da história, donos da sua autonomia e liberdade. O que se pode afirmar é que tanto marxismo quanto a religião têm em comum a contrariedade do individualismo, creem na possibilidade da comunhão, da construção de um novo mundo, de uma terra sem males. Segundo Garcia (2008) ambos lutam contra a injustiça e a opressão, embora de formas diferentes.

O uso do marxismo na Teologia da Libertação possui fundamentação histórica e epistemológica. A primeira refere-se à ligação existente entre marxistas e cristãos na América Latina no bojo das lutas populares no confronto com os regimes totalitários que cometerem violência e opressão. A segunda diz respeito à necessidade de toda teologia de utilizar uma determinada mediação filosófica ou científica. A Teologia

da Libertação não se apropriou do marxismo materialista dialético que absolutiza a matéria e nega a misericórdia de Deus. A influência de Marx no complexo teológico libertador é a de um Marx humanista, não dogmático, enquanto crítico social que ajuda a analisar com profundidade a sociedade para poder transformá-la e, no caso da interpretação cristã, de acordo com valores da fé. (GONÇALVES, 2000, p. 153-154)

Todo este processo de construção vai se efetivando quanto mais o sentido da cultura vai sendo incorporado nos movimentos populares. O que ocorre de fato é uma profunda mudança de paradigmas, no curso espiritual, uma conversão moral e política. Essa mudança sai do âmbito eclesial, e na prática se traduz por um engajamento de milhares de pessoas, membros das comunidades eclesiais de base, agentes de pastoral, sindicalistas, na luta por defesa dos direitos de organização, de oposição, de construção de alternativas coletivamente.

Quando a teologia da libertação passa a olhar para o excluído e para o sistema gerador da exclusão como análise de transformação, se distancia das teologias clássicas¹³ e doutrinárias, superando suas limitações, circunscrevendo a experiência de Deus no âmbito do engajamento do leigo na luta contra todo o sofrimento humano historicamente situado. “A religião passa a ser um fator de mobilização e não de freio” (BOFF, 1980, p. 102). Dessa forma apresenta um Deus que se encarna na história, que gera libertação de um povo humilhado; Deus se manifesta nas lutas históricas pela justiça, pela inclusão e pela superação de toda opressão vigente na humanidade. Os sujeitos da história são os excluídos que passam a apoderar-se de suas vidas pelas lutas que empreendem. A teologia da libertação é baseada em ideais de amor e libertação de todas as formas de opressão, especialmente da opressão econômica.

Os bispos mais comprometidos com esta visão de transformação pela prática de um evangelho contextualizado vão assumindo diferentes serviços de coordenação pastoral. Dentre eles Dom Orlando Dotti, eleito em assembleia geral da CNBB, como coordenador do setor de educação e o setor de ação social. Participa da coordenação e da elaboração do Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, Itaiçi, 14 de fevereiro de 1980: “Igreja e Problemas da terra”, um marco decisivo para o engajamento da igreja na luta pela reforma agrária. De 1979 a 1983 pertenceu ao departamento de ação social do Conselho Episcopal Latino Americano; durante este período foi produzido o volumoso livro “Fé cristã e compromisso

¹³ [...] a teologia clássica faz a pergunta da fé à fé. Reduz ao espaço da fé qualquer outra pergunta. A partir da fé, entende todas as questões. [...] No fundo, não se capta realmente nenhuma pergunta estranha ao mundo da fé e portanto dá aparentes respostas quando a pergunta vem na verdade de real questionamento da fé, e não de simples maior inteligibilidade da mesma. (LIBANIO, 1987, p. 85.)

social”, da autoria do departamento e redigido pelos padres Pierre Bigó e Fernando Bastos de Ávila. Dom Orlando Dotti representou o episcopado brasileiro no VI Encontro do Instituto Social dos Bispos da Ásia, realizado em Colombo, Sri Lanka, em 1983, com o tema: “The challenge tool human development in the 1980’s: Response of the church in Asia”,(O desafio do desenvolvimento humano na década de 1980: Resposta da igreja na Ásia). Na ocasião, Dotti apresentou as ações das Pastorais sociais desenvolvidas e coordenadas pela CNBB que realizavam um trabalho de conscientização e organização popular.

A mudança que ocorre nas ações pastorais, fazendo com que a CNBB institua o Plano de conjunto, tem a finalidade de aproximar a Igreja dos leigos. Para isso, vão sendo constituídas organizações leigas muito importantes para compreensão da luta por uma nova igreja comprometida com a realidade concreta. O Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁴ propunha-se a desenvolver programa de alfabetização e educação de base, por meio de escolas radiofônicas, a partir de emissoras católicas. Após dois anos de atuação reformulou radicalmente seus objetivos e seus métodos de ação, aliando-se a outros movimentos de cultura popular do período, seguindo a metodologia de Paulo Freire que tem, da mesma forma, a meta de organizar e educar o povo pelas bases.

Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como educação de base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de participação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro. (MEB, 1962).

Para isso, há uma reorientação do funcionamento das escolas radiofônicas e os seus procedimentos, segundo Fávero, 2006 “[...] a complementação do trabalho das escolas, a ser realizada pelos clubes (de mães, de jovens etc.) e principalmente a ação a ser desenvolvida junto aos sindicatos rurais, conselhos de comunidades e comitês de ação popular começam a delinear uma linha de ação política.” Toda essa postura é concretizada no modelo pedagógico que é desenvolvido em 1963, em particular no material didático, com a produção do livro

¹⁴Conforme Brandão, 1980, p.22, “A educação de Base foi entendida, inicialmente, como uma educação que pudesse conduzir pessoas à aquisição de conhecimentos básicos (fundamentais e primários) para um aproveitamento mais eficaz das condições de vida. Depois passou a ser interpretada como uma educação que conduzisse pessoas e comunidades a: a) tomarem consciência das dimensões naturais e históricas e da dignidade essencial do ser humano e do seu destino; b) estabelecerem formas de mobilização popular que conduzissem ações de mudança estrutural da sociedade capazes de fundamentarem as bases da afirmação e da realização e dignidade da pessoa humana”

Viver é Lutar.

A pedagogia freireana localiza-se neste tempo/espço onde se germina e brota no continente latino americano a teologia da libertação. Fica evidente sua ligação com a proposta teológica. “A opressão/libertação é, pois, uma chave de interpretação da perspectiva teológica/religiosa da obra de Freire. Foi a partir dessa análise que o teólogo Enrique Dussel lhe conferiu a paternidade do novo pensamento latino-americano”. (JARDILINO, 2007, p. 5)

Paulo Freire apresenta uma viva discussão quanto à possibilidade de se ter uma visão filosófica de uma humanidade que liberta. Sua forma de ver o futuro impulsiona para além da crítica da opressão e do consolo ao oprimido, propõe promover formas correntes de luta contra forças objetivas de opressão. Cria uma linguagem de possibilidades ou uma visão profética permanente. Sua força, como o pensamento da teologia da libertação, instiga unir a crítica ideológica à ação coletiva e a visão profética. Paulo Freire tanto criticou como resgatou o aspecto radical do cristianismo revolucionário, conforme análise feita por Giroux.

Embora utópica, sua análise tem natureza e apelos concretos, tomando como ponto de partida os atores coletivos em seus diversos ambientes teóricos e a particularidade de seus problemas e formas de opressão. [...] Ela é profética enquanto vê o Reino de Deus como algo a ser criado na terra, mas somente através da fé em outros seres humanos bem como nas necessidades de luta permanente. A noção de fé que emerge da obra de Freire é informada pela memória dos oprimidos, pelo sofrimento que não se deve permitir que continuasse, e pela necessidade de nunca esquecer que a visão profética é um processo em andamento, um aspecto vital da própria natureza da vida humana. Ao combinar os discursos da crítica e da possibilidade, Freire junta história e teologia para fornecer a base teórica de uma pedagogia radical que expressa esperança, reflexão crítica e luta coletiva. (GIROUX, 1997, p. 150)

Essa visão pedagógica que emerge das mudanças de paradigmas, em especial na América Latina e no Brasil, será crucial para o desenvolvimento de uma práxis pedagógica emancipatória. Freire nos oferece uma *metalinguagem* que gera uma série de categorias e práticas sociais que devem ser analisadas dentro de seus contextos. Essa forma de análise amplia a esfera nas quais o poder se instala. Aponta para a subjetividade da experiência de dominação, com suas tensões e contradições; isso só é possível quando os educadores compreenderem o significado da libertação, através da consciência da dominação, com suas particularidades históricas e culturais e as formas de vida social dos grupos oprimidos.

Ainda que eu não seja teólogo, alinho-me com os que consideram que a teologia tem uma importante função a desempenhar. [...] Mas, estou convencido de que ao aceitar a posição revolucionária que defende cientificamente a transformação ao mesmo tempo, do homem e da realidade, sigo o verdadeiro caminho cristão. (FREIRE, 1977, p. 90)

Todo esse movimento em vista da prática de liberdade muda o enfoque de análise social até então dominante na igreja. Passa-se a analisar a realidade social dentro de uma visão dialética, utilizando dados da antropologia social, da psicologia social, da sociologia, da história, visando uma compreensão mais ampla da realidade, de justiça e dignidade humana. “A libertação é a ação que liberta, passo a passo, a realidade dos distintos cativos a que está historicamente submetida”. (BOFF, 1980, p. 57)

Todo esse processo que a Teologia da Libertação aponta se dá dentro de uma metodologia específica que, segundo Boff, trabalha com o método composto por três mediações, desenvolvido para a formação de leigos para se tornarem protagonistas das mudanças sociais necessárias para a construção de uma nova organização social.

1. Mediação sócio-analítica: quais são as condições sociais reais em que se encontram os indivíduos excluídos, é o VER a realidade. Nesse ponto busca entender porque o oprimido é oprimido através de explicações empíricas, dialética, histórica etc.
2. Mediação hermenêutica: proporcionando uma nova leitura da bíblia, da tradição e documentos da igreja. Busca, a partir do conhecimento da realidade, uma leitura teológica carregando todo o sofrimento, sonhos e esperanças dos oprimidos.
3. Mediação prática: proporciona um olhar para uma nova ação, para um agir pela justiça, com determinação, definição de estratégias, apreciação ética e evangélica, motivação ao engajamento.

A metodologia usada pelos teólogos da libertação implica numa postura analítica que não apenas vê os fatos, nem somente compreende-os, mas por serem conjunturas interligadas, aprofunda a análise para entender a estrutura global onde a sociedade se organiza. Precisa estabelecer uma conexão viva com a prática. Essa se dá entre teoria (fé) e práxis (da caridade). Para o trabalho popular efetivar-se, sinalizava-se com algumas técnicas que poderiam favorecer a formação, estimulando a conscientização, por exemplo: instrumentos como cartazes, confeccionadas pelos participantes dos grupos; cartilhas apresentando diversos temas de interesse social; roteiros visando clarear o como fazer dos processos formativos; músicas para favorecer a expressão popular, relatando a realidade social em suas letras, de

forma regional; boletins informativos, geralmente por bairros e regiões, dando espaço aos intelectuais orgânicos para intercambiarem seus pontos de vista com os agentes pastorais. Da mesma forma era incentivado e apoiado alguns processos de participação através de abaixo-assinados, caminhadas, passeatas, campanhas, discussões coletivas, visualizando um maior comprometimento com os processos de inserção política.

Essa metodologia vai construir uma nova forma de praticar a religião embora não de forma unânime, saindo do âmbito estritamente eclesial para incidir na sociedade com um olhar e com ações éticas nas atitudes cotidianas. Dessa forma, os indivíduos pela sua participação vão se transformando em sujeitos da própria ação, protagonizando sua história de transformação social. Vem daí a necessidade de mudar a forma de interpretar a realidade, saindo da academia e participando efetivamente da vida das pessoas, escutando-o, valorizando sua sabedoria popular e investindo em uma formação sistêmica.

As práticas diferenciadas que vão sendo forjadas pelos movimentos populares, em especial na formação dos sujeitos, vão influenciando da mesma forma os membros da hierarquia eclesiástica (padres e bispos) simpáticos à teologia da Libertação.

No Brasil, após o golpe militar de 1964, setores mais progressistas da igreja católica se aproximam de grupos organizados que resistem ao golpe. Porém, uma ala considerável do clero, ainda com a bandeira anticomunista, não só apoiava como incentivava a ação dos militares. Com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), a violência se torna mais intensa com o aumento da tortura, prisões e assassinatos de estudantes, trabalhadores do campo e da cidade e de religiosos, além de uma perseguição contínua e forte aos bispos que denunciavam esses desmandos. A CNBB passa a ser um ator sociopolítico importante diante deste quadro. São lançados documentos de denúncia dessa realidade e anúncio de uma nova sociedade, sendo divulgado um documento elaborado durante a XI Assembleia Geral da CNBB com os seguintes dizeres:

Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzida nas formas de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. Pensamos primeiramente no exercício da JUSTIÇA, que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa. Seríamos omissos se não frisássemos, neste momento, nossa posição firme contra toda e qualquer espécie de tortura. (CNBB, 1970-1971, p. 85-86).

Alguns Bispos brasileiros passam a ser considerados ícones da luta contra a Ditadura militar, em especial Dom Paulo Evaristo Arns, coordenador do trabalho que resulta no livro/dossiê: “Brasil Nunca Mais”. O livro é uma corajosa denúncia aos desmandos autoritários e das torturas cometidas.

Essa postura vai impulsionar a igreja para estimular a autonomia das comunidades, estabelecendo uma relação mais aberta entre a doutrina oficial e as crenças locais, passando a considerar a diversidade cultural. Aos poucos vai cedendo seu papel do protagonismo para as entidades da sociedade civil organizada.

O Espírito de Jesus está nos pobres e a partir deles re-cria a totalidade da Igreja [...] por isso dizíamos que a Igreja dos pobres não é somente para eles, mas deve fazer-se a partir deles, encontrando neles seu princípio de estruturação, organização e missão [...] isso significa que os pobres são o autêntico lugar teológico da compreensão da verdade e da práxis cristã. (SOBRINO, 1983, p. 108)

Antes mesmo de haver a Teologia da Libertação é importante ressaltar que já havia um movimento latino-americano entre comunidades comprometidas com a justiça social, leigos engajados na conscientização da necessária libertação das periferias do campo e das cidades, como também bispos que de forma corajosa e profética denunciavam estruturas opressoras e injustas. A estruturação da Teologia da Libertação aparece num segundo momento, como etapa de reflexão e aprofundamento desta prática. Busca pela pedagogia de atuação valorizar a cultura popular e a vida dos sujeitos, enquanto autônomos e geradores da própria liberdade.

[...] pedagógica: relação mestre-discípulo, no método de saber crer a palavra do outro e interpretá-la. Por isso a pedagogia analítica (não somente dialética da totalidade ontológica) é da libertação. Se é um escravo da totalidade fechada nada pode realmente interpretar. O que lhe permite libertar-se da totalidade para ser a si mesmo é a palavra analítica ou magistral do discípulo (seu filho, seu povo, seus alunos: o pobre). Essa palavra analítica abre-lhe a porta da libertação; mostra-lhe qual deve ser o compromisso pela libertação prática do outro. [...] que sabe comprometer-se com o movimento e com as mobilizações da libertação e, no próprio caminhar vai pensando a palavra reveladora que interpela a justiça: isto é, vai ascendendo à interpretação precisa de seu significado futuro. A filosofia e o filósofo, devolve ao outro a própria revelação como renovada e recriadora, crítica e interpelante. (DUSSEL, 1986, p. 210-211)

É essa prática do concreto que vai dar ao processo educativo desencadeado, onde a promoção humana passa a implicar em processos que auxiliem o despertar das consciências

em todas as suas dimensões, um sentido de valer-se de si mesma, de sua realidade para ser protagonista do próprio desenvolvimento.

A metodologia adotada modifica a relação pedagógica, fazendo com que esse princípio básico de fazer teologia a partir de uma leitura da realidade concreta, ofereça subsídios para compreensão tanto do desenvolvimento histórico da sociedade como também a maneira como os sujeitos transformam a natureza e constroem a realidade social. Essa perspectiva afirma que se a realidade social é fruto da prática dos sujeitos, pode, portanto, ser modificada. A formação que passa a ser instituída nas comunidades como forma de emancipação altera a relação educador-educando, pois se dá na coletividade, no fazer junto, na valorização das experiências de cada um, estabelecendo relações de cooperação.

Essa ação e comprometimento de alguns pensadores e setores da igreja da América Latina vão impulsionando a discutir o seu papel político na sociedade. Sendo a política essencialmente prática, com ação determinada, se configura como uma dimensão da própria fé, pois fala em libertação, transformação social. O engajamento nos movimentos que defendem a vida plena, que denunciam as estruturas injustas, que priorizam o humano, que tem nome, endereço, cor e sexo vai inevitavelmente fazendo esse assumir um compromisso político, que vai levar a um participar mais efetivo nas questões organizativas da política.

[...] deve-se prosseguir com o trabalho de consolidação dos diversos movimentos populares junto à política [...] o caminho é lento e longo processo de conscientização popular e de conquistas sucessivas pelas vias legais, até que se possa dar um salto qualitativo pelo qual as bases mesmas da sociedade são mudadas. (BOFF, 1986, p. 109)

Dom Pedro Casaldáliga¹⁵ afirmava que “tudo é político, mesmo que o político não seja tudo”. Com essa máxima foi se instaurando na metodologia adotada para a formação, tanto de leigos como de novos sacerdotes, a possibilidade de abrir espaços de consciências, de compromisso e de transformação.

¹⁵O espanhol Pedro Casaldáliga esteve à frente da Prelazia de São Félix do Araguaia por décadas. Adepto da Teologia da Libertação, lutou pelos mais pobres, pelos trabalhadores e contrariou autoridades, inclusive os militares, durante a ditadura. No fim da década de 1970, representantes da conservadora corrente Tradição, Família e Propriedade, a TFP, foram aos generais da repressão pedir que o bispo espanhol fosse expulso do país, acusado de “comunista”. Por intervenção de Dom Paulo Evaristo Arns permaneceu no Araguaia, defendendo os interesses da comunidade excluída e denunciando os abusos do poder. Dedicou a vida à luta pelos direitos humanos e pela justiça.

É nisso que reside a importância da análise dialética da estrutura e das relações sociais que a Teologia da Libertação vai incorporar na sua metodologia de trabalho; sempre coletivo e dialógico, onde a pedagogia utilizada é também a pedagogia da libertação, da práxis, pois ao estimular a análise liberta consciências.

2.4 A Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e a nova compreensão de formação

A Conferência Nacional dos Bispos no Brasil ficou atenta às mudanças que ocorriam na América

Latina e no Brasil, até porque muitos bispos se engajaram nesta proposta. Entre os vários serviços pastorais, a CNBB insiste na necessidade de “acentuar a formação” de lideranças cristãs, dando “especial atenção à análise da realidade econômica, política, social, ideológica e cultural brasileira”. (1986, p. 82)

No Brasil, a difusão dessa forma de análise social e engajamento político se dá prioritariamente nas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), se caracterizando por um novo modo de ser igreja, que se aproxima da forma organizativa dos primeiros cristãos, propondo um cristianismo libertário, baseado na convivência comunitária e na solidariedade. Boff (1986) apresenta as comunidades de base como *igreja-comunhão-comunidade*, que objetiva assumir um papel além-função religiosa, mas comprometido com uma ação humanizadora, integradora, transformadora. Tanto as CEBs quanto a Teologia da Libertação fazem parte de um mesmo processo de mobilização.

A teologia popular/libertação se apresenta como uma maneira mais dinâmica e viva, pois a partir da vivência da comunidade e de atividades práticas e teóricas em articulação, se evidencia a necessidade de construção coletiva entrelaçando organicamente a igreja e organizações populares. Portanto, de acordo com Boff (2007, p. 37) o teólogo popular é um “intelectual orgânico” ou “teólogo militante”.

Segundo Caldart (2000), as ações se davam nas organizações básicas das comunidades, como: clube de mães, grupos de estudos bíblicos e organizações de cunho pastoral. Todas essas iniciativas buscavam resolver problemas em conjunto, tendo seu caráter social transformador que ia de encontro ao regime político instalado no país. A igreja com a participação destas organizações mantinha-se na linha de crítica contra os abusos e desmandos de governos totalitários.

As Comunidades Sociais de Base tem sua ação sob várias circunstâncias, transcendendo a própria instituição da igreja, é isso que favorecerá as lutas sociais que partem e/ou se sustentam no seu interior.

A década de 1960 foi, para a Teologia da Libertação e as CEBs, a época da gênese de suas esperanças de transformação da realidade. O enfrentamento dos movimentos populares com as forças de repressão do regime foi desigual. O martírio, visto como sinal da “fé verdadeira” foi refletido nas bases como um retorno ao cristianismo antigo. Foi nas comunidades de base que o desenvolvimento pleno da Teologia da Libertação tornou-se possível. Sem elas, a experiência, ou seja, a prática, de uma “igreja dos pobres” não seria possível. Mesmo com as divergências, por parte de historiadores e estudiosos, sobre a existência de uma igreja realmente comprometida com as bases, as experiências de CEBs em todo o país modificaram a paisagem do catolicismo. Uma parcela da Igreja se identificava com os pobres e incentivava uma vivência, entre eles. Essas experiências marcaram uma geração de teólogos, leigos, religiosos e bispos. Para isso, as CEBs proporcionaram o ambiente adequado para a experimentação dessa outra vivência da fé. Essa compreensão do Evangelho e da fé cristã foi repassada às bases, discutida e aprofundada pelos seus partidários e, criticada e atacada pelos seus opositores. (FABER, 2010)

No ano de 1979, em Puebla, México, ocorre a Conferência Episcopal Latino-Americana, que respalda a vida religiosa popular, não somente justificando a religiosidade popular, mas também a considerando um suporte para o avanço de um cristianismo mais presente na realidade concreta. Os dez eixos centrais da Conferência, em consonância às necessidades e desafios do continente latino-americano, são os seguintes: pensar e viver a fé a partir da realidade social; denúncia da situação de pobreza e injustiça institucionalizada por um sistema de exclusão; dimensão social e política da fé; opção preferencial pelos pobres e contra a pobreza; defesa e promoção da dignidade da pessoa humana; opção pela libertação integral; opção pelas comunidades eclesiais de base; assunção e purificação da religiosidade popular; opção preferencial pelos jovens; promoção e libertação da mulher.

Na prática, Puebla traduziu o sentido amplo de política: o bem comum. Trouxe um novo modo de compreender a pastoral, tendo como princípio a participação e a comunhão. Apresenta alternativas de organização popular, reconhecendo a necessidade de investir em uma nova evangelização, que passa a ter como objetivo a valorização das culturas antigas e novas do continente, a promoção humana em toda a sua dignidade – reafirmando Medellín, quando aponta a primazia do humano sobre a economia.

A participação dos teólogos da libertação, mesmo que não formalmente¹⁶, fez com que esta ala mais progressista, na confecção do documento de Puebla, contribuísse para um texto crítico, que ao assumir a *Opção preferencial pelos pobres*, encontrasse uma saída conciliadora: atendia tanto aos progressistas que buscavam o protagonismo dos pobres, quanto os conservadores, ansiosos por responder à pobreza latino-americana com uma ampla ação de caridade que focasse os pobres, conforme LÖWY, 2000.

Puebla apresenta, nos eixos da Conferência, um critério fundamental para a evangelização, que une a mensagem cristã aos desafios concretos do continente, apresentando uma metodologia em que o diálogo supera a imposição de uma mensagem desvinculada do real.

Dom Orlando Dotti, engajado nas propostas de renovação da atuação da igreja no meio da comunidade, participa em Puebla secretariando a comissão da elaboração do texto que trata a opção preferencial pelos pobres. Fica ainda mais evidente a sua posição em relação às desigualdades do mundo.

Em Puebla, tinha trabalhado, inclusive como relator, juntamente com mais três bispos; dois de língua espanhola e dois de língua portuguesa. Portuguesa eu e o dom Pepe que redigimos o capítulo da opção preferencial pelos pobres, o qual tinha o compromisso da igreja com a libertação do pobre. [...] A igreja não dava a metodologia, isso cada um deveria descobrir, mas a opção pelos pobres é uma opção evangélica, isto é, que Jesus Cristo fez pelo pobre. Mostrávamos que toda a relação que Cristo fez pelo pobre é uma relação de ajuda, de libertação, e queríamos trazer presente para o mundo de hoje esta mesma libertação. Mas este capítulo da opção preferencial pelo pobre traça o ideal do cristão, o estilo de vida do cristão que deve ser um estilo, simples, sóbrio e austero. [...] Hoje além desses três adjetivos que são de Puebla, acrescentaria que o cristão deve ser solidário. (DOTTI, 2012)

É crescente a participação da CNBB nas discussões do cotidiano com uma interpretação mais comprometida – são realizadas várias reuniões, encontros, assembleias, onde aparecem as preocupações com os rumos que estas novas propostas de evangelização vem assumindo, em especial no Brasil. Na 23ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, realizada de 10 a 19 de abril de 1985, em Itaiçara, SP, em uma carta aos agentes de Pastoral e comunidades os bispos realizam uma análise com o tema principal “A liberdade Cristã e a Libertação” sob o enfoque da “Ação Evangelizadora da igreja do Brasil”, demonstrando a

¹⁶O Vaticano proibiu a presença dos teólogos assessores dos bispos latino americanos, num mecanismo de marginalização dos teólogos da libertação da confecção do texto final. Muitos teólogos progressistas foram secretamente a Puebla e se hospedaram em uma casa e realizaram discussões e redigiram contribuições que eram entregues aos bispos à noite ou de modo sorrateiro durante o evento (BETTO, 1979, p. 110).

preocupação com os rumos da Teologia da Libertação em nosso país. Isso fica evidente no objetivo da carta quando afirma que “Procuramos analisar os valores e falhas da nossa ação Pastoral, refletir sobre questões teológicas, e apontar caminhos”.

Durante toda a assembleia, o tema e preocupações mais enfáticas dizem respeito à necessidade de manter alguns avanços conquistados pela igreja no meio popular, mas paradoxalmente apresentam discussões fortes e com tendências diferenciadas entre os bispos presentes, denotando um sério conflito interno no tocante à análise social e engajamento nas lutas dos movimentos sociais.

[...] identificamos como elementos a serem conservados e aprimorados na evangelização Libertadora: As comunidades eclesiais de base; a profética opção preferencial pelos pobres; o planejamento pastoral participativo; a crescente participação do leigo e valorização da mulher; o engajamento pastoral de religiosos e religiosas, especialmente sua inserção em comunidades no meio do povo; a importância da comunidade como agente e destinatária da catequese; a ligação entre a palavra de Deus e a vida do povo; Campanha da Fraternidade e outras iniciativas a ela vinculadas [...] a dinamicidade da Pastoral da Juventude e vocacional; educação libertadora; Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais; [...] Mas há tensões, divergências e conflitos que podem ameaçar a unidade fundamental da fé [...] surgimento de grupos extremados de tendências opostas que se fecham em si mesmas criticando e condenando os demais [...] podem surgir ambiguidades e confusões “desvios e perigos de desvios”, como adverte a Congregação para a Doutrina da fé. (CNBB, Carta aos Agentes de Pastoral e Comunidades, 1985)

Essa carta demonstra o início da investida dos setores conservadores da Igreja aos teólogos da Libertação e às práticas implementadas por ela no seio da igreja. Há uma séria acusação de que a igreja tornou-se superficial e repleta de subjetivismo, deixando de lado aspectos institucionais, considerados por eles fundamentais para a sobrevivência do cristianismo. Essa linha de pensamento ainda acusa as mudanças de forçarem um aumento do secularismo, do ateísmo em contraposição à igreja como mistério e subordinada a hierarquia.

Segundo Frei Betto (1980, p. 17), um problema importante que as Escolas de Leigos vai enfrentar é justamente não se transformarem somente em uma atividade pastoral como mera estratégia de organização, conscientização e mobilização popular. Argumenta que os cristãos necessitam “compreender a luz da fé” à realidade para transformá-la.

Sem dúvida, há na igreja católica uma perda de sua força institucional, pois os sujeitos passam a sentirem-se livres, autônomos diante das leis, da tradição. A linha mais conservadora do clero aponta para a perda da identidade eclesial única e comum. O ataque à

teologia da libertação é evidente, principalmente nas orientações “oficiais” em relação à prática da mesma.

[...] Tais perigos se relacionam a chamada “análise da realidade”. Nesta operação complexa, nem as ciências sociais escapam aos condicionamentos ideológicos. Preocupa-nos particularmente o apelo a “análise marxista” como instrumento de compreensão da realidade e o apelo a luta de classe como lei fundamental de transformação social. (CNBB, Carta aos Agentes de Pastoral e Comunidades, 1985)

Os papas João Paulo II e Bento XVI são apontados pelo professor Jorge Cláudio Ribeiro, do departamento de Teologia da PUC-SP, como os responsáveis pela morosidade que a igreja católica vem assumindo no Brasil. Segundo ele “no Brasil a Igreja era muito forte, comprometida com os rumos da América Latina; foram demolindo tudo isso, e os bispos e padres progressistas foram perdendo espaço e o ânimo. São poucos os que têm uma visão mais autônoma, dinâmica, e isso gera um certo descomprometimento com a profundidade da religião” (2011). Porém, mesmo com essa contradição interna permanente, os bispos progressistas ainda em ação intensificam sua participação nos movimentos sociais.

A partir dos anos de 1980 há uma reorganização da sociedade brasileira, no que tange a redemocratização do país, e é inegável que os setores da igreja articulados com a teologia da libertação dão uma grande contribuição. Surgirão movimentos sociais, destacando-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), movimentos de mulheres camponesas e urbanas, Movimento dos Atingidos por Barragens, dos desempregados, entre outros. Também novos partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), um novo sindicalismo representado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que em sua gênese tiveram a forte presença da igreja da libertação.

Nesse processo claro de opção de ação mais engajada nos movimentos sociais, a Igreja participa ativamente do movimento pela redemocratização do país através da Campanha das “Diretas Já”. Na sequência, é um dos sujeitos determinantes de organização e apoio do processo constituinte, mobiliza-se em favor de emendas populares à Constituição, dando prioridade as questões relacionadas à ética na política e implementação de políticas sociais, visando garantir a estabilidade democrática. Essa postura mais comprometida com a história e o tempo de seu *povo* vai ter a reação de setores conservadores “obedientes” ao Vaticano. Sob forte influência dos pronunciamentos do então cardeal Ratzinger, que afirmava:

[...] a nova teologia, articulando crítica bíblica e análise marxista, seja sedutora e de uma lógica quase sem falha: ela **parece responder** (grifo do autor) tanto às exigências da ciência e desafios morais do nosso tempo. Mas isso não a torna senão mais terrível: com efeito, um erro é tanto mais perigoso quanto maior a dimensão do núcleo de verdade que ele contenha. (RATZINGER apud LÖWY, 1991, p. 91)

Neste embate entre vários setores da sociedade e no interior da própria igreja, vão mantendo-se sujeitos que se comprometem e assumem uma ação coerente com um discurso da libertação, numa clara práxis pedagógica no jeito de atuar nos vários espaços sociais que participam.

A amplitude das relações sociais estabelecidas ao longo do tempo vai também abrindo outras possibilidades de atuação de uma nova pedagogia a ser utilizada pela teologia brasileira, em especial, no tocante de visualização do ser humano como um sujeito em potencial. Sujeito que precisa aprender a se relacionar com o todo, percebendo-se como parte importante, não como soberano, responsável pelas mudanças estruturais necessárias para a transformação, essas muito além de análises sociológicas, mas com posturas de transformação individual e coletivas.

Todo esse contexto de mudanças, ocorridos não só no interior da organização da igreja latino-americana e no fazer dos movimento populares, mas na sociedade como um todo, vai exigir uma modificação dentro dos processos de formações dos sacerdotes. Começa existir uma crise, pois a formação sacerdotal de até então tinha uma base pastoral fraca e dissociada da realidade concreta, fechada dentro de seminários. Em todo o Brasil começam a surgir experiências alternativas de formação; no Rio Grande do Sul, grupos de seminaristas passam a deixar o seminário Maior de Viamão, onde viviam alunos de várias dioceses do estado, que estudavam na Pontifícia Universidade Católica-PUC, RS, para morarem em vilas de Porto Alegre, convivendo mais com a realidade das comunidades e realizando um trabalho pastoral mais efetivo.

Com essa visão de uma urgente mudança na formação, mais próxima de seus contextos, nasce o Instituto de Teologia de Passo Fundo, ITEPA, abrangendo as Dioceses de Passo Fundo, Vacaria, Frederico Wesphalen, Erechim. Além dele surgiram nesse ambiente outros institutos de teologia em Santo Ângelo, em Chapecó, entre outros.

O ITEPA nasceu em um contexto de transformações profundas que extrapolavam o ambiente eclesial [...]. A formação teológica era um dos desafios. Os agentes se ressentiam de um espaço para aprofundamento teórico. Os seminaristas maiores sonhavam em estudar mais próximos a região onde trabalhariam como padres. Era

um passo decisivo a ser dado e que certamente marcaria a história da região. (FAVRETO; BALBINOT, 2005, p.47)

Tendo como objetivo analisar políticas públicas de formação de professores, dentro de uma perspectiva dialógica, com certeza perceber a amplitude das metas e propostas de uma teologia latino-americana voltada para a emancipação do ser humano, buscando articular sua religiosidade e conhecimento ao processo interno e externo de libertação, nos instiga a buscar conhecer esse processo de envolvimento popular na construção desta possibilidade teológico-pedagógica num esforço de clarificação do concreto e em sua transformação. Perceber que a educação popular foi capaz de movimentar todo um continente, em um momento de absoluta falta de liberdade, é um impulso para a construção de políticas públicas que proporcionem uma ruptura com processos engessados, onde não há cooperação, reflexão, muito menos articulação de saberes na construção de um novo paradigma de formação.

Para perceber a possibilidade concreta de mudança será buscado no estudo e relato da experiência de educação popular desencadeada na Diocese de Vacaria, RS, o processo de elaboração, desenvolvimento e metodologia da Escola de Agentes Leigos de Pastoral da Diocese e suas implicações na vida cotidiana dos sujeitos envolvidos.

ESCOLA DE AGENTES LEIGOS DA DIOCESE DE VACARIA/ RS

Na década de 1970, tendo como base a Teologia da Libertação e a formação de redes de Comunidades Eclesiais de Base, foram sendo tecidos processos formativos que impulsionassem ações de mudanças individuais e coletivas dos agentes leigos, espalhando-se pouco a pouco pelas Dioceses do país, onde a visão de compromisso social se ampliava.

Neste capítulo analisa-se a experiência desenvolvida na Diocese de Vacaria, com a implantação da Escola de formação de agentes leigos. Ele será reconstruída toda a trajetória da Escola e o papel dos intelectuais orgânicos nesse processo. A figura de Dom Orlando Dotti, em especial será ressaltada, bem como, analisar a dimensão político-pedagógica da Escola e suas implicações nos sujeitos envolvidos.

3.1 Trajetória da Escola de Agentes de Pastoral

Dentre as dioceses do Brasil, a partir de processos de formação, em especial na década de 70, analisaremos a Diocese de Vacaria, RS, que conforme documentos do arquivo da Diocese, a prelazia de Vacaria foi criada aos oito de setembro de 1936 pela Bula Dominici Gregis do Papa Pio XI, desmembrada da Arquidiocese de Porto Alegre. Foi elevada a Diocese de Vacaria em 18 de janeiro de 1957 pelo Papa Pio XII na Bula Qui Vicaria Potestate. Da Diocese de Vacaria¹⁷, com sede na cidade de Vacaria, fazem parte atualmente 25 municípios, com uma superfície de 15.843,9 km² e população de 198.111 habitantes.

Dom Orlando Dotti chega em Vacaria no ano de 1983, assumindo como Bispo Coadjutor de Dom Henrique Gelain (1964-1983), vindo a assumir a Diocese em 1986, como bispo. Foi a partir de 1986 que a Diocese de Vacaria começa a desenvolver o trabalho de formação com líderes comunitários. Neste intervalo de tempo entre a chegada e o assumir como bispo, muitas lideranças receberam formação numa linha transformadora e com ideais democráticos, características deste intelectual orgânico.

Na perspectiva de uma formação que articulasse as questões sócio-políticas e culturais ao universo religioso, estabeleceu-se como fio condutor da construção dessa proposta a

¹⁷Os municípios que pertencem a Diocese são: André da Rocha, Barracão, Bom Jesus, Cacique Doble, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Esmeralda, Ibiacá, Ibiraiaras, Ipê, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Paim Filho, Pinhal da Serra, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, São José dos Ausentes, Tupanci do Sul e Vacaria.

educação popular, que vai se efetivando também na Escola de Agentes Leigos de Pastoral. As preocupações na Diocese com a formação do leigo já vinham sendo construídas e discutidas anteriormente. Em 1981, o Plano Diocesano de Pastoral, referindo-se aos passos dados na pastoral faz as seguintes observações: “Sabemos que a fé vem pelo ouvido, o compromisso é assumido pelo conhecimento e a execução é feita por todos, quando todos tiverem os mesmos sentimentos, as mesmas motivações, e consciência do seu papel” (Plano Diocesano de Pastoral, 1981).

É com base nas atas das Assembleias Diocesanas que se pode precisar o empenho das lideranças eclesiais da diocese, em especial de Dom Orlando Dotti que, em entrevista concedida para esta pesquisa, contextualiza os primeiros passos na elaboração da proposta da Escola na Diocese.

Chegando à Diocese, vindo da Bahia, logo percebi, e de certa maneira fiquei olhando, perguntando, e todos diziam a mesma coisa: precisamos de formação, formação em toda a linha, dessa forma, juntamente com um grupo de seminaristas, que moravam na Tuca em Porto Alegre, hoje padre Cláudio Pressento, Padre Edson Priamo, mais dois outros que eram seminaristas, principalmente o Jucelino e o Alceu Calgaroto, todos idealistas que tinham tido uma formação muito interessante na linha bíblica. Eu conversei bastante com eles antes de iniciar o curso aqui em Vacaria. Disse a eles vamos montar uma Escola de formação de agentes de pastoral [...], mas teria que ser uma formação com um leque bem amplo, que fosse formação de cristãos leigos que depois se dediquem a política, a associações, a organizações da sociedade civil e não apenas no aspecto religioso. Planejamos que seria dado um eixo articulador para todos e no fim, quando fizessem uma escolha das suas atividades, dar um estudo específico para cada uma dessas atividades, quem entrasse para os ministérios, no fim da Escola tinha uma formação específica para os ministérios, quem entrasse para o sindicato, quem entrasse para a política, e assim por diante, quase que um leque final, e foi o que fizemos. (DOTTI, 2012)

Essa forma de pensar e desenvolver a formação de sujeitos históricos, comprometidos com o seu tempo foi se estruturando na busca da construção de uma educação conscientizadora. Neste processo a práxis foi tida como propulsora de toda a organização das etapas. Como todo o trabalho participativo, não foram poucos os conflitos, resistências, desafios, e uma ferrenha oposição do Poder constituído em Vacaria, inclusive de membros da hierarquia da igreja, conservadores.¹⁸ Mas mesmo assim, a equipe, conforme consta em ata,

¹⁸O trabalho desenvolvido por Dom Orlando Dotti, juntamente com os teólogos do morro da Tuca, POA, em relação a formação dos leigos sofria uma forte oposição por parte do clero da própria Diocese, onde lideranças, em especial das que compunham as chamadas diretorias das capelas, dos padres que tinham uma forma mais tradicional de trabalho, dos(as) religiosos(as) que não consideravam importante o serviço mais social, os

sempre retomava o trabalho, não recuando em relação a opção metodológica e ideológica assumida, afinada com Medellín e Puebla, com uma clara intencionalidade de mudança, de transformação de velhas estruturas acomodadas e acostumadas a serem seguidas por muitos leigos e clérigos.

A filosofia da práxis não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, mas é a própria história de tais contradições; não é o governo de grupos dominantes para ter o consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; mas é a expressão destas classes que querem educar a si mesmas para a arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades. (GRAMSCI, 1975, p.1320)

A escola foi estruturada com base num processo conscientizador da realidade social, e de ações concretas transformadoras. Segundo Michelin¹⁹, é necessário pensar a partir dos pés – lugar social – e das mãos – práticas transformadoras –, sem isso o saber não passa de um saber egoístico, abstrato e opressor.

Dom Orlando sabia da importância de um processo de formação crítica e conscientizadora para dar impulso às ações populares mais comprometidas, onde houvesse um maior envolvimento nas questões sociais, em relação às desigualdades, à falta de democracia e injustiças. Não hesitou em levantar a voz. Não sozinho. Formou uma equipe, que após estudos sérios e comprometidos, conforme documentos diocesanos, elaborou um conteúdo específico com base na realidade e com fundamentação bíblica. Dando ênfase ao método escolhido para o desenvolvimento das etapas de formação, foram elaborados os subsídios a serem utilizados buscando dar impulso a ações que ultrapassassem o senso comum pastoral, que priorizava até então atitudes isoladas e descontextualizadas.

O início da formação se deu com a realização da primeira etapa, que era chamada “Escolão” – com duração de oito dias, em que os participantes ficaram hospedados na Casa de Formação Diocesana, desenvolvendo estudos intensivos (Documento Diocesano, 1986).

A organização pedagógica tinha a seguinte orientação: 1º conhecimento da realidade, principalmente a realidade da sociedade capitalista, com as suas contradições e o sistema de dominação. Esse enfoque foi o que mais se estudou, durante uma semana inteira, nos três

sindicatos que sentiam suas bases ameaçadas... Enfim, todos que eram favoráveis a manutenção da organização social de então, e viam as mudanças propostas como um “perigo”.

¹⁹Irmã Luisa Helena Michelin, secretária Diocesana em Vacaria no período de elaboração e execução da Escola de Formação, em entrevista concedida para esta pesquisa em outubro de 2012. Atualmente coordenadora da Pastoral da Saúde.

turnos (manhã, tarde, noite). Analisava-se a sociedade, a divisão existente entre ricos e pobres e as relações de exploração.

Os dominantes, donos do capital; e os dominados, os donos da mão de obra. Os dominantes compram a mão de obra daqueles que são explorados, no sentido em que a mão de obra deles cria um capital para aqueles que dominavam, que tinham o controle da sociedade. Esse acúmulo de capital se dava pela exploração do trabalho através da plus-valia retida em favor do capital. Isso era estudado bastante a fundo para o pessoal entender que vivíamos numa sociedade em que havia profunda desigualdade, em que alguns eram dominados e outros dominantes. Esse estudo, através de várias formas didáticas sempre foi um estudo aprofundado. (DOTTI, 2012)

Ao realizar uma análise das relações sociais existentes na sociedade entre dominados e dominadores, era dada ênfase, segundo depoimentos, à importância da classe média, compreendendo nela os profissionais que não vendiam e nem compravam a mão de obra e, por isso, poderiam estar a favor ou contra um dos lados. Era estimulada a reflexão a partir do questionamento: “E nós como igreja, professores, advogados, agricultores, padres... não compramos e nem vendemos mão de obra, somos classe média. De que lado estamos?”. Segundo Pressendo (2012), este questionamento era muito intrigante e fazia com que as pessoas de fato entendessem que não poderíamos ficar neutras, pois se assumíssemos esta posição estaríamos optando pelos dominadores.

Nesse estudo da realidade, distinguiram-se as ações que são feitas em benefício da comunidade e as ações que vão discriminando e excluindo a maioria da população. O questionamento inicial era: “quais os maiores problemas que existem hoje em nossa sociedade?”. As respostas iam sendo consideradas, no grande grupo, e anotadas. Em seguida, em pequenos grupos, eram analisadas as propostas possíveis frente aos problemas apontados e perspectivas de ação frente ao quadro.

Após a análise da realidade, introduzia-se o estudo bíblico. Neste estudo dava-se ênfase ao livro do Êxodo, pois ali se encontravam elementos que ajudavam a fundamentar uma crítica à realidade atual, pois desde o tempo dos Faraós exploravam os escravos e os dominados, os hebreus. Os textos bíblicos ajudavam a aprofundar a posição de Deus frente às injustiças e a dominação. Diante do faraó e do escravo, Deus tomava a posição do escravo.

O Senhor disse: "Eu vi, eu vi a aflição de meu povo que está no Egito, e ouvi os seus clamores por causa de seus opressores. Sim, eu conheço seus sofrimentos. E desci para livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir do Egito para uma terra fértil e

espaçosa, uma terra que mana leite e mel, lá onde habitam os cananeus, os hiteus, os amorreus, os ferezeus, os heveus e os jebuseus. Agora, eis que os clamores dos israelitas chegaram até mim, e vi a opressão que lhes fazem os egípcios. Vai, eu te envio ao faraó para tirar do Egito os israelitas, meu povo". (Êxodo 3:7-10)

Então, Deus tinha uma posição muito clara, diante de um sistema de dominação que durou mais de trezentos anos, a escravidão no Egito. É no êxodo, o núcleo de todo o Antigo Testamento, a história da salvação que se dá pela saída da escravidão para a libertação, que mostra a importância de se acreditar na possibilidade do novo. Mostra que Deus se manifesta na vida das pessoas, no mundo do trabalho (Relatório Diocesano, 1986).

Fortalecendo o estudo da primeira parte, conhecimento da realidade, e o projeto de uma nova sociedade, relacionava-se não somente a dominação egípcia, mas as possibilidades de libertação. A passagem do povo pelo deserto representava a saída da escravidão para a liberdade. As reflexões ajudavam a aprofundar as possibilidades e desafios na atualidade para sair da situação de opressão para uma vida nova, de liberdade e abundância, ou seja, a conquista da “terra prometida”.²⁰

A partir de leituras, principalmente do livro do Êxodo, buscava-se analisar as várias dimensões da sociedade: Político; o Econômico; Ideológico; Ético/Religioso. Neste ponto, a metodologia de trabalho adotada pela Escola de Agentes leigos de Pastoral da Diocese reafirmava a relação estreita entre a sociedade atual e os textos bíblicos.

Novamente em pequenos grupos, reuniam-se para estudar os livros: “Bíblia, livro feito em Mutirão”, de Carlos Mesters; e “ABC da Bíblia”, ambos da editora Paulus, destinados às comunidades de base, aos círculos bíblicos e a outros grupos dedicados ao estudo da Bíblia. Cada grupo ficava responsável pelo estudo de um assunto (conforme organização dos livros), respondendo questões específicas elaboradas. Depois desta parte do trabalho eram feitas as plenárias. Este momento pedagógico sempre foi considerado por Dom Orlando Dotti um dos momentos mais ricos de estudos, pois articulava, de fato, as questões teológicas com a vida cotidiana dos participantes.

Após a plenária dos grupos e a discussão, os participantes assistiam os slides: “As onças e os gatos”. Nele refletia-se sobre os princípios da organização da sociedade e fortalecimento do sistema econômico capitalista. Nesse material é feita uma analogia entre os poderes e a forma de organização dos oprimidos. No enredo fica evidente a necessidade de

²⁰A Terra prometida era entendida como a terra dada por Deus aos israelitas, descendentes dos patriarcas hebraicos Abraão, Isaac, e Jacó. Era sinônimo de fartura e boas condições de vida.

construção de uma nova dinâmica de organização em que todos tenham o mesmo valor, além de analisar o quadro da representatividade político-partidária. Ao final os “gatos” criam um lema: “Gatos unidos, grandes e fortes, mas sempre gatos!”. Isso impulsionava a tomada de posição dos participantes da Escola frente a organização social. Estimulava-se que todos os participantes da Escola apontassem quem eram na sociedade atual os gatos e quem eram as onças e novamente se posicionassem ao lado de um deles.

Segundo Dom Orlando Dotti (2012), ao ser realizada análise de conjuntura, onde se evidenciava uma visão crítica da sociedade atual, na forma de tratar os sujeitos em suas individualidades e em relação a um coletivo que não é considerado pela mesma, se introduzia o estudo dos dez mandamentos, apontados nos textos bíblicos como a “lei” do povo de Deus. Eles estimulavam uma atitude de defesa dos direitos do povo oprimido, direcionando para uma prática mais comprometida. O texto dos dez mandamentos sinalizava a importância do respeito aos direitos individuais e coletivos como condições exigentes, para uma sociedade mais igual e justa. Apresentava propostas de vida, de amor pleno, de comunicação entre o divino e o humano. Apontava para a possibilidade de firmar um novo pacto de amor entre a humanidade e isso dava alento e esperança de construir uma nova sociedade no aqui e agora.

Nos arquivos diocesanos encontram-se documentos referentes ao conteúdo trabalhado na Escola de agentes Leigos de Pastoral. Quando se refere ao estudo dos dez mandamentos, o aprofundamento dado a questão em termos teórico-teológicos é amplo, mas o objetivo principal era fornecer aos participantes uma referência para análise das questões de justiça social. Os textos utilizados apresentavam os requisitos básicos para que um mandamento, uma lei fosse de fato para todos, impulsionando a um novo olhar e compreensão das relações de poder do cotidiano e a possibilidade de superação.

Para que um mandamento seja divino, terá que atender a três questões básicas, são elas: a) Atemporal – que pode ser aplicado em todos os tempos, visto ser imutável; b) Universal – aplicação indistinta a todos os povos; c) Imparcial – atingir a todos da mesma maneira. Com essa forma de análise poderemos verificar as leis que regem nossa sociedade e perceber que nem sempre o que é legal é justo, e propormos através da organização mudanças para torná-las justas. (Arquivo Diocesano, 1986)

Nessa mesma linha foram sendo utilizados textos bíblicos, entre eles, o livro dos Juízes e dos Profetas com o mesmo objetivo de análise social, tendo como suporte orientações teológicas que relacionadas ao cotidiano ajudassem a uma prática pedagógica mais engajada nos vários espaços ocupados pelos sujeitos sociais participantes da Escola.

Um dos profetas mais estudados durante a Escola foi o profeta Amós²¹, “o profeta da terra”. Esta leitura em um tempo forte de conflitos agrários, levava a tomada de posição em relação à defesa da reforma agrária, colocando a Diocese de Vacaria e em especial a pessoa de Dom Orlando Dotti como um dos profetas na defesa da Terra para todos.

Nessa mesma linha, questionavam-se as atitudes do verdadeiro profeta:

[...] experiência profunda de Deus em Jesus Cristo e no povo; testemunho de vida; compromisso com a palavra, com as lutas do povo, com a presença nos acontecimentos; consciência crítica da realidade; não ficar neutro nos conflitos sociais; tomar posição clara em favor da: justiça, vida, solidariedade, direitos humanos e dignidade da pessoa humana; resistência e denúncia a toda forma de opressão; acreditar nos pequenos; esperança e luta pela transformação; agir livre gratuitamente; estar “possuído” pela causa dos oprimidos. (Arquivo Diocesano, 1986)

Na segunda etapa, dando continuidade ao processo, o padre Odalberto Casonato, analisava o livro *Jesus sua Terra, seu povo, sua proposta*, produzido pela Ação Católica Operária, onde se estabelecia a relação do Plano de Deus com as ações concretas de Jesus Cristo. Segundo Dom Orlando Dotti, quando se analisava como Jesus se comportava, reagia na sociedade/tempo em que viveu, apresentava-se a possibilidade concreta de uma leitura dialética do Evangelho. Dessa forma, apontava-se para a necessidade de uma práxis evangelizadora voltada para a transformação da sociedade.

O trabalho era retomado com o estudo do livro *O Profetismo Hoje: latino americano e no Brasil*, dando novamente a posição que a Escola assume diante da realidade: formar para o serviço e compromisso de transformação.

Após este estudo retornava-se para a sociedade, questionando quem está a favor e quem está contra esse tipo de sociedade, onde a igualdade e justiça social são os baluartes, uma sociedade fraterna, solidária. Tais questionamentos, segundo registros de atas, evidenciavam as ideologias existentes entre o grupo de participantes.

[...] quem está a favor e quem está contra uma nova sociedade e a gente via que muitas organizações tanto civis como do estado, sempre privilegiavam o capital, a favor do grupo dominante e contra o dominado. Queríamos que ficasse bem claro que não existe neutralidade. Diante dos interesses, grupos contraditórios ou a gente tinha uma posição a favor ou contra. Dessa forma, se questionou muito as

²¹Segundo Milton Schwantes, Amós é um teólogo do êxodo. Articula sua teologia de modo paradigmático para todo o Antigo Testamento no evento libertador: ação exclusiva de Javé, crítica aos opressores, utopia para os fracos e, a partir deles, para todos. Contudo, Amós não insiste no cenário ou na tradição do êxodo. A teologia de Amós olha para o mundo, não com os olhos de Israel, mas com os dos oprimidos, das escravas e camponesas de Israel. Amós aparece assim como sendo um precursor da Teologia da Libertação.

organizações da época, e uma das mais questionadas foi a dos sindicatos, que apesar de terem um nome, de sindicato dos trabalhadores, muitas vezes eram sindicatos pelegos, que pactuavam com o sindicatos dos empregadores, ao invés de defender o interesse dos pequenos não se pronunciavam. Então, a partir disso, se fez um estudo das chamadas oposições sindicais, foi a época que nasceram as oposições aos sindicatos pelegos, grande maioria na diocese. Estas oposições sindicais realmente trouxeram uma grande novidade para dentro dos sindicatos. (DOTTI, 2012)

Quando se tratava das questões da participação dos leigos nos sindicatos da região, Dom Orlando afirma que se dava conhecimento a todos em relação às evidências de que os sindicatos rurais da diocese foram fundados pela igreja. A igreja, na época de Dom Augusto Petró (bispo em Vacaria de 1958 a 1964), colocou à disposição pessoas para trabalharem na fundação dos sindicatos. Foi uma grande incentivadora, porém, logo se percebeu que havia em praticamente toda a diocese sindicatos pelegos²². Depois, com a criação de uma metodologia própria de organização os sindicatos criaram sua autonomia e individualidade. No entanto, na atualidade percebe-se que não houve renovação em seus quadros. Havia necessidade de uma nova oposição sindical em quase todos os sindicatos para efetivamente representarem a classe e os interesses da classe, muitas vezes, são representações nominais, voltadas aos interesses próprios e do capital.

Os encontros sempre tinham muita animação e rituais simbólicos. As músicas eram uma força, porque só ideia não basta, o entusiasmo deve ser estimulado. Segundo Michelin, sempre houve um engajamento surpreendente nas atividades propostas como práticas na Escola, ficando evidente que etapa após etapa as pessoas iam modificando a forma de ver o mundo, ampliando suas possibilidades de ação.

Um dos pontos de maior conflito foi que, na época, havia como grande novidade o nascimento do Partido dos Trabalhadores. Fundado oficialmente em 1980, era composto por dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação. A Escola tentou fazer uma análise, que numa sociedade como a nossa, democrática, um partido não poderia existir apenas para representar um segmento da sociedade, os partidos são abertos a todos os segmentos, mas é claro que cada um entra em conformidade com a sua afinidade, com seus interesses.

²²Segundo o Centro e Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, Sindicato pelego é entendido como aquele que defende os interesses dos dominantes e não dos oprimidos. Na maioria das vezes os dirigentes pelegos transformam o sindicato em um órgão essencialmente assistencial e recreativo, evitando que sirva de canal para reivindicações de melhores salários e condições de trabalho. <http://cpdoc.fgv.br/> acessado em 15/01/2012.

Faz-se necessário perceber que sempre nos conteúdos trabalhados, segundo registros, o sentido dado à política pela visão da igreja é muito claro. São usados dois sentidos: primeiro, que a política é toda a ação que visa o bem comum. Sendo assim a igreja, neste sentido, consiste em precisar os valores fundamentais de toda a comunidade humana, a solidariedade, a subsidiariedade e a participação, conforme documento número 38 da CNBB²³: “viver e praticar a política no sentido de realizar o bem comum significa para a igreja uma forma de dar culto ao único Deus vivo e verdadeiro”. O segundo sentido da palavra política para a igreja é o exercício do poder e da prática da política partidária, é a forma de construir o bem comum “através dos grupos de cidadãos que se propõem conseguir e exercer o poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais, segundo seus próprios critérios ou ideologias”. (CNBB 38, 103)

É na terceira etapa da Escola que se dá ênfase à análise de conjuntura com base no método utilizado na formação – ver, julgar, agir, celebrar e avaliar. O método é o fermento das comunidades eclesiais de base no Brasil, bem como em toda a América Latina, onde os movimentos populares encontram-se em processo.

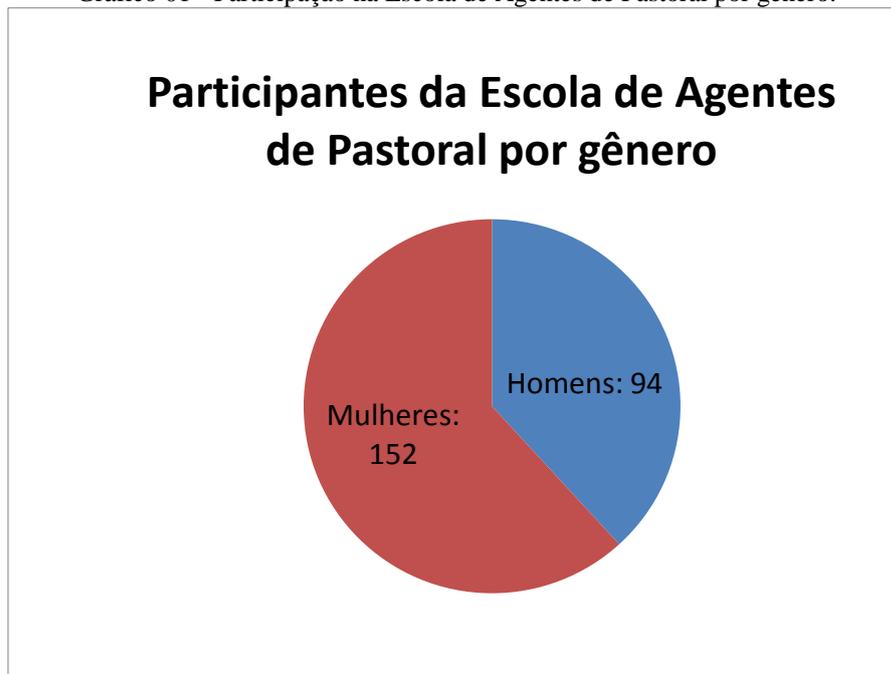
Quanto à especialização, do estímulo para integrar a fé com as demais esferas da vida, surgiu um leque amplo de possibilidades que justificavam uma dedicação especial. As necessidades das pessoas começaram a ser aprofundadas e tornaram-se mais complexas, a ponto de se chamar o debate por categoria de necessidades para direcionar mais a reflexão e a ação. Em relatos encontrados nos arquivos diocesanos, percebemos que ao longo do tempo, nas avaliações feitas, as pessoas participantes começavam a posicionar-se mais claramente em relação aos assuntos estudados.

Os leigos que participaram na Escola eram indicados, conforme já observado, pelos párocos da diocese, que buscavam pessoas que exerciam algum serviço na igreja ou eram vistos como possibilidade de serem lideranças. Há uma grande participação das mulheres, que vão ser a maioria durante todo esse processo de formação.

No gráfico abaixo retrata-se o número de mulheres e de homens que participaram do processo de formação da Escola de agentes leigos de pastoral da Diocese de Vacaria, RS.

²³Doc 38 CNBB – Diretrizes gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 1987/1990. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br>; Acessado em 18/12/2012.

Gráfico 01 - Participação na Escola de Agentes de Pastoral por gênero.



Fonte: Documentos Diocesanos, folhas de presenças de 1986 a 1995. Disponíveis no Arquivo da Diocese de Vacaria, RS.

Sabe-se que a questão de gênero e as identidades que assumem homens e mulheres são definidas muito mais culturalmente que biologicamente, e sua participação no âmbito da organização da igreja se dá nesta ênfase. A hierarquia da igreja é machista. Segundo Schaaf, 2001, é preciso observar que:

Na sociedade brasileira, como em toda a América Latina, o modelo ideológico que define as identidades masculino e feminino e seus papéis na sociedade é o machismo-marianismo. Segundo este modelo, que prescreve e justifica a hierarquia social, definem-se as identidades, as relações e a divisão de tarefas entre mulheres e homens [...]. Esse modelo de marianismo com ênfase na maternidade também persiste no envolvimento das mulheres na política latino-americana [...] a ação social em massa das mulheres nos países em desenvolvimento mostra, além do seu poder como uma força mobilizadora, as dificuldades profundas que as sociedades enfrentam para organizar as atividades reprodutivas, domésticas, produtivas, comunitárias e políticas de forma igualitária para homens e mulheres. (SCHAAF, 2001, p. 54-55)

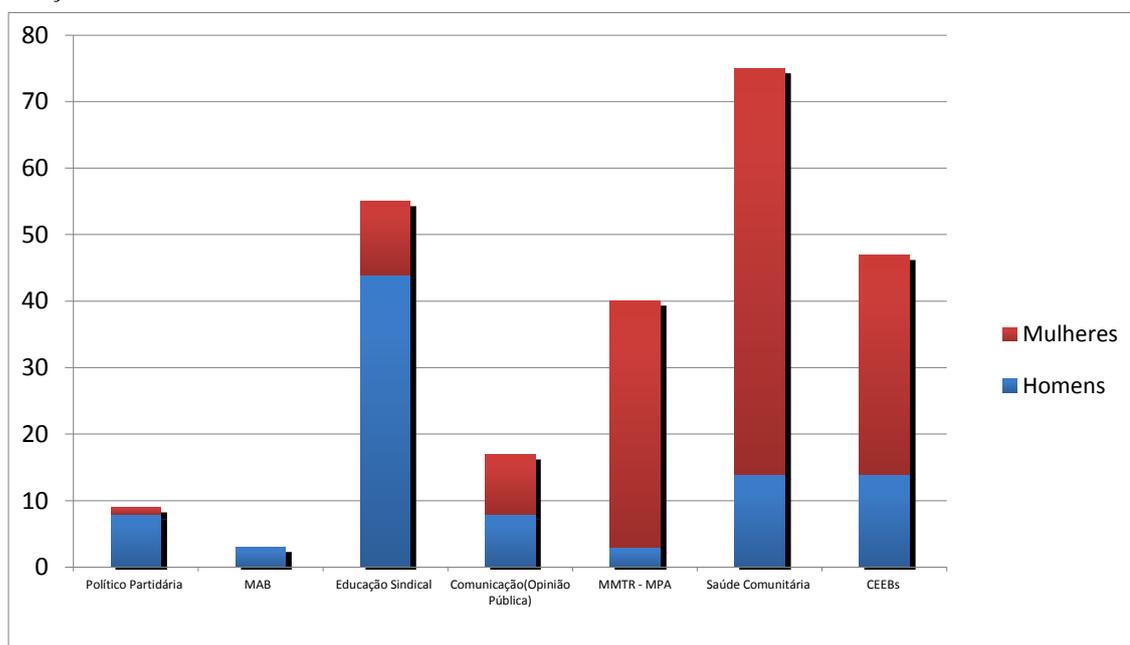
Essa postura do cuidado e da disponibilidade para os trabalhos ditos “secundários” da igreja podem ser justificativas para uma maior participação das mulheres em todo o processo de formação desencadeado pela Diocese de Vacaria, além de já serem as mulheres maioria a

desempenhar trabalhos voluntários nas suas paróquias e assim serem as pessoas indicadas para realizarem a formação.

Um eixo articulador foi elaborado para que a Escola atendesse a todos os anseios de engajamento que foram surgindo ao longo das etapas. Porém é no momento do *agir*, quando se fazia uma escolha das atividades a serem assumidas, que era desenvolvido um estudo específico para cada uma das atividades escolhidas: para os ministérios, uma formação específica para os ministérios, para o sindicato, para a política partidária, etc.

É nesse momento de escolha da ação a ser assumida pelo leigo que fica evidente que as possibilidades são muitas e várias áreas apontadas como opção. Entre elas: política partidária, Movimento dos Atingidos por Barragens, Educação Sindical, Comunicação, Movimento das mulheres trabalhadoras rurais, Movimento de pequenas agricultoras, saúde comunitária, e organização e participação das Comunidades Eclesiais de Base.

Gráfico 02 - Escolha de ações sociais assumidas pelos agentes leigos, na Terceira etapa da Escola Diocesana de Formação da Diocese de Vacaria.



Fonte: Documentos Diocesanos, relatórios das terceiras etapas da Escola de Agentes Leigos da Diocese de Vacaria, RS de 1986 a 1995. Disponíveis no Arquivo da Diocese de Vacaria, RS.

Quando as mulheres, pela formação que recebem, vão conscientizando-se de serem sujeitos (grupo) históricos oprimidos, e também participantes de uma comunidade de fé, adquirem voz própria para nomear e transmitir sua experiência de fé, através de uma prática

mais comprometida com a transformação das estruturas excludentes e opressoras. Essa tomada de consciência da sua própria condição a leva a romper barreiras tendo mais *vez e voz* na sua comunidade.

Sua história é a história do processo de exclusão social em que vivem. A consciência social como pressuposto da consciência crítica, só se efetiva quando os sujeitos participam do processo de decisão [...] mas o comportamento objetivo do grupo de mulheres revela atitudes passivas e dependentes das lideranças. É preocupante esta passividade e dependência que as mulheres mantêm em relação à autoridade [...]. A medida em que as mulheres rompem com esses esquemas ideológicos-culturais e educacionais, podem avançar na consciência do sentido de uma práxis criadora de novas realidades nas relações humanas que produza o despertar para a responsabilidade de se assumirem e de lutarem por suas libertação. (GROLLI, 2004, p. 203, 204, 209)

Quando as mulheres se percebem como responsáveis pelas mudanças vão optando por ações voltadas para as questões de saúde Comunitária, Comunidades Eclesiais de Base, na formação e organização das mulheres trabalhadoras rurais, e o movimento de pequenas agricultoras, ainda voltados mais para o cuidado à vida.

Os homens optam mais pelas questões relacionadas à política, à organização sindical, ao Movimento dos Atingidos por Barragens, evidenciando assim que as questões de comando continuavam a ter preferência masculina.

3.2. Metodologia

A opção metodológica adotada pela Escola de Agentes de Pastoral fundamenta-se na tríade: ver, julgar e agir. Conforme Boran (1977, p. 20-21), essa metodologia tem sua origem na França, na virada do século XIX para o século XX, que foi aperfeiçoada pelo cardeal Joseph Cardijn,²⁴ tendo como experiência concreta os movimentos da Ação Católica que, posteriormente, desdobraram-se em cinco pastorais específicas: Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Agrária Católica (JAC) e Juventude Independente (JIC). Essa metodologia que nasceu ligada a Ação Católica passou a ser adotada por outros grupos e movimentos de leigos.

²⁴Padre belga que fundou, em 1925, na Bélgica, a Juventude Operária Católica (JOC). No Brasil a JOC surge em 1932 e é oficializada nacionalmente em 1948. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/cardjin_leon.htm. Acessado em 05/10/11.

Líderes e membros devem aprender a ver, julgar e agir. Ver o problema do seu destino temporal e eterno para julgar a situação presente, os problemas, as contradições, as demandas de um destino eterno e temporal. Agir com vistas à conquista do seu destino temporal e eterno. (CARDJIN, 1935)

Na Escola os estudos iniciavam com o ver, mas este era sempre atualizado, no início de cada uma das outras etapas, sempre havia um dia de atualização em relação a leitura da realidade. O ver não estava presente só no início, quando era feita análise da realidade, mas em todo processo, sendo vistos e revistos quais tinham sido os grandes acontecimentos, o que tinha mudado... O julgar era basicamente apoiado na Bíblia e nos documentos da Igreja, especialmente da América Latina.

A necessidade de uma metodologia própria que proporcionasse uma formação com vistas às ações sócio-pastorais vai constituindo um modo de fazer, planejar e executar as etapas dos encontros. Fica evidente nas leituras de relatórios das reuniões dos coordenadores “formadores” que vão se reestruturando e atualizando. O que preliminarmente se apresenta é o ouvir: dar voz aos sujeitos para que conheçam, falem, discutam, pensem suas realidades; sendo que esse processo é constantemente analisado a partir dos questionamentos das avaliações propostas em cada etapa. Estes são considerados, discutidos e servem de base para um novo planejamento.

Os conteúdos desenvolvidos partem da realidade. A dialogicidade e a participação vão se constituindo em fazer pedagógico. Esse aspecto não é exclusividade da Diocese de Vacaria, a própria formação dos sacerdotes, em alguns itens, apresenta essa preocupação entre o trabalho pastoral emancipador ou conservador. O Instituto de Teologia de Pastoral de Passo Fundo mantém essa discussão na atualidade, nas formações internas que organiza.

A metodologia participativa não se constrói sem a leitura de contexto [...]. Não se planeja ação pastoral sem uma leitura da realidade. A ação não acontece de forma individualizada e nem a partir da nossa vontade. A ação ocorre na relação com as outras pessoas e com o contexto. É preciso saber o que está acontecendo a nossa volta [...]. Ler o contexto implica em construir uma concepção de sociedade, ver como está nossa sociedade, como nos inserimos neste contexto. (DALLBOSCO, 2010)²⁵

Um cuidado que fica evidente nos registros encontrados sobre a Escola trata do planejamento de toda a ação direcionada à formação, dentro desta proposta. Em vários momentos há reuniões, estudos para um planejamento detalhado do passo seguinte a ser

²⁵“A práxis pastoral: conquistas e desafios na caminhada do ITEPA” – texto elaborado a partir da assessoria prestada pelo prof. Dr. Claudio Dallbosco junto ao Instituto de Teologia e Pastoral em 2010, texto digitalizado.

tomado. Um exemplo são as anotações sobre a montagem da primeira etapa, onde todos os detalhes foram apontados, previsões, dúvidas de como realizar. Essas evidenciam a não improvisação do processo pedagógico a ser desencadeado. Observando as prestações de conta ao longo das etapas de formação, percebe-se que sempre houve um grande investimento nesta área, mas todos os participantes rateavam as despesas de alojamento e alimentação.

A relação existente entre a maneira de programar e desenvolver as etapas de formação da Escola e a educação popular que se difundia por toda a América Latina é indiscutível, pois o objetivo é comum: emancipação e engajamento dos envolvidos.

Alguns conteúdos sempre estiveram presentes nas etapas, como: reflexão teológica à luz do Ensino Social da Igreja; a celebração eucarística; a relação fé e política, fé e vida. Esses sempre articulados com os testemunhos de vida dos participantes, de leituras atuais, assessores, que serviam para subsidiar de forma permanente a análise de conjuntura macro e micro, como pressuposto para perceber o novo, a possibilidade de mudanças a partir de experiências que unam a inclusão social e a participação popular.

A educação popular inserida com flexibilidade na vida e nos movimentos populares passa pela afirmação da identidade da consciência, da autodeterminação, da soberania: valores de uma prática político-pedagógica traduzida no nível do cotidiano e da construção de uma nova cultura política. (HURTADO, 1996, p. 57)

A Escola de Agentes de Pastoral sempre contou com assessores preparados e qualificados dentro de uma linha pedagógica dialógica, entre eles: Dom Orlando Dotti; os padres Édson Priamo, Cláudio Prescendo, Ivanir Rodeghero, Pedrinho Guareschi, Eli Benincá, Laurício Nemam, Nelson Tonello; e os leigos: Odalberto Casonato, Rene Zanandréa, Daniel Salvador, Jucelino Bogoni

As atividades realizadas pela escola de agentes de Pastoral, ao desenvolver um processo formativo com forte cunho de compromisso social, desenvolvendo a sensibilidade com as questões sociais, fortalecendo a consciência dos direitos coletivos vai impulsionar um engajamento histórico das lideranças na luta pelos direitos de todos os seres humanos, da dignidade e da vida. Isso, como se pode perceber, teve forte influência do formato pedagógico adotado pela Escola, impulsionando para uma mudança de paradigmas, nas quais os leigos deixam de desenvolver somente atividades litúrgicas, e passam a exercer um papel de sujeitos sociais, agentes da transformação.

3.2.1 Espiritualidade engajada

Outro aspecto que teve um espaço privilegiado dentro da ação pedagógica utilizada pela Escola é a questão da espiritualidade e da mística. Segundo Pressendo, as celebrações realizadas durante o tempo da Escola possuíam um objetivo de estimular os sujeitos a perceberem-se profundamente como humanos, pois segundo ele, é através da espiritualidade que podemos reconhecer esta dimensão, caso contrário há possibilidade do embrutecimento, o que não era interesse no processo formativo/libertador. Neste contexto a espiritualidade é posta como maneira concreta de viver e relacionar-se consigo mesmo, com os outros e com o mundo, utilizando-se de outros parâmetros e valores de análise, baseados na solidariedade, na justiça e na participação.

A espiritualidade da libertação propugna como postura fundamental para uma autêntica vivência da fé cristã à volta ao Jesus histórico. Essa volta mais legítima retorna às origens – nos permite conhecer e seguir a prática de Jesus, aceitar com veracidade o Cristo da fé (e não um Cristo sem Reino, ou sem cruz, ou sem bem-aventuranças, ou sem partilha de alimento com os excluídos). (CASALDÁLIGA, 1997, p. 101)

As atividades propostas pela Escola de Formação sempre exercitavam a espiritualidade como estimuladora de uma opção clara de vida em favor da dignidade humana. Utilizava-se do Vaticano II, que ao falar de espiritualidade para os leigos diz que ela “consiste essencialmente na prática das três virtudes teológicas: a fé, a esperança e o amor”. Essa afirmação bíblica impulsiona cada cristão, a partir de sua vida e de seu engajamento, em viver estas virtudes a seu modo. Dessa forma, se apresentava a necessidade de haver um estilo militante de viver a fé, a esperança e o amor, ou seja, encarnar a espiritualidade no mundo. Da mesma maneira, buscava-se argumentação para a importância da espiritualidade nos Documentos de Puebla, que aponta onde se deve cultivar a espiritualidade.

[...] espiritualidade acontece dentro da pastoral, entendida como a instância responsável pelas estruturas de expressão e de sustentação de uma caminhada espiritual, pois a fé em seu nível mais desenvolvido, que é a mística, não se processa em regime de solidão total, mas é sociabilidade, especialmente de eclesialidade. Por isso importa que o militante cristão viva a comunhão eclesial, dando e recebendo das riquezas da fé. (PUEBLA, 2010)

Segundo Michelin (2012) tinha-se um cuidado especial em toda a organização do trabalho a ser desenvolvido na Escola de Formação no que se refere a espiritualidade e a

mística. A escolha dos textos, das músicas, a elaboração das celebrações sempre primava para o compromisso com a espiritualidade, fazendo com que os participantes se percebessem como parte de todo o processo. Se propunha uma espiritualidade mais teológica e de uma teologia mais espiritual. Os símbolos nas místicas iniciais dos encontros de formação e nas celebrações passam a ser percebidos com um novo olhar, com significado prático, recuperando a experiência cristã na reflexão teológica de grupo, tendo sempre presente espaços específicos para isso.

Centrada na conversão ao próximo, ao homem oprimido, à classe social espoliada, à raça desrespeitada, ao país dominado. Nossa conversão ao Senhor passa por esse processo [...], conversão significa radical transformação de nós mesmos, significa pensar, sentir e viver como Cristo presente no homem despojado e alienado. Converter-se é comprometer-se com o processo de libertação dos pobres e explorados, comprometer-se de forma lúcida, realística e concreta. (GUTIERREZ 1979, p.173)

A organização pedagógica das atividades desenvolvidas na Escola, em relação à ênfase à espiritualidade contextualizada, propunha um engajamento comunitário como a possibilidade de uma vivência verdadeiramente cristã, onde através dos trabalhos coletivos, em grupos era vivenciado este espaço de participação e essa maneira organizativa de ação. Segundo Gutierrez (1979), “Sem apoio do comunitário não é possível o surgimento nem a vivência de uma nova espiritualidade.”

Todo esse processo de educação desenvolvido na Diocese de Vacaria se efetivou pela iniciativa de um intelectual que primou pela participação e formação popular: Dom Orlando Dotti.

3.3 O papel do intelectual orgânico: a contribuição de Dom Orlando Dotti

Orlando Dotti nasceu no dia 22 de junho de 1930, no município de Antonio Prado, RS, filho mais velho de sete irmãos. Seu pai, José Domingos Dotti, e sua mãe, Mathilde Miotto Dotti, viviam da agricultura, especialmente do cultivo de parreirais. O livro “Semblante e Pioneiros - Vultos da Colonização do RS” (BARBOSA, 1961, p.66-75) reconstrói a história da família Dotti, no capítulo “Os tropeiros”.

Pela fé e incentivo de seus pais, ingressou no seminário dos padres Capuchinhos Franciscanos em Veranópolis no ano de 1942, cursando o ginásio; completou o Curso Colegial Clássico em Vila Ipê, RS. Em 1949 fez, em Flores da Cunha, o noviciado, recebendo o nome de frei Orlando. Entre os anos de 1950 e 1952 cursou filosofia em Marau, RS; completou sua formação com o curso de teologia na cidade de Garibaldi de 1953 a 1955 e, em 1956, em Porto Alegre. Segundo Dotti a seriedade do estudo e a forte disciplina praticada no período da formação, foram muito importantes para reafirmar sua vocação, sendo ordenado sacerdote no dia 8 de abril de 1956.

O trabalho como padre teve início em Vila Ipê, então distrito de Vacaria, no seminário Nossa Senhora de Fátima, atuando como professor de português, inglês e grego. Realizou um curso de aperfeiçoamento de inglês na universidade Católica de Washington, incluindo um curso de educação comparada nos anos de 1958 e 1959. Organizou a Cooperativa Moinho, em Ipê, existente até os dias atuais, todavia sem o mesmo espírito cooperativista da sua criação.

Transferido para Marau no ano de 1962, assumiu o cargo de Diretor dos Seminaristas e do Seminário São Boaventura. Em 1964 muda-se para o seminário dos Capuchinhos, em Ijuí, para lecionar na faculdade de Ciências e Letras a cadeira de Lógica e, posteriormente, de metodologia científica. Entre os anos de 1965 e 1967 foi coordenador de Extensão da Faculdade de Filosofia e Letras de Ijuí, campus de Santo Ângelo/RS. Em meados de 1967, assumiu o cargo de Superior do Convento de Ijuí e, a 12 de março de 1969, foi nomeado bispo de Caçador, SC. Foi ordenado bispo em 25 de maio de 1969 em Ijuí, adotando o lema da própria faculdade: “*cor ad cor loquitur*” (coração fala ao coração). Sua formação para o trabalho comunitário vem da universidade de Ijuí e da participação das atividades sociais, que contavam com a direção do então Frei Matias Osório Marques (nome assumido na ordenação) e de Argemiro Brum.

Em 29 de junho de 1969, foi empossado Bispo de Caçador, onde realizou a organização pastoral da Diocese. Foi o responsável pelo início do Seminário Diocesano de Caçador. Já nesta época demonstrava interesse e preocupação com a formação de leigos, fundando em Caçador a Escola de Formação de Agente de Pastoral, ainda hoje em funcionamento.

Na área da educação foi nomeado membro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Sempre envolvido e participativo nestas questões, Dotti foi membro fundador da Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE) com sede em Florianópolis.

Foi o articulador da faculdade de Ciências e Letras, mantida pela Universidade do Contestado – Campus de Caçador (UnC), e seu primeiro diretor. Essa universidade de cunho Comunitário foi se expandindo para outros campi, também com seu apoio e incentivo: Canoinhas em 1971 e Concórdia em 1976.

Seu modo de ser e agir rendeu-lhe muitos trabalhos de coordenação dentro da Regional Sul 3 da CNBB²⁶, onde coordenou projetos sociais e elaboração de documentos conclusivos de Semanas Sociais do Ensino Social da Igreja e das pastorais sociais. Formulou inúmeros textos relativos aos temas sociais abordados pela CNBB.

Seu perfil de defensor e porta voz dos excluídos levou-o a assumir, por dois anos, a partir de 1993 a Comissão Pastoral da Terra (CPT)²⁷, e pelo seu trabalho e reconhecimento foi reeleito por mais um biênio. Enquanto presidente desta Comissão respondeu por quatro edições do caderno “Conflitos no Campo”, que foi lançado a cada ano para a opinião pública como um relatório sobre os conflitos do campo brasileiro, problemática agrária no Brasil que passa a ser conhecida internacionalmente. Um desses exemplares foi lançado conjuntamente com Dom Paulo Evaristo Arns, em São Paulo, no qual Dom Orlando alertava para o descaso do Legislativo em estabelecer no país legislação apropriada à realização da reforma agrária, denunciando também a omissão do judiciário pela impunidade dos culpados em crimes agrários.

Na Comissão Pastoral da Terra, Dotti estabeleceu o fórum permanente da reforma agrária, atuante ainda hoje. Como membro da congregação dos Capuchinhos franciscanos, vai assumindo cada vez mais o compromisso com a teologia que visa a libertação. Segundo Dotti (2012), “na igreja sempre esteve presente o tema da libertação, vista pelas ações de Jesus

²⁶Regional Sul 3 da CNBB - expressão da colegialidade dos bispos das 18 dioceses que compõem este regional, constituído pelos membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), canonicamente domiciliados no Estado do Rio Grande do Sul, é o órgão pelo qual a Igreja realiza sua missão evangelizadora, favorece o estudo e ação conjunta em torno de questões e desafios pastorais, comuns às Igrejas Particulares de outros Regionais e aos territórios de missão no Brasil e além fronteiras: disponível em <http://www.cnbsul3.org.br>. Acessado em 04/07/2012.

²⁷A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra para um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". [...] o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. [...] Em sua ação, explícita ou implicitamente, o que sempre esteve em jogo foi o direito do trabalhador, em suas diferentes realidades. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. Acessado em 17/07/2012; disponível em <http://www.cptnacional.org.br/>

Cristo, que transformava as realidades da discriminação, da exclusão, da rejeição e sendo cristão não se pode ter outra atitude senão libertária.”

Dotti sempre demonstrou uma preocupação com as desigualdades que geram a miséria e a fome no mundo. No continente europeu participou de encontros e contactou com organizações envolvidas na resolução de problemas da fome e da miséria, como a Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar (FIAN) e Via Campesina no México. Em novembro de 1995 foi convidado a participar de um seminário com o tema: “Las Iglesias y El desarrollo rural”, em Montevideu, Uruguai, promovido pelas igrejas católica e luterana. No período compreendido entre 1997 e 2000 foi membro do Pax Christi Internationalis, eleito em assembleia geral. Participou de reuniões em Londres, Bruxelas e Roma, sempre buscando caminhos para a construção da paz.

Juntamente com José Saramago e o Rabino Henry Sobel, integrou o tribunal que julgou, simbolicamente, o massacre de Eldorado de Carajás. Foi membro do Conselho Estadual de Justiça e Segurança do Estado do RS, no governo Olívio Dutra, fazendo-se presente em todas as reuniões, durante os dois anos de mandato. Essa participação foi importante na medida em que ali encontrava-se um representante da sociedade civil. A posse deste conselho se deu em uma sessão nobre no salão do Palácio, onde quem fez uso da palavra foi Dom Orlando, enfatizando a importância da participação da sociedade civil na execução da justiça e da segurança.

Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em setembro de 2001, participou do Tribunal da Dívida Interna, onde usando da tribuna manifestou-se com a clareza e objetividade necessárias ao tema discutido num momento de conclusão do plebiscito da dívida externa.

A democracia efetiva se constrói com o fortalecimento dos movimentos sociais e da cidadania. Só o estado moldado pelas mãos dos movimentos populares é um Estado democrático. A democracia exige que os bens produzidos por todos sejam por todos partilhados, mediante políticas sociais e mediante a participação de todos na elaboração e execução orçamentária. Por isso, em nome, da democracia proclamamos que a dívida social tem prioridade sobre a dívida externa e interna. (DOTTI, 2001)²⁸

²⁸Palestra Proferida por Dom Orlando Dotti em 06 de setembro de 2001, no Tribunal da Dívida Interna, realizado na Assembleia Legislativa do RS.

Dom Orlando sempre fez questão de deixar claro que é defensor da Teologia da Libertação, tendo participado dos encontros nacionais e regionais das Comunidades Eclesiais de Base.

Foi também o fundador do Conselho Missionário Diocesano (COMIDI), nomeado aos 28 de agosto de 2003. Conforme documento diocesano, seu objetivo é de “animar, fortalecer, formar consciência e espiritualidade missionária, que perpassa a ação de todos os movimentos, setores e pastorais da Igreja particular em comunhão com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE)”. Foram também por ele viabilizados os projetos de missões diocesanas e igreja irmã na área missionária de Manaus²⁹.

Dom Orlando foi um grande incentivador dos processos educativos, tanto que participou da direção da Faculdade de Letras e Educação de Vacaria (FALEV), hoje incorporada à Universidade de Caxias do Sul (UCS). Foi um dos articuladores do Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo (ITEPA), integrado pelas dioceses de Vacaria, Passo Fundo, Erechim e Frederico Wesphalen; hoje Faculdade de Teologia e Ciências Humanas, sendo membro do conselho e professor. Mais recentemente, planejou junto a outras lideranças o movimento pró-Universidade Federal do Norte do Rio Grande do Sul. Participou ativamente em muitas reuniões, audiências públicas e encontros em Brasília, resultando na criação da Universidade Federal Fronteira Sul, cuja sede fica em Chapecó/SC; além de campi em Laranjeiras e Realeza/PR; Erechim e Cerro Largo/RS, todos em funcionamento.

Destacou-se pela sua atuação junto ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) pela prática pastoral; foi um apoiador das organizações populares no sentido de presença, assessoria e participação, sempre na defesa dos atingidos pelos lagos das hidroelétricas da Itá, Machadinho e Barra Grande. Nas oportunidades possíveis a manifestação, ocupava os espaços em defesa corajosa das atividades destas organizações populares.

O meu pensamento não é exclusivamente meu, é um pensamento que nós da Igreja temos. Em primeiro lugar dizemos que o MAB é o legítimo representante dos atingidos por barragens. Dentro desse contexto de exclusão, é um movimento próprio desses excluídos, não alguma coisa superior, nem alguma coisa lateral. Isso que é importante sempre reafirmar: a legitimidade do Movimento. [...] A Igreja entendeu que não é toda a sociedade, mas faz parte dela aceitando a participação de entidades, da sociedade civil e também contribuindo com a sociedade para um projeto novo. Eu diria que nosso é o mesmo projeto do MAB, que quer uma vida

²⁹As Missões nas áreas de Manaus tem como função animar, fortalecer, formar consciência e espiritualidade missionária, que perpassa a ação de todos os movimentos, setores e pastorais da Igreja particular em comunhão com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE). É uma ação de colaboração com a chamada igrejas irmãs entre a Diocese de Vacaria e Manaus.

melhor, o bem comum para todos, o projeto de uma sociedade livre, democrática, que haja menos desigualdade social e que haja uma participação de todos na vida democrática no país. [...] Nunca se viu que as barragens tenham melhorado a vida dos atingidos, pelo contrário, sempre piorou! Por isso tem tanta gente que é contra esse modelo de produção de energia. [...] O MAB tem que lutar cada vez mais por isso e os investimentos públicos, que servirão somente a interesses particulares, devem ser revertidos ao bem estar dos pobres ribeirinhos, pois antes de produzir energia, estas usinas produzem excluídos e isso deve acabar. (DOTTI, 2012)³⁰

Ao assumir como bispo na Diocese da Vacaria, no ano de 1986, Dom Orlando Dotti sinaliza o tom que o seu trabalho irá assumir, empreendendo uma nova forma de evangelizar a partir da realidade. Isso fica bem evidente nas palavras que profere na posse:

Aqui estou sem preconceitos, totalmente aberto, não apenas de braços, mas de coração. O meu lema foi sempre de coração para coração. Tenho as portas de minha casa abertas para todos, grandes e pequenos, ricos e pobres, todos aqueles que se sentem aliados com Jesus Cristo na construção do Reino. Todos têm as portas abertas. Tenho por estilo de vida ir ao encontro das pessoas nas ruas, nas casas, no comércio, no trabalho. Hei de continuar este meu estilo, encontrando as pessoas no trabalho e na luta de cada dia. E assim então não apenas estar aqui, mas estar no meio da nossa gente. Aqui estou. Disponham de mim, de conformidade com suas necessidades, com seus anseios. (DOTTI, apud BARBOSA, 1984, p. 61)

Esse pronunciamento feito na sua posse define uma linha de trabalho apostólico a ser desenvolvido por ele na Diocese de Vacaria, que muda radicalmente o fazer teológico até então desenvolvido na região. É um dos membros da igreja comprometidos com uma prática que valoriza a cultura em que se insere e evidencia uma posição progressista.

Sua atuação causava impacto na sociedade, atraindo os que concordavam com seus ideais de justiça e de solidariedade, bem como gerando antipatia nos que se sentiam ameaçados, incomodados com esta possibilidade. Tanto que como nos diz Michelin, em entrevista, “Dom Orlando nunca foi visto pelos grandes como *persona grata*. Sua participação ativa na organização de movimentos sociais, em especial na questão agrária, rendeu-lhe resistência de alguns setores conservadores da região.”

Conforme o Jornal Pioneiro, em 30 de agosto de 1987, por ocasião da implantação da União Democrática Ruralista³¹ (UDR) em Vacaria, ficou claro o embate entre o conservadorismo rural e a posição assumida por Dom Orlando em defesa da Reforma agrária:

³⁰Entrevista concedida por Dom Orlando Dotti para a revista virtual Ecoa, em Defesa da Vida, em 25/04/2005; disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?mat=6378>; acessado em 20/03/2012.

³¹Segundo Bruno (1997, p. 50) em 1985 é criada a União Democrática Ruralista (UDR), entidade classista não atrelada ao Ministério do Trabalho, que se torna a principal representante dos interesses dos latifundiários no debate nacional travado acerca da questão agrária. O objetivo declarado da entidade é o de “defender todos os

Durante a instalação oficial do Núcleo da UDR em Vacaria – que reuniu 300 fazendeiros – o presidente da entidade no Estado, Gilberto Scopel [...] criticou o Comissão Pastoral da Terra, dizendo que os sacerdotes que trocaram Jesus Cristo por Che Guevara são hipócritas [...]. O presidente do Núcleo da UDR de Vacaria, o advogado Irineu Lemos da Luz, disse que a implantação da entidade no município superou as expectativas e por isso o movimento já pode ser considerado vitorioso [...]. Finalizando, o líder local disse que a orientação para aqueles que quiserem ouvir a palavra da UDR “é se afastar dos maus comandantes da igreja. Doações para a igreja, sinceramente, nada mais, porque não podemos armar nem alimentar os nossos adversários em Vacaria e em qualquer lugar do Brasil.” (Jornal Pioneiro, 05/11. p. 12, 1987)

O presbitério de Vacaria, presidido na ocasião por Dom Orlando Dotti, repudiou as críticas feita pela UDR e lançou uma nota de esclarecimento aos católicos da Diocese. Nele estava a reafirmação da opção da Diocese:

[...] O Conselho Presbiteral continuará na sua opção evangélica pelos mais necessitados e proclama com o papa a reforma agrária, como exigência da fé, bem comum e justiça social [...]. Para o Conselho Presbiteral, a manifestação dos líderes da UDR é a tática que visa classificar os padres segundo os seus interesses, qualificando alguns como bons e outros como maus, na evidente tentativa de dividir os católicos. [...] A nota repudia as práticas antievangélicas e antidemocráticas da UDR. (Jornal Pioneiro, 17/11, p. 22, 1987)

Segundo Guidani, Dom Orlando Dotti sempre teve forças de levantar a voz, denunciar e apontar caminhos novos, porém essa qualidade nem sempre foi compreendida. “Como um profeta, poderia ser compreendido? Assim como tantos outros defensores da verdade acusaram-no de bispo vermelho, revolucionário, subversivo...”

Por ter uma opinião clara em relação à exploração do povo e a reforma agrária foi negado a Dom Orlando no ano de 2001 o título de Cidadão Honorário de Vacaria pela Câmara Municipal. O Projeto de Lei nº 10/2001, autoria do vereador Valdecir Panisson, foi à votação, na sessão ordinária realizada dia 24 de setembro de 2001. Essa atitude da Câmara Municipal gerou uma discussão ampla na comunidade local, regional e nacional, pois sendo Dom Orlando uma personalidade conhecida internacionalmente pela sua postura em defesa dos direitos humanos e em prol de uma igreja libertadora, tal decisão soou como um desrespeito. Os meios de comunicação locais e estaduais relataram a indignação da

direitos e interesses dos seus associados, com o mesmo porte da ameaça a esses direitos e interesses, com assistência integral, de qualquer natureza”. A UDR identifica a igreja progressista e o MST como seus grandes adversários e incentiva a organização de milícias privadas para o enfrentamento direto em defesa da propriedade, considerando ser a violência inevitável.

comunidade com o resultado da votação nove votos favoráveis e dez contrários, através da votação secreta, não podendo ser identificadas as escolhas dos “representantes do povo”. Este fato expôs a fragilidade e falta de transparência do sistema secreto de votação, pois em entrevista as rádios locais, dos 19 vereadores somente dois disseram ter votado contra o projeto, pois em enquete das rádios 99% dos ouvintes manifestaram repúdio à decisão.

Os vereadores de Vacaria exigiram votação secreta para o projeto. Graças a essa estratégia, tornou-se difícil identificar os responsáveis pela rejeição. Não dá para saber quem se opôs a homenagem, mas não é impossível avaliar as causas. Vereadores mais conservadores se negaram a reconhecer a importância da atuação de Dom Orlando Dotti na defesa da reforma agrária e do trabalho realizado pelas pastorais sociais da Diocese de Vacaria. Misturaram ideologia com trabalho. (HENRICHS, *Jornal Pioneiro*, 26/09, 2001)

Dom Orlando Dotti permaneceu no cargo de bispo diocesano da Diocese Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria até 12 de novembro de 2003, quando foi substituído por Dom Pedro Sbalchiero Neto, tornando-se Bispo Emérito da Diocese de Vacaria.

A sua opção pelos pobres e excluídos, os sem vez e os sem voz da sociedade, por muitas vezes não foi compreendida, sendo criticado e menosprezado, por que? Porque conscientiza sobre as injustiças sociais e os privilégios das elites. Dom Orlando, o senhor construiu um profundo conhecimento, sobre a estrutura agrária e fundiária do Brasil, sempre um grande crítico. Certamente, por isso, odiado e rejeitado até mesmo aqui em Vacaria. Enfrentou uma campanha de perseguição e difamação orquestrada pelos privilegiados da estrutura fundiária. Na oportunidade, uma frase ficou gravada como testemunho de sua sabedoria: “eles não vão durar mais que a idade de um boi”. Profecia? Não. Realismo? Sim. Pelo seu conhecimento globalizado, teológico e científico, visualizava mudanças de paradigma em pouco tempo. É claro, Dom Orlando, sabemos que o senhor não é unanimidade, nem mesmo na própria igreja, entre religiosos, padres e bispos, e outros segmentos da sociedade, mas isso representa o sinal de quem constrói paradigmas, por outro lado, conquistou a simpatia de personalidade internacional. (VICENZI, 2010)³²

No dia quatro de novembro de 2003, recebeu homenagem da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, por seus trabalhos prestados junto aos movimentos e pastorais sociais. Diversos municípios situados no território da diocese de Vacaria conferiram-lhe o título de “cidadão honorífico”, respectivamente: Esmeralda, Ibirairas, Lagoa Vermelha, Campestre da Serra, Monte Alegre dos Campos, Santo Expedito do Sul, além de Canoinhas e Lebon Régis em Santa Catarina. Somente em 2010, a pedido do poder Executivo Municipal – que pela

³²Pe Eliseu Vicenzi, discurso quando do recebimento do título de cidadão Honorário pela câmara de Vereadores, a Dom Orlando Dotti, 2010, conforme ata da Câmara nº44/2010 de 22 de junho.

primeira vez na história do município é um governo popular – é concedido a Dom Orlando o título de cidadão Honorário de Vacaria, proposição apresentada pelo vereador Antônio Soares de Almeida.

Em 2009 e 2010, intermediou as negociações entre a prefeitura municipal e os irmãos maristas, para que a prefeitura de Vacaria adquirisse o Colégio Marista São Francisco. Hoje transformado no Centro Socioeducativo Dom Orlando Dotti, atende crianças e adolescentes, com atividades de inclusão sócio-pedagógicas. Nada mais apropriado para nomear uma ação de dignificação humana, que busca justiça social.

3.4 Formação de intelectuais orgânicos

É em Gramsci que buscamos significar o conceito de intelectual orgânico, quando afirma que “Todos são intelectuais [...]. Porque não existe atividade humana da qual se possa excluir alguma intervenção intelectual” (GRAMSCI, 1975, p.1516).

O intelectual orgânico está entrelaçado às relações sociais, estabelecendo uma relação dialética com o mundo. Segundo Gramsci é indispensável a realização de uma “catarse” de grupo e pessoal, que funciona como uma constante crítica e autocrítica, como um processo da subjetivação ético-política que proporciona a construção do conhecimento pela prática coletiva dos sujeitos. (GRAMSCI, 1975, p. 1331). Ou ainda podemos dizer que a “catarse significa, assim, o momento em que a esfera egoístico-passional, a esfera dos interesses corporativos e particulares, eleva-se ao ético-político, ao nível da consciência universal.” (SIMIONATTO, 2000, p. 11). Isso somente é possível quando há vontade coletiva.

A Escola de Agentes de Pastoral, exerceu este papel no decorrer do processo, desencadear esta “catarse”. Os temas desenvolvidos levavam a reflexão individual e coletiva e estabeleciam diálogo crítico numa perspectiva democrática.

[...] a relação democrática que o intelectual estabelece e o horizonte ético-político que descortina, isto é, a capacidade de promover um projeto socializador que reconheça os subjugados como sujeitos políticos. Nesse sentido, há em Gramsci uma relação estreita entre o conceito de “orgânico” e o de “ético-político”, se considerarmos que os dois remetem à universalização da democracia popular. E essa só acontece com a construção de uma hegemonia capaz de entrelaçar em unidade subjetividades individuais e “vontade coletiva”, de transformar em liberdade a necessidade, quer dizer, de operar o processo de “catarse”, de subjetivação, que é “o ponto de partida de toda a filosofia da práxis”. (SEMERARO, 2006, p. 271).

Gramsci e Freire coincidem na ênfase que dão à práxis revolucionária. Ela não é simplesmente a alteração das circunstâncias sociais, mas atividades práticas e intelectuais de seres humanos que, ao transformarem suas circunstâncias sociais, transformam-se a si próprios. Através de sua atividade prática e teórica, mudam, revolucionam. A revolução é o produto de uma práxis, quando o pensar e o agir se entrelaçam. Não basta criar uma sociedade nova, mas propiciar o surgimento de novas mulheres e homens.

a função do novo intelectual, orgânico à dinâmica da sociedade e a conquista hegemônica da sua classe, não pode mais consistir na eloquência e nos ímpetos da emoção, mas na interpenetração entre conhecimento científico, filosofia e ação

política. Tal intelectual deve ser um construtor, organizador, educador permanente, de modo que da técnica-trabalho se chegue à técnica-ciência, à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece especialista e não se chega a dirigente (especialista+político). (Gramsci, 2006, p. 344).

Para Gramsci o intelectual orgânico é o sujeito que pensa a complexidade da realidade social e política, em suas várias dimensões; é o que coloca seu conhecimento em favor dos movimentos sociais. Ele é fundamental no processo de construção da consciência dos indivíduos num determinado momento histórico. Tem o papel de estimular o enfrentamento das situações adversas e construir alternativas de transformações. Ou seja, os sujeitos que pensam a realidade social, sendo os mediadores entre a sociedade civil e a sociedade-Estado.

A forma de ver a sociedade como uma possibilidade de mudança faz com que os envolvidos no processo de articulação e execução da metodologia trabalhada na Escola também apontem a problemática da questão de gênero. Mudando, pois, alguns paradigmas, reconhecendo a opressão e exclusão sofridas especialmente pelas mulheres, estimulando a reflexão crítica e tomada de posição dos participantes da Escola.

A participação das mulheres na Escola de Formação de Agentes de Pastoral as impulsionou na sua organização. “Com relação às mulheres, na época, não só para as mulheres como também para outras instâncias da sociedade, não havia organizações formadas, mas surgiram depois disso várias organizações das mulheres, trabalhadoras rurais” (DOTTI, 2012). Não havia organização como temos hoje, mas as mulheres recebiam todo o apoio do bispo para realizar esta ação organizativa, mesmo tendo resistência de alguns padres da paróquia.

Na igreja católica, o padre é muito dependente do bispo e se ele encontra um bispo aberto, o padre tem muito mais abertura de ação. Pode ser que o padre não seja muito aberto (ao trabalho pastoral), mas a comunidade sabe que o bispo está a favor deles. [...] Eu dava aval, credenciando para o funcionamento das Mulheres da Roça. As outras podem fazer quantos clubes quiserem: clube da solteira, de viúva. As Mulheres da Roça, ou movimento das mulheres trabalhadoras rurais (MMTR) é um grupo que aprovamos e nos comprometemos. Isso nós decidimos em assembleia. (DOTTI, 1999, apud SCHAAF, p. 147-148)

Inspirando-se no trabalho realizado pela Escola, na sua filosofia, as mulheres se organizaram, de forma muito forte especialmente em Cacique Doble e Sananduva, depois

foram incorporando muitas outras ideias de grupos de mulheres. Nos textos bíblicos estudados, se enfatizava a análise de como se dava a opressão sobre as mulheres, desde o tempo do Egito. Da mesma forma apresentavam-se as mulheres como protagonistas da libertação. Um dos temas aprofundados era em relação ao povo Hebreu. Os textos apresentavam as parteiras, que preservavam a vida dos meninos, como defensoras dos direitos dos oprimidos pelos Faraós, ao escondê-los e não sacrificá-los. Como exemplo apresentava-se Moisés, entre outros, na perspectiva de mostrar o quanto as mulheres tem argúcia na preservação da vida. Esse estudo sobre as mulheres a partir dos textos bíblicos, com uma análise da situação atual das mulheres em relação a sua participação na sociedade, buscava desencadear um processo de compreensão crítica e de engajamento nas questões sociais.

A mulher teve um destaque não só pela presença na Escola, como também pela orientação do próprio curso para a organização das mulheres da roça; expandindo-se pelo estado e pelo país, resultando no engajamento de lutas em andamento pelo reconhecimento das mulheres trabalhadores rurais como profissão, com documentação, aposentadoria, alfabetização, previdência, salário maternidade e outros. Hoje, a organização integra o movimento das mulheres camponesas com atuação internacional.

Nesse sentido, a pesquisadora Schaaf destaca o fato de Dom Orlando dar pleno apoio ao movimento das mulheres, nas publicações realizadas pela diocese, nas decisões tomadas em assembleia, inclusive contrariando muitos sacerdotes opositores à atuação das mesmas.

As CEBs e as escolas pastorais foram cruciais no desenvolvimento das mobilizações do Rio Grande do Sul. A partir da religião, foram oferecidos conforto, consolo e esperança para as agricultoras e, ao mesmo tempo, foram construídas formas de resistência contra as relações de poder existentes [...]. As pequenas agricultoras aprenderam a se familiarizar com a política, o que foi fundamental por pertencerem a uma categoria social com pouca consciência política tradicionalmente [...]. As mulheres aprenderam a discutir, julgar e desempenhar um papel político, a se formar como sujeitos políticos com premissas próprias. (SCHAAF, 2001, p. 149)

Sendo assim, a caminhada prática/profética de Dom Orlando vai mais além, pois com sua coragem participa ativamente da organização e implantação de um formato de educação sindical objetivando formar uma consciência crítica na defesa e reivindicação de direitos dos trabalhadores da roça e da cidade. Articula também a questão da Pastoral da saúde comunitária, encarregando pessoas capacitadas, promovendo encontros e cursos sobre saúde preventiva, remédios caseiros, alimentação balanceada, primeiros socorros.

Com uma visão global, age localmente como organizador e dinamizador de ações concretas de participação e emancipação, em todos os segmentos. A Pastoral da Juventude (PJ) da diocese teve pessoas “liberadas” para articular cursos, retiros, mobilizações, encontros, dando oportunidade de crescimento ao grupo. Uma das preocupações era com as vagas oferecidas às paróquias para a participação da formação. Era necessária a participação dos jovens e das mulheres. Portanto, a turma era formada por mulheres, adultos e jovens, entretanto os jovens eram maioria. A década de 1980 foi uma época em que a pastoral da juventude esteve bastante mobilizada. Segundo Dom Orlando o tempo em que participou da diocese como Bispo, foi, sem dúvida, o período em que a PJ esteve mais mobilizada e qualificada. O trabalho desenvolvido na diocese seguia as mesmas normas e ritmo das atividades desenvolvidas em todo o país, um trabalho excelente, ligado PJ de Porto Alegre.

A coordenação era de Celso Frana, entre outros, que realizaram um trabalho de organização da juventude em praticamente todas as paróquias da diocese. Sendo assim, o que era trabalhado, ideias estudadas na Escola, eram repassadas depois nas paróquias para a PJ, havendo uma capilaridade do trabalho para os grupos organizados. Dom Orlando acredita que eram os “jovens que mais assimilavam a ideia, pois não vinha de instituições viciadas, assimilavam totalmente essa nova forma de pensar e de agir; e principalmente a perspectiva de que eles deveriam assumir os postos na política, como na igreja” (2012).

Demonstra assim, que o objetivo de formar lideranças, *intelectuais orgânicos*, capazes de atuarem na sociedade como sujeitos da história, engajados nas transformações possíveis e necessárias, foi sendo alcançado.

TRANSFORMAÇÃO DOS SUJEITOS PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Este último capítulo discute o que constituiu o objetivo central desta pesquisa, qual seja, o processo de formação e as mudanças nas consciências e nas práticas, na perspectiva da educação popular, bem como o engajamento dos participantes nos Movimentos Sociais³³.ou seja, o processo de formação e seus impactos no cotidiano, desenvolvidos pela práxis pedagógica, enfatizando as ações concretas protagonizadas pelos agentes oriundos da Escola, A partir daqui busca-se discutir possíveis alternativas para a formação continuada na atualidade.

4.1 O processo de formação e as mudanças nas práticas sociopolíticas dos agentes

Os capítulos anteriores procuraram localizar o tema no contexto de um novo fazer teológico/pedagógico na América Latina com a teologia da libertação e, dentro desse contexto, o surgimento de sujeitos comprometidos com a transformação social. Em especial, Dom Orlando Dotti, intelectual orgânico e articulador do processo de formação da escola de agentes leigos, baseada na reflexão sobre como a educação popular pode impulsionar uma educação democrática e humanizadora.

Nesse contexto surgem vários pensadores, entre os quais Jose Martí³⁴, que aponta para uma dimensão libertadora, destacando o papel relevante da educação e da cultura popular.

³³Segundo Souza, 2003, os Movimentos Sociais, no seu conjunto, constituem um bloco de forças democrático-populares que, numa perspectiva histórica, faz com que a sociedade avance para além das lutas específicas. Constitui-se, portanto, de uma pluralidade de práticas e formas de organização que acaba por dificultar um conceito sociológico preciso.

³⁴Conforme Mariza Veloso (2011) José Martí é um dos intelectuais mais emblemáticos da América Latina. É um intelectual que trata de diversas matérias científicas ou filosóficas, com vasta produção em ficção, poesia, crônicas, cartas e, sobretudo, por ter sustentado, ao longo de sua vida, uma posição política decisiva, [...]. Ao contrário, Martí advoga a relação das ideias de liberdade e de igualdade com a autonomia do ser individual, social e nacional. Nesse sentido, buscou sempre estabelecer um elo entre a reflexão filosófica, a produção literária, a política e a história, o que o fez defender a necessidade permanente de construir um saber crítico acompanhado de responsabilidade ética [...]. Sua utopia buscou identificar e construir a totalidade latino-americana, juntar suas ruínas e seus fragmentos. Ao morrer em ação, no campo de batalha, introduziu a utopia na história e mostrou a necessidade de uma luta permanente para sua realização, ou seja, uma América Latina altiva, onde das representações sobre sua identidade pudesse ecoar a voz da diversidade social e cultural do seu povo. Nasceu em 28 de janeiro de 1853, Havana e faleceu em 19 de maio de 1895, no comando de um pequeno contingente de patriotas cubanos, após um encontro inesperado com tropas espanholas. Seu corpo, mutilado pelos soldados espanhóis, foi exibido à população e posteriormente sepultado na cidade de Santiago de Cuba, em 27 de maio do mesmo ano.

Martí foi não só um intelectual, mas um militante político, atento aos movimentos de seu tempo, tendo desenvolvido a ideia da necessidade de autonomia do continente latino-americano e a defesa da escola pública obrigatória para todas as crianças. Aponta para a ternura e a democracia como pressupostos básicos de uma educação popular. Seu pensamento foi crucial para que se percebesse a importância do papel dos sujeitos na construção do conhecimento, na leitura do mundo, na luta pela autonomia e liberdade de maneira articulada, intencional e coletiva. Com este mesmo ideário de autonomia dos sujeitos com comprometimento social e político que a Escola de agentes Leigos foi se desenvolvendo.

Nesse aspecto foram recuperados, pelos articuladores da escola, na educação popular, subsídios teóricos que possibilitam a conscientização dos sujeitos sobre sua realidade e suas práticas. A educação popular como paradigma conta com a importante contribuição de Paulo Freire, especialmente na categoria conscientização: a prática e a reflexão sobre a prática, que foram impulsionando uma nova categoria, a da organização, pois sem ela não poderá haver transformação.

Como vimos, o processo de formação da escola sempre teve como objetivo a mudança da prática social dos agentes, bem como seu comprometimento com os movimentos sociais populares. Neste sentido, é importante aprofundar as ações concretas realizadas pelos agentes em seus contextos, através de entrevistas abertas, que segundo Thompson (1992), fornecem registros subjetivos de como os sujeitos olhando para trás, enxergam a própria vida. “o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe. Assim, quanto menos seu testemunho seja moldado pelas perguntas do entrevistador, melhor.” (p.258).

E o ponto de partida sempre foi a leitura da realidade, na verdade era um pé na bíblia e um pé na vida, o grande ponto de partida a paixão era sempre a leitura da realidade, lembro muito bem os dois pontos que nos utilizávamos muito, os dois eixos metodológicos da leitura da realidade era o chamado jogo da realidade [...], então esse jogo da realidade era sempre o ponto de partida e ele enfogueirava todos os participantes. (PRESSENDO, 2012)

Nesse sentido, tendo como ponto de partida a realidade, o sujeito do processo passa a reconhecê-la, o que só é possível quando ao pensar sobre ela avança em relação ao senso comum. Quanto for capaz de refletir sua realidade, maiores condições terá de agir sobre ela, comprometendo-se assim em mudá-la, pelo fato de sentir-se partícipe. O trabalho educativo

desenvolvido na Escola de formação buscou ser a expressão da consciência crítica, orientada pela práxis.

Quando você entrava na bíblia era aplicado à realidade, a cada frase, a cada expressão, a cada acontecimento bíblico logo se trazia presente para a realidade [...] o filme as onças e os gatos e o livro do êxodo foram o coração de todo o processo formativo, e claro, depois se passava pelos profetas, pelo tribalismo na época do juízes e em Jesus Cristo libertador, Leonardo Boff entrava em cheio, quando se chegava no tema Jesus Cristo libertado. (PRESSENDO, 2012)

É essa leitura da realidade dos sujeitos que irá possibilitar a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica.

O caráter pedagógico do senso comum está colado ao caráter epistemológico, vincula-se ao processo de transformação do seu caráter ingênuo e acrítico em conhecimento reflexivo. [...] A consciência ingênua significa que ainda não consegue-se realizar o processo de reflexão crítica, neste ponto não é um atributo do conhecimento, mas um estágio da consciência. Segundo Benincá (2002, p. 84)

Ao utilizarem a leitura dos textos bíblicos, sintonizam o conteúdo com o contexto mais amplo, pois mesmo os participantes da Escola de Formação não representam a totalidade social, mas uma parte desta totalidade, influenciada por determinantes culturais, sociopolíticos, econômicos. O processo pedagógico desenvolvido deixa claro que é a educação compreendida como instrumento de democratização, que passa a contribuir, pela vivência do grupo no diálogo, para a formação de participantes de uma nova organização social, mais comprometida com o bem de todos. As contribuições freireanas para uma formação que conjuga a dimensão política à pedagógica foram fundamentais para a elaboração de um projeto que preenchesse a lacuna encontrada nas práticas políticas dos agentes. A formação e o comprometimento dos sujeitos não se limitam a uma atuação passiva diante da realidade, mas são protagonistas das mudanças necessárias, desenvolvendo uma consciência da realidade e a necessidade da organização coletiva.

[...] A consciência é em sua essência um caminho para algo que não é ela, que está fora dela, que a circunda e que ela aprende por sua capacidade ideativa. [...] Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, esse saber da realidade, se descobrem como seus fazedores permanentes. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo participação, é o que deve ser: engajamento. (FREIRE, 1983, p. 61)

4.2 Educação Popular e práticas emancipatórias

É necessário que para uma análise mais profunda de como se deu o processo formativo da Escola de Agentes de Pastoral se perceba a concepção de prática, entendida como o agir coletivo, intencional guiado por objetivos, com direção dada pela teoria, que conduziu todo o trabalho desenvolvido. Fica evidente a articulação que é feita em todas as etapas da formação entre a realidade local, regional, nacional, internacional, com uma fundamentação teórica, buscada em várias fontes.

A teoria é vista na sua relação com a prática. É o pensar, a reflexão. É pensar a prática que produz e põe em movimento objetos e fenômenos. É relacioná-los entre si e com as situações onde estão ocorrendo; selecionar o importante e o secundário, ver semelhanças e diferenças, o específico e o global, penetrar nas aparências através das contradições da ação. Vemos a teoria como aquilo que dá sentido à realidade específica enquanto chega a entendê-la por dentro, o seu funcionamento interno, as relações externas, a sua história. (FLEURI, 1995, p.91)

Dessa maneira, a formação desenvolvida na Escola de Agentes Leigos guiou-se pela educação popular, pela práxis dialética, e foi se produzindo constantemente a ela mesma como um elemento fundamental da opção ética de sociedade. Ser sujeito possibilita protagonismo e ação dos indivíduos e grupos sociais. De meros expectadores culturais, sociais e políticos, tornam-se agentes com consciência histórica, temporal, identitária, cultural. Assim o reconhecimento do sujeito é dado objetivamente, mas se percebe subjetivamente, a partir dos grupos sociais e culturais que pertence. Por isso, a valorização de todos os participantes da escola, com suas experiências pessoais, serem fundamentais para a construção do conhecimento.

Podemos dizer que a partir da Escola houve um grande impulso, foi o grande determinante não só de igreja, mas de uma visão social, com a criação e organização de partidos de esquerda, a criação de sindicatos que respondessem aos apelos dos trabalhadores, do campo principalmente, e a Escola foi a grande bandeira e a grande luta iniciada por Dom Orlando Dotti, continuada por vários anos, no sentido de pôr a bíblia na mão do povo para que a partir dela e da realidade se pudesse tomar consciência de sua participação e de seus direitos, para lutar e defendê-los. (PRIAMO, 2012)³⁵

³⁵Édson Priamo, 25 anos de batina, atual coordenador do Santuário de Nossa Senhora Consoladora de Ibiacá, RS, afirma que, a experiência de trabalhar na vila da Tuca, em Porto Alegre, durante o curso de Teologia, formando-se na ação, depois sua experiência da vila Gaúcha e o trabalho de formação com as lideranças e movimentos sociais, foi fundamental, para opção e continuidade da vida sacerdotal. Acredita que a experiência

O crescimento pessoal e coletivo do grupo de agentes se efetivou na medida em que os participantes sentiram-se sujeitos e protagonistas das possibilidades de mudanças sociais necessárias em seu cotidiano. Há uma tomada de consciência da possibilidade de ação pelo grupo, que se manifesta nas opções que realizam de atividades concretas na sociedade.

Percebe-se que as opções feitas pelos participantes, em relação a ações concretas, faz com que haja um movimento em toda a comunidade uma vez que estas são atividades de impacto na conquista de direitos e na organização popular e política.

Saber que no início da escola tinha pessoas com dificuldade de dizer até o nome, por medo e falta de possibilidade de participação, e presenciar que saíram com a bíblia na mão, falando do projeto de Deus, querendo entrar nas lutas, nos sindicatos, nas organizações, nas cooperativas... Isso não precisa mais nada. A gente abriu a boca das pessoas com o trabalho de formação. Aquilo que estava sufocada em seus corações e suas gargantas; a gente abriu a boca para que falassem, dissessem; não tivessem medo das coisas de Deus e das suas necessidades, da organização necessárias para conquistar os direitos que se tem, dos sonhos que se precisa alimentar. (PRIAMO, 2012.)

O processo educativo que vai se desenvolvendo evidencia que os participantes vão tornando-se capazes de comparar, valorar, intervir, escolher, decidir, e agir, sendo sujeitos do mesmo.

Freire (1999) contribui para a discussão do ser sujeito e não objeto, somos capazes de analisar a nossa realidade e propor mudanças. Esse processo e transformação de objeto em sujeito se dá pela integração do sujeito ao seu cotidiano em relação a outros sujeitos, pois juntos se fazem sujeitos e objetos da pesquisa, do aprender e ensinar. Para ele: “O mundo não é. O mundo está sendo. [...] Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar” (p. 85-86).

Os sujeitos se constroem quando se relacionam entre si e com a realidade, havendo uma compreensão das experiências e saberes acumulados historicamente, e foi nesses encontros entre os sujeitos, em relação mútua, que foram se construindo, num processo de educação popular.

de caminhar junto com o povo e a confiança que Dom Orlando Dotti depositou neste grupo, saindo do convencional da formação de sacerdotes, fez muita diferença na Diocese, com um novo fazer teológico.

As experiências dialógicas e os múltiplos olhares produzidos pela educação popular constroem perspectivas e oportunidades de avanço de novas formas de conceber a educação que valorizem a participação e o diálogo. Essa concepção contribui para uma compreensão estrutural das injustiças e dos problemas sociais, bem como das alternativas de superação de uma visão colonialista, numa evidente mudança de compreensão da realidade.

A Escola pela sua dinâmica, método, conteúdos e assessoria era "energética", aprendíamos a ler o mundo de uma forma que nos comprometia em lutar por mudanças e começamos multiplicando essa formação em nossa comunidade depois na matriz e muitas lideranças foram surgindo... (DAMIANI, 2012)³⁶

Paulo Freire (1982) propõe uma educação libertadora e conscientizadora, na qual a construção do conhecimento ocorre quando o saber torna-se ação, um processo de mudança na consciência dos indivíduos pela luta – quando a leitura de mundo se torna consciente – para a própria transformação do meio social onde vivem.

Na maioria das entrevistas realizadas, os participantes da Escola destacaram que a metodologia utilizada pelos coordenadores da formação impulsionava para a possibilidade de um protagonismo, fazendo com que se sentissem sujeitos políticos. Também evidenciaram a importância da experiência e vivência de práticas sociais como necessários para confiarem nas próprias forças, superando o imobilismo e a apatia social.

Essa formação não ocorreu, ao acaso, mas por uma necessidade de formação de liderança, que viesse atender as necessidades de um novo tema de organização. [...] Foi a partir daí que sentimos que era chegada a hora de iniciarmos a nossa organização. Fomos estimulados para participar da direção dos sindicatos na região. Nos reuníamos nos porões, escondidos e dizíamos que íamos em um lugar mas íamos nos encontrar e discutir novas possibilidades de organização. A Escola nos ampliou os horizontes. (TESSARO, 2012)³⁷

A estrutura e desenvolvimento do processo educativo executado na Escola de Agentes, estimularam a organização de movimentos sociais, opções de ação pastoral onde os participantes, os sujeitos, tornam-se sujeitos sociopolíticos, atuantes e críticos. Por isso, a

³⁶Entrevista concedida por Maria de Lourdes Damiani, atualmente residindo em Porto Alegre, onde trabalha como diretora de Escola Instituição de Educação Infantil Casa da Criança Nossa Senhora Auxiliadora, que tem como mantenedora a Associação Beneficente de Senhoras São Francisco de Assis.

³⁷Entrevista concedida por Luigi Tessaro, atual presidente do sindicato Rural de Ibiraiaras, em 2012.

educação popular perpassa todas as relações sociais, de sujeitos/agentes interativamente onde seus projetos de vida e ação são coletivos.

O trabalho da escola foi um trabalho muito importante, pois foi lá que aprendemos a fazer uma leitura de mundo, unindo a fé, a bíblia a nossa vida. Tínhamos uma visão estreita, mas com o que eles nos falavam foi abrindo o nosso jeito de trabalhar na comunidade. Fomos entendendo que é preciso não bater de frente com as ideias que estavam arraigadas no povo, mas ir aos poucos fazendo com que percebessem a realidade. Quando voltávamos para nossas comunidades, conseguimos ir avançando, aprendemos a nos relacionar com o povo. (TESSARO, 2012)³⁸

Benincá (2002, p.76) reforça a ideia de que é necessário, como fica claro na citação, ter uma estratégia pedagógica coerente e, com uma visão dialógica, ir trabalhando a mudança de consciência a partir da “experiência do cotidiano cultural e da reflexão sobre si mesma. [...] A reflexão sobre si mesma possibilita descobrir o que deve ou não ser transformado. A ação pedagógica de transformar ou resistir faz da concepção do mundo ingênua uma ação reflexiva crítica.”

Nesta perspectiva, a reflexão que se fazia na Escola buscou desenvolver um espírito crítico das relações sócio-históricas, compreendendo a concepção de mundo para que os envolvidos no processo realizassem a análise da ideologia que dá sustentação à consciência. “É por ela que o homem consegue uma conexão com o mundo e compreende-se como ser social e político” (GRAMSCI, 1978, p. 21). É dentro dos movimentos sociais organizados que os sujeitos participantes da Escola, pela mediação da educação popular abriram espaços para construir alternativas de autonomia e transformação social necessárias. Foram absorvidas novas formas de relacionamento onde o individual e o coletivo se entrelaçavam, onde as aspirações, angústias, sonhos eram vistos como possibilidade do grupo, que através de suas ações poderia forjar um novo por vir.

A educação popular entendida com uma clara intencionalidade pedagógica, manejada com seriedade e que requer estabelecer as sínteses entre o pequeno e o grande, entre o micro e o macro, entre o objeto e o sujeito, entre a necessidade material e a possibilidade de transcender [...] superar a visão meramente reivindicativa para provocar um processo de tomada de consciência. (HURTADO, 1992, p. 59)

³⁸Entrevista concedida por Márcia Tessaro, uma das fundadoras do Sindicato das trabalhadoras rurais de São José do Ouro, em setembro 2012.

Na educação popular se reconhece o caráter político da educação, sua intencionalidade e opção pela justiça e democracia, pela ampliação dos movimentos planejados pelos setores populares. Esse processo se apresenta de forma dinâmica, não é dado, mas construído; esse ponto fica claro quando se estabelecem maneiras de organização planejadas e assumidas pelo coletivo da Escola.

Segundo Dotti, a Escola de Formação de Agentes de Pastoral sempre buscou partir da prática para estabelecer a importância que há nas opções que realizamos, uma vez que não há neutralidade. Toda a ação é encharcada de intenção, por isso, o processo de formação desencadeado, tem como meta tomada consciente de atitude.

[...] Hacer educación popular es reconocer el carácter político de la educación y su papel en la búsqueda de una sociedad más justa y democrática; es asumir una opción explícita por el fortalecimiento de las organizaciones y movimientos gestados por los sectores populares; es trabajar en la creación el desarrollo de las condiciones subjetivas que posibiliten las acciones emancipadoras y de transformación social por parte de estos sujetos populares; es generar alternativas pedagógicas, metodológicas y didácticas coherentes. (CARRILLO, 2008, p. 22)

4.3 Resignificando a prática

Transformar a reflexão e o trabalho metodológico desenvolvido na Escola, em conscientização e engajamento, em ações concretas de mudança, é também um dos objetivos da educação popular que visa impulsionar a amplitude de todo o processo educativo. Esse, se efetiva no acompanhamento dos movimentos sociais, dos grupos da sociedade para que percebam seu lugar na história e não só façam parte destes, mas possam também representar engajamentos para uma ruptura na busca de novas possibilidades de organização de grupo.

A escola de formação diocesana para mim especialmente, contribuiu muito na minha formação, sendo uma pessoa que não tive a oportunidade de buscar uma formação de nível superior, a escola de formação preencheu uma lacuna que me habilitou para a vida e para na minha formação, para buscar desenvolver inúmeras atividades. Como compromisso e como a metodologia da própria escola estabelecia o método de ver, julgar e agir e o desenvolvimento das etapas inicialmente começamos a aplicação de todos os ensinamentos da escola diocesana junto a nossa sociedade, através da Pastoral da Juventude. (PANISSON, 2012)³⁹

³⁹Entrevista concedida por Valdecir Panisson, de Vacaria, atual Secretário do Desenvolvimento Social e Habitação. Julho, 2012.

Todo o processo de educação popular adotado pela Escola de Agentes Leigos de Pastoral da Diocese de Vacaria trabalhou com agentes advindos de determinadas culturas e contextos, e nelas se apoiou para impulsionar o seu agir. Estes já pertencem aos grupos sociais, é necessário, portanto, usar esta realidade como base de reflexão. Freire quando fala dessa necessidade refere-se ao: “[...] tomar posse da realidade [...], é o olhar mais crítico possível da realidade, que a *des-vela* para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (1980, p. 29).

A percepção da importância de se conhecer criticamente a realidade, que nasce da vida concreta dos entrevistados, evidencia-se quando afirmam que algo novo foi sendo desvelado no meio dos problemas e dificuldades que se apresentavam nas relações sociais. Ao conhecer a realidade se busca alternativas para ultrapassar limites. Ao relatar o processo interno de mudanças, os envolvidos na formação vão demonstrando a capacidade de senso crítico que nasce deste momento:

As reflexões que a escola fazia baseada em temas da igreja ou da própria bíblia, em confronto com a nossa realidade, com o nosso dia a dia a gente fez e se deve fazer hoje, fé e vida né, então a gente conseguia fazer um bom debate nessa realidade, e isso serviu muito para gente no dia a dia de hoje a trabalhar e após vários momentos de estudo, nessa área a gente foi desafiado: “agora que a gente discutiu tanto vão fazer o serviço por aí”, [...] todo o processo de formação foi um desafio grande e que não esqueci mais, levo pra sempre e acredito que vai ajudar a nortear a nossa ação nos vários espaços que a gente participa no dia a dia [...] a gente pega a atividade que nós temos e transformamos numa militância em prol da construção da vida das pessoas, como eu sou agricultor não posso continuar a ajudar deteriorar, temos uma agricultura totalmente danosa ao meio ambiente e nós acreditamos que temos que fazer ao contrário, por isso acredito que a agroecologia é um fazer a diferença neste mundo. (PÉRTILLE, 2012)⁴⁰

O projeto assumido pela Escola tem a intenção clara, através de seu conteúdo articulado e contextualizado com o cotidiano, as dificuldades e expectativas dos participantes, a transformação da ação social. Buscou, para tanto, desenvolver pelo apoio e condução pedagógica o autodiagnóstico do contexto, prática e concepção, de acordo com uma teoria dialética para sustentar a própria prática.

A escola desenvolveu-se com uma participação autêntica dos envolvidos, desde os educadores/orientadores, até os agentes, sujeitos do processo. Isso fica evidente quando

⁴⁰Entrevista concedida por Ademir Antônio Pértile, que atualmente é agricultor familiar, agro ecologista certificado, e residente da Capela São Paulo Apóstolo, em Sananduva, também faz parte do conselho comunitário da comunidade, em 2012.

ouvimos os organizadores/articuladores da formação, que ao relatarem a dinâmica e conteúdos trabalhados, demonstram uma unicidade nas afirmações e informações prestadas nas entrevistas. É no sentido de formação continuada que vai se efetivar esse processo que é dinâmico e aponta para o início de algo maior que a própria escola, como afirma um dos organizadores:

A Escola foi um primeiro passo de formação, após vieram as Escola de Núcleo assessoradas por essa coordenação e pelas lideranças que fizeram a Escola em Vacaria, se deu em todos os núcleos da diocese várias etapas também com uma intensa participação e o terceiro momento os que participaram nessa Escola de Núcleo passaram a assessorar as Escolas Paroquiais, também normalmente aconteciam num final de semana em todas as Paróquias da Diocese de Vacaria. Em muitas Paróquias ainda da Escola Paroquial foi para o nível de comunidade, então na pequena comunidade do interior tinha é organizado, estruturado um processo de formação que se atingia toda a comunidade assessorado pelas que fizeram a Escola Paroquial, fortaleceu na Diocese os chamados Grupos de Família e tínhamos assim um trabalho extraordinário, eram muitos os Grupos de Família na Diocese, eram aos milhares o número de grupos [...] estudavam, rezavam, debatiam a partir daquele manual, daquele livretinho elaborado em nível de Diocese, fruto desse processo de formação. Foi um tempo de muito conflito, mas foi um tempo de muita maturidade de muito crescimento em que se aprofundou a raiz da fé e a raiz social do povo de Deus, é fruto desse processo toda a conquista dos Sindicatos em toda a região, então nessa Escola organizávamos as chamadas, lutas sindicais, derrubaram os chamados na época sindicatos pelegos, em praticamente todos municípios tinham as oposições sindicais e a conquista dos sindicatos e ganhamos isso em quase toda a Diocese. Isso foi uma guinada histórica em uma região conservadora. (PRESSENDO, 2012)

O trabalho desenvolvido, tendo como objetivo impulsionar para ações mais comprometidas com a transformação social, vai favorecendo a tomada de decisão pessoal dos agentes de pastoral por práticas sociais que melhor responderiam aos seus anseios e preocupações. Segundo Frei Betto (2000, p. 5) é preciso que as ações assumidas pelos agentes siga as cinco esferas sociais, para que sejam consideradas ações de luta e espaços de organização. São esferas de articulação dos movimentos sociais: pastorais e Comunidades Eclesiais de Base; movimentos populares (bairro, mulheres, negros, sem terra, sem teto, ecológico....); movimento sindical; partidos políticos; administrações populares.

Nesta perspectiva, a conscientização é resultado de um processo educativo, que parte da própria participação social e política, enquanto processo de reflexão. De acordo com Freire “A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens”. (1980, p. 26)

Nesse sentido, a metodologia desenvolvida durante o processo de formação, vai estabelecendo as mudanças em relação à visão de mundo e apresenta um horizonte de uma

nova sociedade, fazendo com que a reflexão sobre as ações assumidas nas lutas sociais, exerça um papel fundamental sobre esta práxis social. Freire, (1980) apresenta a utopia como um modo de estar-sendo-no-mundo, que exige um conhecimento da realidade, pois o conhecer dá a possibilidade de *pro-jetar*, lançar-se adiante, buscar. Por ser inconcluso, o homem busca o eixo que o faz ser capaz de caminhar para a frente na realização de sua história, a esperança.

A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica utopia. Quanto mais conscientizados nos tornarmos mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que denunciamos uma estrutura desumanizante sem nos comprometermos com a realidade, a partir do momento em que chegamos à conscientização do projeto, se deixamos de ser utópicos nos burocratizamos; é o perigo das revoluções quando deixam de ser permanentes. Uma das respostas geniais é a da renovação cultural, esta dialetização que, propriamente falando, não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, Mas uma tarefa permanente de transformação. (FREIRE, 1980, p. 28)

Dessa forma aponta-se para a necessidade, seguindo as exigências da lógica utópica, de o processo de conscientização ser um ato contínuo. É imprescindível que os sujeitos sempre projetem sua nova ação, pela práxis que é esse movimento contínuo de busca do “ser mais”. A utopia aqui concebida, num fazer freireano, de “tornar possível o impossível”, é um ato de liberdade.

O que sou hoje é fruto da minha história que começou em 1984/85, quando participei da Escola de Agentes de Pastoral, participei como aluna, depois como monitora das escolas paroquiais. Principalmente pelo despertar da igreja, da luta dos trabalhadores em especial das mulheres trabalhadoras rurais, que nos fez enxergar que a sociedade pode ser pensada e gerida de forma diferente. Estávamos no auge dos movimentos populares, oposições sindicais, do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) embora na diocese nunca tenha sido muito expressivo, muitas lideranças saíram daqui, para atuar no movimento. (BONÊS, 2012)⁴¹

O processo de formação desenvolvido pela Escola foi sendo visualizado pelos participantes como uma possibilidade de crescimento pessoal e comunitário.

O desenvolvimento da Escola não se tratou de um curso, mas de um processo de formação, onde a organização, os conteúdos, a mística, aliados à uma metodologia adequada, foi construindo o conhecimento coletivamente e impulsionado para um compromisso social

⁴¹Entrevista concedida por Gessi Terezinha Bonês, atualmente secretária da Saúde de Ibiraiaras, RS. Julho de 2012.

concreto. Essa experiência foi fundamental para ajudar a pensar na superação das práticas educativas, em escolas ou fora delas, que primam por ações isoladas e fragmentadas. A educação como processo tem uma visão ampla de formação e de intervenção na realidade.

A metodologia adotada foi se constituindo no sentido de fornecer subsídios de reflexão aos participantes sobre os modelos de organização da sociedade, com uma visão dos temas macro-políticos e macro-econômicos, foi também despertando a vontade e ousadia para que buscassem novas formas de exercício de cidadania, junto aos movimentos sociais, política partidária, sindicatos, entre outros, num trabalho de crescimento coletivo.

Pode-se perceber nas falas dos sujeitos envolvidos no trabalho da escola o que nos lembra Freire (1983) quando declara que a educação em processo se dá de forma dinâmica e permanente do conhecimento onde a centralidade está na descoberta, na análise e transformação da realidade pelos que a vivem. Quando a situação dos educandos é colocada como o problema que os desafia, vai impulsionando para a participação de forma efetiva e comprometida, buscando formas de superação. Neste sentido, é impossível separar o sujeito da pesquisa de seu contexto, por ser este um ser social, ou seja, os homens e mulheres fazem a sociedade da mesma forma que são feitos por ela.

Na escola amadureci para a luta. A 1ª fase se referia a caminhada do povo em busca da terra prometida. Na época fizemos estágios, o 1º foi a visita a paróquia da Glória que estava sendo construída, então se relacionou a construção com a favela do bairro municipal, se relacionava que enquanto a igreja se preocupava com obras e monumentos, o povo vivia sem o mínimo de condições de sobrevivência; 2º foi visitar o abrigo de menores Lar Divina Providência, e depois comparamos com a criação de cavalos do Sr. Randon, vivenciar na prática o que se estudou na teoria. Quando chegamos foi o choque, o tratamento que os animais recebiam: para entrarmos precisamos passar por vários espaços com tapetes para se desinfetar e não contaminar os animais; só para um animal tinha a disposição 8 hectares de terra. Isso fez com que muitos de nós chorássemos ao ver a desigualdade que há no mundo; o 3º estágio, após ser trabalhado as conquistas do povo, foi a visita ao 2º acampamento de Sarandi, na fazenda Anoni, a terra deles andava 80 Km de lado a lado sem função nenhuma; na ocasião Dom Orlando Dotti estava conosco e estava fechado por 200 homens da polícia militar, que só deixariam entrar o bispo. Dom Orlando disse que se meu povo que veio comigo não pode entrar também não entro. Entramos e realizamos uma celebração linda [...] foi uma coisa que marcou muito a luta pela terra e daquele dia em diante me engajei na defesa da luta pela terra, dos movimentos sociais. (BOENO, 2012)⁴²

A ação reflexiva que a Escola de Agentes de Pastoral foi realizando ao longo das etapas de formação vai clarear a percepção que nasce da vida concreta dos entrevistados

⁴²Entrevista concedida por Isabel da Silva Boeno, coordenadora do Centro de Entidades assistenciais de Vacaria (CEAVA) em Vacaria, 2012.

quando afirmam que suas vidas mudaram a partir dela, abrindo possibilidades para a mudança do seu agir, dando novos sentidos ao construir conhecimentos significativos e propositivos.

A relação pedagógica que se estabelece na formação dos sujeitos leigos aponta, segundo Benincá (2004, p. 58), para “uma ação transformadora, pois processa-se pela reavaliação que a consciência faz dos sentidos nela existentes. [...] Não há como pensar a transformação sem que a consciência se confronte consigo mesma.” É esse processo de participação que leva a crítica e a autocrítica, numa práxis que vai modificando a visão de mundo dos sujeitos e, por conseguinte, sua prática.

Nas análises feitas das entrevistas se pode perceber que os participantes do processo de formação, foram sentindo-se empoderados⁴³, característica da educação popular, que pela pedagogia dialógica vai possibilitar este exercício de tomada de consciência.

A articulação da teoria com o cotidiano revela uma educação que se converte em um novo fazer pedagógico que compromete e humaniza. Como nos diz Freire (1982, p. 109) “a reflexão só é verdadeira quando nos remete, como salienta Sartre, ao concreto sobre o qual a exercemos. [...] a conscientização é um esforço crítico de desvelamento da realidade.” Neste aspecto, fica evidente a intencionalidade pedagógica adotada pela Escola de Agentes de Pastoral: empoderar os agentes leigos para o engajamento social.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também e, sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar, coerentemente e de maneira unitária, a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais. (GRAMSCI, 1991, p. 13-14).

Torna-se evidente nos temas e metodologias adotadas e nos objetivos da Escola que houve um planejamento pautado para que as práticas proporcionadas pela formação desenvolvessem, de fato, possibilidades emancipatórias, onde os sujeitos sentissem-se

⁴³Segundo Pereira, 2006, “Empoderamento” significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes. O empoderamento possibilita tanto a aquisição da emancipação individual quanto a consciência coletiva necessária para a superação da “dependência social e dominação política”

portadores de uma contra hegemonia, precisando estar fortificados para superação do senso comum em vista de uma consciência crítica. Além, de perceberem-se como um grupo “formado” para a multiplicação do que se desenvolvia no processo de educativo.

Para mim a escola foi tudo. Se não fosse a escola, se não fosse o Dom Orlando ter sido escolhido, convidado pelo Pe. Edson e o Pe. Cláudio para participar, eu hoje era um *João ninguém*, um sem compromisso com a vida e com o mundo. Acredito que na verdade a escola que abriu meus olhos para perceber a vida e compreender as relações de poder. Fico emocionado, pois tudo o que a gente faz a gente para e pensa, tudo por causa da escola, a gente ajudou a melhorar a vida das famílias. Que a partir da escola e da atuação da gente conseguiram ter mais dignidade, dar um passo, isso para a gente é muito gratificante. Uso os parâmetros de análise que aprendi na escola, avaliar bem, pensar para depois agir. Dentro da metodologia do ver-julgar e agir. (TESSARO, 2012b)

As entrevistas concedidas pelos participantes da Escola, mostram a importância da mesma na mudança de atitudes frente à realidade. A emoção com que os entrevistados relembram estes momentos em suas vidas aponta para a relevância que todo esse processo teve. A partir dessa participação houve uma guinada em seu agir.

Freire em suas obras deixa evidente sua posição na sociedade, na vida, na educação diante do outro. Aponta sempre para a necessidade de refletir sobre os limites dos processos educativos, porém deixa clara a responsabilidade que temos diante os sujeitos para despertar o assumir de construção de uma sociedade mais democrática e humana. Isso, ao que transparece nas falas, a escola fez com competência.

[...] A escola de formação nos mostrou um outro lado, onde uma nova sociedade é possível, e que através da formação de seus agentes, de pessoas, conseguiria trabalhar dentro desse contexto social adverso e quem sabe através dela criar uma alternativa desse projeto. Estabelecer uma diferença entre o comum e o normal, é reverter essa situação, é trabalhar para reverter esse processo. As pessoas não entram numa situação de vulnerabilidade social por vontades próprias, elas estão como resultado de um processo de concentração de renda, um processo de falta de oportunidade, o sistema é falho, quando o sistema for e oferecer todas as condições a todos, com certeza nós estaremos trabalhando com uma caminhada de forma normal. (PANISSON, 2012.)

Percebe-se que ao relatarem a importância da Escola em suas vidas, os sujeitos entrevistados demonstram um encantamento, uma visão de pertença a um grupo que pensa a possibilidade das transformações nas relações sociais, impulsionando-os para o protagonismo da história. Em suas falas, pode-se sentir o grau de envolvimento que têm com a formação

recebida, além da responsabilidade que demonstram ter com uma visão diferente das relações sociais.

Uma coisa bem importante na Escola foram nossas vivências, a convivência com pessoas de toda a diocese, de vários setores. Tivemos a oportunidade de nos entendermos como ser político. Tinha a certeza que deveria fazer alguma coisa para melhorar a vida de todos, mas não sabia como. A escola me mostrou como fazer, como fazer parte. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais, surgiu deste processo de conscientização feito pela Escola. Fazia parte desse movimento, participava dos encontros, das manifestações. Na época tinha minha filha com 3 anos, quando entramos e ocupamos um prédio público em Porto Alegre, na luta por salário maternidade para as mulheres do campo. Me trouxe muitos ensinamentos, desde a criação dos meus filhos até meu engajamento nas lutas sociais. O que mais me marcou foi que aprendemos a ver as coisas com um novo olhar, depois agir. Hoje meu trabalho junto ao Sindicato de Ibiraiaras ainda está focado na transformação das relações de poder. Sem dúvida nenhuma, sem esta formação não teria uma participação na sociedade como tenho hoje, não teria contribuído para a organização das mulheres da roça, tenho orgulho disso. (TESSARO, 2012a)

A educação popular propicia o encontro de diferentes sujeitos com diferentes identidades, o que possibilita uma interação de interesses comuns que levam à construção de identidades coletivas comuns, a partir das vivências em grupos, com o respeito às diferenças e multiculturas. Essa opção da Escola de Formação vai modificar a relação dos sujeitos no seu cotidiano, percebendo seu papel e possibilidade de intervenção na construção da sociedade.

A escola de formação diocesana foi uma semente plantada que cresceu, vem se mantendo e que tem dado já resultado, grandes resultados. Devemos muito, eu particularmente, devo muito a escola de formação, toda minha caminhada, toda a minha história, todos os espaços oferecidos a mim se deram com certeza pela passagem na Escola de Formação. Hoje estar dirigindo, ajudando a administração popular, na administração municipal do Eloi Poltroniere e Vera Marcelja sendo um de seus secretários na Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação, posso dizer que me sinto seguro nessa coordenação pela formação que tive. Conhecer a sociedade, saber as dificuldades que ela passa, saber a força dos projetos econômicos e a necessidade da organização popular, esse fato faz com que realmente nós nunca perca o objeto principal que é a organização social do nosso povo. Fazer o povo ser o agente da transformação, estabelecer o controle social nas Políticas Públicas exercida por esse próprio povo, bem representado, essa visão de sociedade realmente cria uma consciência e um compromisso de trabalho, um compromisso de presença, um compromisso de envolvimento, aprendido na Escola Diocesana. (PANISSON, 2012)

Ao realizarem o processo de formação os agentes de pastoral modificam o seu fazer cotidiano, e essa transformação se efetiva, pois há uma mudança na concepção de mundo,

aprenderam a realizar a análise de conjuntura com um novo olhar, mais comprometido, engajado nas possibilidades de transformação.

Pela educação popular, o discurso das lutas específicas faz parte de uma opção política e ética em favor de mudanças para o todo da sociedade, na construção de uma sociedade democrática, complexa, justa, em que todos possam ser respeitados como cidadãos, tolerantes entre si e nas diferenças individuais. Segundo Souza (1992, p. 32) “partindo da própria percepção da realidade dos envolvidos e de suas práticas, tem permitido uma valorização e reconhecimento dos múltiplos atores, agentes e autores sociais não considerados nos enfoques clássicos (como a mulher...)”.

Esse envolvimento de vários atores é estimulado na Diocese pela participação e organização especialmente dos jovens, como nos relata uma das participantes:

Peça fundamental foi Dom Orlando Dotti, que nos ensinou a usar a fé como instrumento de libertação, de organização. Em 1986, havia 605 grupos de jovens na diocese, era grupo que não para mais, principalmente jovens rurais, numa conjuntura de preparação da Constituição, se criou a constituição da roça, para discutir no grupo os direitos rurais. [...] Para falar da organização das mulheres é importante ressaltar que não participavam dos sindicatos, não tinham conta em banco, não eram sócias das cooperativas., na igreja eram passadeiras, arrumadeiras... nem a profissão de agricultora era reconhecida. Primeiro houve o debate sobre a aposentadoria, pois as mulheres da roça não se aposentavam, só os homens com meio salário, e elas só recebiam se ficassem viúvas. Isso foi despertando interesse, íamos aos municípios esperando 70 pessoas, chegávamos havia 100, 200 mulheres esperando para ouvir e falar sobre suas necessidades, foram organizando-se. Fico emocionada de poder ter participado ativamente deste momento de “libertação” na Diocese. [...] Uma coisa que ficou foi o que Dom Orlando Dotti, sempre deixou claro: a necessidade de autonomia dos movimentos. A escola veio neste sentido para nos qualificar para este trabalho necessário, foi uma grande impulsionadora deste processo de conscientização. (BONÊS, 2012)

Esse processo que envolve a formação de um grupo específico, com problemas comuns, foi uma das diretrizes da Escola. Fica claro a importância da organização, onde a desigualdade individual é transformada em desigualdade coletiva, com a possibilidade de busca de alternativas, também, coletivas. As agricultoras aparecem neste momento com um importante papel político até então desconsiderado. Foi a partir dos agentes oriundos da Escola que se começou a organização das mulheres trabalhadoras rurais, um dos grandes momentos da Diocese.

Nesse sentido, a emancipação humana não acontecerá por eventualidade, por concessão, mas será uma conquista efetivada pela práxis humana, que demanda uma luta

constante. No fazer pedagógico dialógico, freireano, a educação popular e os movimentos sociais entrelaçam-se para a convivência, onde o *ser mais* realiza-se na autoconsciência de sua inconclusão humana para poder instaurar o *inérito viável*.

Para mim a escola de formação teve um marco decisivo na minha vida, na minha postura de vida como religião e ação social. Hoje sou funcionária do CEAVA (Conselho das Entidades Assistenciais de Vacaria), ajo como agente social, que não existe nos quadros da prefeitura; realizo trabalho com pessoas e famílias com vulnerabilidade social, estamos conseguindo mudar a visão de assistencialismo, tirando o vínculo vicioso que estabeleciam com a Secretaria do Desenvolvimento Social, estamos fazendo um trabalho de cidadania, conscientização. O meu trabalho na igreja, continuo com a catequese, como sou música, com a animação da comunidade e com a pastoral da juventude, que deu essa alavanca mais de 30 anos, nos movimentos sociais que foram se engajando jovens que vinham da pastoral. Na diocese está meio caída, mas na minha paróquia, enquanto eu tiver forças vai sempre existir um grupo de pastoral que atua dentro dessa visão social da igreja. (BOENO, 2012)

A perseverança com que os agentes atuam em suas comunidades demonstra que as ações assumidas têm um caráter de trabalho contínuo de construção de novas relações sociais, com protagonismo dos sujeitos de forma prazerosa e produtiva, pensando também em novas possibilidades de atuação em um mundo com diferentes apelos e necessidades.

Hoje coordeno a caritas paroquial de Ibiraiaras, RS, mas a igreja retrocedeu, na solidariedade concreta, em grande parte está fora das lutas... Ajudei na estruturação do PT, por acreditar que era um partido que estaria fazendo a mudança, fiquei nele até a quatro anos atrás. Concorri como vice-prefeita pelo PT, conheci a realidade, as necessidades e anseios. Naquele período tínhamos consciência de não nos elegermos; quatro anos depois o PT assumiu a prefeitura e tive a oportunidade de assumir a secretaria da saúde, procurando desenvolver um trabalho em equipe voltado para o bem. Fui conselheira tutelar por dois mandatos e agora volto há 11 meses novamente como secretária da saúde, num governo do PMDB. Mas é indispensável dizer que sou o resultado de um processo de formação que forjou meu comprometimento com a vida e com a transformação de tudo que a impede. (BONÊS, 2012)

O processo de formação que foi realizado pela Escola instigou nos participantes o exercício constante de crítica e autocrítica, tornando-os sujeitos com autonomia em seu agir, bem como com um compromisso com uma visão de mundo mais solidária. Bem maior que um partido, que uma linha sindical, ficando evidente nos relatos feitos, apesar de alguns mudarem seus projetos e opções ao longo desses anos, após a Escola não perderam a essência do comprometimento com questões sociais libertadoras.

Então vejamos, tínhamos uma prática social e pastoral no bairro onde morávamos. Tivemos a participação na Escola Diocesana de Formação, que deu embasamento, fortaleceu nossa caminhada e nos levou a um maior comprometimento que foi o engajamento político partidário, numa perspectiva em que VIDA E FÉ precisam estar na mesma direção, ou seja, a da "promoção humana". Povo iluminado pela fé, luta por dignidade, justiça social, trabalho, terra, moradia... Nossa chegada na Coordenadoria de Educação tem a ver com tudo isto, engajamento social, pastoral e político. Junto ao meu currículo, enviado à Secretária de Educação para definir o nome da coordenadora, tinha uma carta do Sr. Bispo Diocesano D. Orlando Dotti, recomendando meu nome, para tal atividade, o que, com certeza contribuiu muito, uma vez que a secretária também tinha esta visão. (DAMIANI, 2012)

A educação desenvolvida na Escola demonstra que esta ocorreu profundamente articulada com os movimentos sociais, onde as aprendizagens ocorreram no processo de participação nos eventos, marchas, estratégias de lutas coletivas, e na dinâmica de organização. É dentro da realidade concreta que se trabalha, que se articula e se propõe mudanças.

O início todo o do processo de organização sindical dos trabalhadores rurais da diocese de Vacaria, posso afirmar, iniciou no processo de formação realizado pela Escola de Agentes de Pastoral. Toda a onda iniciou com os estágios que realizamos em cada etapa, e mudou radicalmente nossa visão, no sentido de organização ativa. A visita à fazenda Anoni nos chamou para o compromisso de transformar a partir de nossa organização. Primeiro foram os sindicatos da região. Na época era coordenador o Maschio, que hoje coordena a cooperativa de crédito CRENOR. Hoje assumi o sindicato Rural, onde buscamos um trabalho de conscientização do trabalhador rural, articulado a políticas públicas de emancipação. Também participe da coordenação da Rádio Comunitária, um espaço de educação alternativo que estamos experienciando. Nesta escola conheci Márcia e nos casamos, além de fundar o sindicato fundamos uma família a partir desta formação, é uma história de vida que não seria tão significativa, acredito, sem esta oportunidade de estudo. (TESSARO, 2012c)

O trabalho de formação foi impulsionando os participantes a tomarem consciência de si e do outro, pelo estímulo do senso crítico, que reflete uma atitude amadurecida do homem que busca a verdade, pois avalia razões, confronta motivos; dispersando as trevas da ignorância com o pensar consciente, ampliando a consciência reflexiva enquanto pessoa e de seu papel nas questões sociais. Também impulsionando a consciência do mundo, compreendendo o mundo natural e social com suas possibilidades de transformação.

Na escola aprendi a abrir os olhos e entender o porquê, na época muito ingênuo, estávamos do lado dos dominadores, vim de uma família de gringo, preconceituoso e racista. Conseguimos fazer um bom trabalho, unindo a comunidade, trabalhando

mais unida. Com formação fomos também, orientando outras pessoas a verem a realidade de outra maneira. Na minha vida pessoal devo muito a todos que me proporcionaram a realização da escola, a partir dela consegui entrar no sindicato, na política, consegui ter uma família que participa hoje da sociedade, passamos por movimentos sociais defendendo famílias com necessidades materiais, de saúde a terem mais dignidade. Consegui chegar até a vice-prefeito, hoje tenho um trabalho reconhecido na sociedade, pois consegui fazer a minha parte. Hoje avaliando, friamente se não tivesse tido aquela oportunidade de formação, tenho certeza de que não teria chegado aonde cheguei, com essa visão e convicção do trabalho que tenho que realizar. Antes da escola minha família era da direita, mas a partir da escola tomei uma posição firme e convicta de qual meu papel nesta organização social. Participei da organização do PT, mesmo como um piaçã, como diziam. Percebemos que os partidos de esquerda são os que mais defendem os excluídos. [...] Além de ser vice-prefeito, participo como catequista, um trabalho que foi um dos primeiros que a gente assumiu, e avaliação que tenho foi o que mais rendeu, o que mais consegui transmitir a mensagem de um jeito novo, movimentos sociais, em especial com as famílias o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Além de vice-prefeito trabalho na secretaria municipal da agricultura. (TESSARO, 2012b)

A formação desenvolvida vai aos poucos forjando um compromisso com uma práxis crítica do contexto, onde a grande maioria vive num mundo de silêncio e falta de participação, apontando para possibilidades de transformação. É dessa forma, segundo Freire (1982) que o processo educativo se configura numa experiência em que o saber *dialetiza*, proporcionando nitidez para a prática, com um forte compromisso político.

[...] Vacaria responde tardiamente às demandas sociais, demora para que nós colhamos então um fruto produzido, aquilo que é plantado ao longo dos anos como semente do compromisso social, resposta que ocorre de forma demorada, Vacaria já tem 160 anos de história, Vacaria começa agora um novo momento social e econômico através da administração do prefeito Eloi e da vice-prefeita Vera que coordenam esse projeto político, visualizando e entendendo que esse projeto realmente cria espaço, ganhando força, engajando pessoas, sendo reconhecido pela nossa sociedade, é um processo que com certeza teve grande influencia na origem na escola formação, principalmente nas pessoas que estão inseridas nesse projeto, pessoas que passaram, então pela escola de formação diocesana. (PANISSON, 2012)

Com base nesses relatos, podemos concluir que foram intensas as mudanças que ocorreram nos participantes da Escola em relação a sua compreensão de política e de participação política, ampliando suas expectativas acerca da possibilidade de gestão pública onde seu protagonismo pode ser fonte de mudança. Assim como há que destacar o papel da metodologia dialética na construção de conhecimento que impulsiona para uma ação transformadora e comprometida. A educação popular nos mostra que é possível mudar, que há possibilidade de no presente se construir uma nova sociedade com novas relações sociais e

novos sujeitos coletivos que se pautem em relações de solidariedade, de igualdade, de respeito, de coletividade, de alteridade, como destaca Caldart (2000, p.8). Esse envolvimento fica claro ao observarmos o relato de um dos primeiros participantes da formação:

Toda a minha trajetória de vida e de trabalho, lá por 80, 86, 87, 88 eu participava da pastoral da juventude, durante um tempo coordenava e tivemos oportunidade de participar da escola diocesana de formação, e desde o primeiro momento acabei sendo instrutor [...]. Na escola de formação foi muito forte o estímulo, a caminhada se deu bastante centrada nesta questão do projeto de libertação [...]; foi um projeto de vida de compromisso, comecei uma atuação na vida social, nas pastorais da igreja e na organização sindical, na atuação e capacitação de pessoas, aonde eu atuei aqui como presidente de sindicato. Depois disso, com a coordenação estadual ligada a Central Única dos Trabalhadores, acabei assumindo a coordenação da área rural da CUT me tornando até vice- presidente da Central Única dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul no final dos anos 80. Depois em 2000 fui prefeito municipal, Sem dúvida nenhuma, a metodologia, adotada na Escola de análise da situação nos ensinou a fazer uma análise e não ficar dentro do superficial, buscar a causa, aonde é que está a raiz do problema e como é que é o trabalho [...] esse princípio metodológico cumpre com um compromisso de formação de intelectuais orgânicos que vão participar ativamente das transformações sociais, políticas, econômicas... (PRANDO, 2012)⁴⁴

Na observação dos relatos, pode-se destacar que nas ações assumidas na prática cotidiana dos sujeitos do processo da Escola de Formação são ressaltados aspectos políticos como a contestação e a resistência a um modelo de sociedade e de interpretação da história. Questiona-se o modo de relacionamento com o outro, que mercantiliza as vidas e espaços coletivos. A opção de trabalho e de vida se dá por uma concepção que busca o bem coletivo, o compromisso, a ação e organização.

A formação da Escola, foi trazendo as pessoas para a inserção na comunidade, na formação da vida e na defesa da vida das pessoas, é uma transformação. Foi o que aconteceu comigo, foi um ser em situação de transformação. Aprendi a valorizar a vida do ser humano, da natureza. [...] Para mim participar da escola de formação foi um impulso para valorizar mais a minha vida e o meu trabalho. Hoje trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco, sou presidente de uma entidade que acolhe estas crianças que são enviadas para as famílias que recebem um acompanhamento ou são encaminhadas para adoção [...]. A formação que recebi influenciou bastante na maneira que eu conduzo minha vida, meus princípios, se não fosse a escola não estaria, com certeza, onde estou, inclusive pelas escolhas que fiz em minha vida profissional, familiar. A escola nos apresentava indicativos de conduta. Em relação a política começamos a entender os objetivos da política como sendo um exercício para todos, visando um bem comum. A metodologia de trabalho ver, julgar e agir nos apresentou um guia para o nosso fazer diário, nas minhas

⁴⁴ Entrevista concedida por Celso Prando, vice- presidente da CUT-RS no final dos anos 80, atualmente é agricultor familiar, participante da Cooperativa de Sananduva-RS

atividades sempre tenho em mente este processo que me dá segurança em estar no caminho certo. (SILVA, 2012)⁴⁵

É importante ressaltar que a educação popular difere da educação não formal, pois busca, segundo Brandão (1982), a participação para a organização do trabalho político que abra caminho para a conquista da liberdade e de seus direitos. Busca trabalhar os indivíduos pedagogicamente para o processo de participação popular, fomentando práticas coletivas de aprendizado, investigação e de ação. Já na educação não formal, são ações que se dão fora da escola, que rompem com os métodos verticais de relação educador-educando, de maneira desarticulada da realidade sem objetivos de mudança, mas de reprodução. A análise dos relatórios e materiais utilizados pela Escola de Formação, bem como as entrevistas realizadas, constata-se a concretização do engajamento social ao qual se propôs a metodologia de educação desenvolvida.

A Escola Diocesana para mim teve fundamental importância, ela aconteceu no momento de iniciação da militância, vim de uma família de militantes, ela veio e ajudou muito a firmar os objetivos de vida da gente, vários princípios que com certeza vão me levar até o fim da vida. Ali comecei a moldar uma filosofia de vida, participando dos movimentos sociais, do cuidar da vida. Sem dúvida a escola de formação contribuiu [...] também nesse período, tinha uma participação forte na pastoral da juventude até os anos 90, aonde participava da coordenação estadual da juventude rural. [...] Depois fomos fazer uma oposição sindical do sindicato dos trabalhadores rurais de Sananduva, onde começou a contribuir isso até o ano 2000, 2003 [...] a gente contribuiu na região dos altos da serra para certificação da federação dos trabalhadores da agricultura familiar, [...] e construiu um movimento forte que hoje a gente tem, onde os direitos das pessoas, dos agricultores, são respeitados [...] varias organizações que organizam os agricultores, cooperativas de habitação, cooperativas de produção e outras de luz. [...] Hoje faço o que aprendi na Escola: vejo a realidade, analisando para depois agir, não abro mão dos meus princípios. (PÉRTILLE, 2012)

É importante analisar as entrevistas e perceber como o engajamento social por parte dos envolvidos na formação vem se mantendo por tantos anos. O seu agir cotidiano mostra que continuaram crescendo com a dinâmica social, envolvidos nos movimentos sociais, onde a interação com outros grupos vai orientando suas práticas para enfrentarem os novos desafios sociais.

⁴⁵Entrevista concedida por José Antônio Souza da Silva, 46 anos, atualmente presidente da Associação Divina Providência, que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco, desenvolvendo um trabalho de organização das famílias e busca do reencaminhamento dos menores para suas casas, com apoio psicológico e social em parceria com poder público ou encaminhamento para adoção.

Nesse sentido, fica claro que o processo desencadeado visava uma mudança social, por isso investiu nos setores e nas pessoas que tinham um potencial de multiplicadores por atuarem diretamente nas suas realidades.

A formação foi uma alavanca, a partir dela nos vários espaços que nos encontrávamos, no meu caso no sindicato, também passamos a realizar formações. Na época nos questionavam sobre o que iríamos fazer, não nos davam credibilidade por sermos jovens. Mas quando nos encontramos, hoje, dizemos como fizemos coisas, como transformamos nossas realidades. Na época nos encontrávamos pegávamos um trabalho para fazer, sem telefone sem carros... Nos reuníamos dois meses depois e contávamos os resultados, relatávamos o que tinha acontecido. Nesse movimento todo, surgiram muitas lideranças, até hoje o sindicato está nas mãos de pessoas comprometidas, que iniciaram sua militância dentro da igreja, em especial dentro das pastorais sociais, incentivadas por Dom Orlando Dotti. (TESSARO, 2012c)

Tendo como base a pedagogia utilizada pelos agentes da Escola de Formação e a relação entre educação popular e movimentos sociais, podemos observar o sentido de corresponsabilidade que há nos agentes. É preciso compreender a pedagogia dentro dos movimentos que os sujeitos vão assumindo, buscando potencializar os processos que são desenvolvidos nos mesmos: participação, emancipação, organização... E percebendo que ocorrem aprendizagens que podem servir de referência para outros contextos pedagógicos.

Olha a Igreja, ela está dentro do conjunto da sociedade, ela não caminha à parte, você vê que o conjunto da sociedade, os tempos hoje são outros; as experiências de exercício do poder, tem que fazer toda uma releitura. Todos aquelas grandes lideranças que nasceram das pastorais, e uma das fortes foi a Pastoral da Juventude, foi fortíssima a PJR, principalmente todas as grandes lideranças, elas assumiram a esfera do poder e eram enviadas para isso, eram incentivadas para isso. Hoje exercem o poder, a sociedade mudou e mudou para o melhor. Eu não tenho dúvida nenhuma [...] a Igreja também mudou, houve um forte refluxo na Igreja, um retorno ao específico, ao interno, ao sagrado e assim por diante; eu acho que agora está se vislumbrando novamente uma formação que consiga conciliar um pouco melhor, administrar um pouco melhor, o interno da Igreja, o específico com a ação social, com o engajamento social com o compromisso social. (PRESSENDO, 2012)

Esse revigoramento do pensamento crítico, fundamental para uma práxis comprometida, não é um pensamento isolado que se apresenta nas entrevistas, existe um forte movimento propondo este re-olhar para a formação dos sujeitos. Um dos grandes espaços que

apresentam esta discussão de uma formação emancipatória é o Fórum Social Mundial⁴⁶ que, como a Escola de formação, busca a construção de relações mais justas, com a participação dos sujeitos como protagonistas.

O Fórum Social Mundial, que teve sua primeira edição em 2001 em Porto Alegre, debateu novas possibilidades de formação. Apresentou-se propostas através de conferências, mais de 400 oficinas (debates, apresentação de experiências, agendas de luta, etc.), envolvendo mais de mil debatedores que discutiam um *outro mundo possível*, com a participação efetiva dos sujeitos. Santos (2006, p. 11) afirma que “o outro mundo possível pode ser muitas coisas, mas nunca um mundo sem alternativas”, aponta para a necessidade de alimentar a utopia, que o Fórum possui, “A utopia do FSM é uma utopia radicalmente democrática”.

O Fórum Mundial de Educação “Constitui-se em um espaço de constante diálogo entre todas e todos os que, no mundo globalizado, levam adiante projetos de educação popular e de enfrentamento ao neoliberalismo, seja em esferas públicas, governamentais ou não, coletivas ou de pesquisa”.⁴⁷ Essas iniciativas, apesar de algumas limitações no que tange a efetiva participação democrática, apontadas por Santos (2006) por questões econômicas e geográficas, apresentam uma possibilidade concreta de se pensar em políticas públicas de formação.

Essa raiz desse amor à igreja, à luta do povo, que este projeto realize e que façam as pessoas mais felizes a gente nunca esquece, a gente tem que ir adequando essas demandas que vem durante os anos que a gente vai vivendo dentro dos princípios de formação amadurecidos ao longo do tempo. E neste tempo em que a gente vive, que exige mais tempo, mais garra, paciência, precisamos ler muito, discutir muito, estudar, mais conhecimento, estar muito próximo do coração das pessoas para saber o que sentem, para resgatar fundamentalmente sua dignidade, sua vida; pois a vida está sendo massacrada de um jeito escondido e precisamos clarear isso. Antigamente era quem sabe o patrão, o governo, a falta de direitos; hoje, quem sabe seja a falta de perspectiva de futuro, de sonhos... [...]. Estamos vivendo em outro tempo, agora os sindicatos, as Ongs, se organizam para a formação. Precisamos descobrir o papel atual da igreja, sabemos que o papel é estar junto ao povo, formação bíblica, para acender a esperança de mudança. Apresentar uma presença iluminadora na caminhada da vida, comparando a realidade com o ideal de sociedade que sonhamos e buscamos. (PRIAMO, 2012)

⁴⁶Segundo Santos (2004, p.07): “O Fórum Social Mundial é o conjunto das iniciativas de intercâmbio transnacional entre movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), e os seus conhecimentos e práticas das lutas sociais locais, nacionais e globais, levadas a cabo em conformidade com a Carta de Princípios de Porto Alegre contra as formas de exclusão, de discriminação e igualdade, de universalismo e particularismo, de imposição cultural e relativismo, produzidas ou permitidas pela fase atual do capitalismo conhecida como globalização neoliberal.”

⁴⁷FÓRUM Mundial da Educação, site oficial <http://www.forummundialeducacao.org>, acessado em 12/11/2012

A busca por refundar-se é característica da educação popular, como nos diz Streck (2006): “enraizar a educação popular com vista à reconstrução de uma esfera pública na qual haja tanto condições de cada cidadão e cada cidadã dizer a sua palavra quanto o sentimento de pertença a um mundo que tem a sua permanência construída coletivamente.” Hoje faz-se necessário pensar em políticas públicas que possam usar das experiências de educação popular como possibilidade de construção do novo.

Eu acho que sou uma pessoa privilegiada por ter tido a oportunidade de me envolver nesse processo todo das Escolas Paroquiais. Privilegiada também por que justo na minha juventude é que foi me oportunizado [...], a Escola veio dar aquela fundamentação, que no momento eu e meus colegas precisávamos, para onde conduziríamos toda essa nossa sede de mudança, de coisas novas, de revolucionar o mundo que é próprio da juventude, então a escola cumpriu com esse papel. Eu não tive dúvida de participar, [...] a estratégia da igreja foi muito interessante, na época tinha surgindo na região de outras formas também com o apoio da igreja, na organização da mulher da roça. Me sinto orgulhosa de fazer parte deste momento de construção de dignidade. (FRACASSO, 2012)⁴⁸

O sentir-se sujeito autônomo do processo de construção de novas relações sociais foi sendo absorvido pelos participantes da Escola Diocesana, que deixam claro nas suas entrevistas a importância da metodologia utilizada pelos organizadores da formação, pois lhes deu a capacidade de refletir em torno do significado político de suas práticas cotidianas e do *poder transformador* que estas podem ter.

Ao assumir a Coordenadoria Regional de Educação, coloquei em prática os ensinamentos da Escola, mesmo numa política pública de uma escola laica, o "ser" para todos como foi a Constituinte Escolar. O MOVA, a implementação do Ensino Médio Alternativo, o incentivo ao EJA, foram práticas sem dúvidas libertadoras. O estar presente nas comunidades mais distantes e desprotegidas, ouvi-las, dar atenção e motivá-las, sentar-se com grupos de educadoras, funcionários de escolas, de crianças, jovens, com pais, administradores municipais... era o nosso desejo de imprimir a característica social, humanitária e transformadora, que fazíamos, não só como orientação de uma política de governo, mas como uma prática de vida. Isto tudo era gratificante, porque para nós, significava a possibilidade da concretude da teologia da libertação, através do conjunto de políticas públicas de um governo democrático e popular, do qual fazíamos parte. (DAMIANI, 2012.)

⁴⁸Entrevista concedida em 2012 por Vera Fracasso, agricultora, atualmente trabalha no Sindicato Rural de Sananduva, é articuladora dos movimentos sociais da Diocese de Vacaria e organizadora do I Fórum dos Movimentos Sociais na Região Altos da Serra-RS, ocorrido em Dezembro de 2011.

As entrevistas deixam evidente que muitos frutos foram colhidos depois da formação recebida. Muitas transformações são visíveis, foram institucionalizadas, muitas mudanças de posturas na sociedade como um todo aconteceram e os envolvidos percebem-se construtores destas mudanças em seus cotidianos. Apresentam sonhos e esperanças no futuro com compromissos que mesclam suas histórias de vida com a própria história da sociedade.

3.4 Formação de educadores: compromisso ético e político

Para a formação de educadores dentro de uma perspectiva emancipatória, deve-se buscar formulações de políticas públicas que deem conta de operacionalizar, o que já aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96 (LDBEN), que fornece as bases para as novas políticas de formação de professores. “A formação de profissionais da educação [...] terá como fundamentos: a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviços” (art. 61, inciso I).

Neste sentido, para refletirmos sobre a formação contínua, faz-se urgente, que o educador encontre no exercício de sua prática profissional, pressupostos para a reconstrução dos saberes pelas experiências anteriores e posteriores, no seu fazer diário. Isto posto, a formação de professores não deve se restringir ao tempo do curso de formação, precisa ir além. É preciso haver condições para que possam reconstruir a sua prática pedagógica, pois é na dinâmica do trabalho dos professores que a formação deve ocorrer.

No entanto, a prática de formação que há na maioria das políticas públicas é definida, planejada e implementada na rede como um conjunto de ações pontuais, com carga horária definida, data marcada, sendo um modelo questionável, pois não trabalha com a concepção de análise crítica sobre a prática. Na maioria das vezes, são desenvolvidas formações com atividades desarticuladas, isoladas, sem continuidade, desconexas com uma proposta pedagógica em que a formação é concebida como um processo permanente⁴⁹ de aprendizagem dos professores.

⁴⁹A educação é permanente não por que certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE, 1997 p. 20)

A concepção de formação numa perspectiva dialética trata do processo como contínuo⁵⁰, onde os educadores devem centrar-se na reflexão *na* e *sobre* a prática pedagógica.

Neste sentido, não é a educação que forma para, mas são os diferentes sujeitos que vão criando uma nova educação, que se traduz em novas formas de relações sociais, na medida em que se inserem em processos, vivenciam e refletem sobre o realizado. O conhecimento dos próprios sujeitos, o conhecimento científico, os métodos de análise, a crítica e a auto-crítica, etc. são instrumentos através dos quais os educadores, os educandos, as lideranças, os dirigentes, enfim, os diferentes sujeitos estudam a realidade no seus múltiplos aspectos, buscando conhecê-la e transformá-la.” (PALUDO, 2001, p. 189)

É neste olhar diferenciado que se faz necessária, uma política de formação de educadores a qual possa tomar como referência a experiência concreta a realizada na Diocese de Vacaria-RS, na Escola de Agentes Leigos. Esta mostrou, pela pesquisa, ter conseguido mudar a visão de mundo dos participantes, tornando-os comprometidos e responsáveis pelas mudanças nas suas comunidades. Essa construção de uma formação permanente, aonde os sujeitos do processo vão aprendendo a aprender, pode transformar a identidade cultural⁵¹ do educador, que tanto se percebe individualista e distante da realidade concreta.

Segundo Nóvoa (1992, p. 16), a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. A construção de identidades passa sempre por um processo complexo graças ao qual cada um se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional. É um processo que necessita de tempo para refazer identidades, acomodar inovações, assimilar mudanças.

Hall (2006), dentre outros, nos auxilia na reflexão da definição de identidade do caráter de representação coletiva. Entende a identidade como um conjunto de significados partilhados, porém não há como vivenciar uma identidade cultural específica se esta não for articulada a uma identidade pessoal de cada agente social. Estão em jogo na discussão das identidades culturais duas possibilidades: uma que essencializa as posições identitárias e outra

⁵⁰Considera-se a formação continuada como um processo de construção permanente do conhecimento e desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial e vista como uma proposta mais ampla, de hominização, na qual o Homem Integral, produzindo-se a si mesmo, também se produz em interação com o coletivo. (ANFOPE, 1994, p. 34).

⁵¹Segundo Hall (1996, p. 70) as identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política da identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa “lei de origem” sem problemas, transcendental.

que estabelece uma relação construtivista com o conceito, colocando-o a partir da perspectiva das diferenças.

Sendo assim, uma política pública de formação de educadores deve levar em conta a realidade concreta dos mesmos, devendo superar, como nos alerta Candau (1996, p. 150) uma formação concebida como um processo de acumulação (de cursos, palestras, seminários etc., de conhecimentos ou de técnicas). É preciso um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua. Novamente, este conceito encontra-se nas práticas desenvolvidas na Escola de Agentes Leigos, onde muito além de receitas construíram possibilidades.

Outro meio de comprometimento que a formação pode apontar é a função política do fazer pedagógico. Nesse sentido, é fundamental que os educadores reconheçam seus atos como políticos e que, por isso, podem direcioná-los para a emancipação e transformação, ultrapassando o senso comum. Veiga (1998, p. 78) comenta que o ato de educar é essencialmente político, não há educação neutra, o educador quando pensa educação está também pensando a sociedade, e a re-significação de sua atuação profissional por um processo de educação continuada.

Essa maneira de conceber a formação continuada como uma ação reflexiva e crítica diante da sociedade, onde se trabalhe com a alteridade, a sensibilidade e compaixão como suporte, não poderão ser ensinadas como disciplinas isoladas, mas como situações pedagógicas onde sejam problematizadas as vivências e dúvidas dos educadores com sua realidade concreta, através do compartilhar as experiências de enfrentamento na busca de resoluções às questões sociais onde seu agir pedagógico se insere, favorecendo o desenvolvimento de novas maneiras de realização do trabalho docente.

Reafirmando uma proposta de formação que atenda a necessidade de estabelecimento de relações em que a ação pedagógica se dê na constante reflexão sobre a ação, é mister que os educadores superem a ação ingênua e intuitiva que realizam automaticamente no seu cotidiano para um agir consciente do seu papel social e político.

Como vimos, a Escola de Agentes de Formação ofereceu suporte teórico e metodológico, que ao estimular a reflexão crítica, fez com que fosse revista e ampliada a prática dos participantes, resultando daí uma ação aprimorada e comprometida. Dessa forma, pôde ser utilizada como referência para uma política de formação de educadores, que representa na atualidade um dos maiores desafios na construção de um novo fazer pedagógico.

Diante desta perspectiva, é um desafio muito grande romper com esse processo de formação de educadores que desconsidera seu cotidiano, padronizando as ações. O trabalho realizado na formação deve buscar os *saberes*⁵² dos professores, para que de maneira autônoma levem a uma prática crítico-reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e a experiência docente. Ainda, com um amplo referencial teórico que dê sustentação a ação, apontando suas amplitudes, e o compromisso com a mudança pelo trabalho coletivo.

Nessa direção, conforme Giroux (1997, p. 158), é necessário que se perceba a escola como uma instituição essencial para que se desenvolva uma democracia crítica, que defenda os educadores como intelectuais capazes de combinar a teoria e a prática a serviço da educação dos educandos, para que estes também sejam cidadãos reflexivos e críticos.

Fica evidente a importância social do educador como um trabalhador intelectual e cultural. Na perspectiva de Gramsci (1991, p. 30) todos os homens são filósofos e políticos, isto é, todo mundo carrega uma filosofia espontânea expressa na linguagem, no senso comum, na ideologia, na religião e cultura. Todos os homens são intelectuais, para cumprir sua função social devem reconhecer o seu papel na produção e reprodução da vida social e repensar ações que ultrapassam o exercício da profissão. Para tanto, é indispensável que o próprio educador se reconheça como intelectual, daí a importância de se desenvolver uma formação que conscientize.

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um, em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação como o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo (GRAMSCI, 1979, p. 08).

O trabalho educativo precisa ser compreendido como característica intrinsecamente humana, que se realiza em condições objetivas e subjetivas, como práxis. Entender o trabalho dos profissionais da educação como sujeitos da escola, figura estruturante do grupo que atua num determinado tempo/espço é fundamental. É impossível separar o sujeito da ação; logo sujeito e realidade não podem ser considerados em parte, mas ambos se relacionam de forma articulada.

⁵²Segundo Tardif, 2002, p.48: “O que caracteriza os saberes práticos ou experienciais, de modo geral, é o fato de se originarem da prática cotidiana da profissão e serem por ela válidos [...]. Os saberes adquiridos da experiência profissional constituem os fundamentos de sua competência. É a partir deles que os professores julgam sua formação anterior ou sua formação ao longo da carreira.”

Nessa concepção de formação que se desenvolveu na prática da Escola de Agentes Leigos, e através das entrevistas realizadas, evidenciou-se a mudança de ação dos protagonistas em suas realidades concretas, bem como a continuidade do compromisso social e político, assumido pelos mesmos após o processo formativo. Nos aponta, logo, para a importância de olharmos essa experiência concreta, vislumbrando uma alternativa de política de formação de professores.

Considerações finais

Tecer as considerações finais desse trabalho de pesquisa é um momento de refletir, perguntar, propor, buscando as possibilidades e limites da mesma. O estudo da Escola de Agentes Leigos da Diocese de Vacaria ajudou na compreensão de uma experiência que produziu resultados importantes do ponto de vista da formação de leigos, no engajamento dos mesmos e no despertar de consciências críticas, expressas nas falas e nas práticas que desenvolvem.

Conclui-se que o saber se produziu nas relações construídas no decorrer do processo de formação, articulando a teoria à prática social. Essa articulação tem sido o eixo fundamental da escola, visando um senso crítico sobre a organização da sociedade, as desigualdades sociais, os compromissos e as possibilidades de atuação dos sujeitos nas transformações.

A perspectiva da transformação social, econômica e política como foco central da formação encontrava fundamentação nas diretrizes da doutrina social, em inúmeros documentos e nas contribuições da teologia da libertação. Fundamentada numa perspectiva político-pedagógica oriunda da educação popular, a Teologia da Libertação propõe o engajamento qualificado dos leigos em espaços não apenas religiosos, ou seja, em instituições e organizações sociais. A formação é um requisito fundamental. O engajamento não se dá apenas pela disposição e vontade pessoal, mas exige a compreensão de como se estrutura e funciona a sociedade e as instituições. Isso implica na passagem de uma visão ingênua para um senso crítico.

Cabe destacar que essa compreensão de política não é consensual no âmbito da igreja católica e nem nas demais igrejas. A formação de leigos e seus envolvimento em diferentes espaços de atuação geraram muitos conflitos no ambiente da escola de formação e na região, especialmente em Vacaria. A partir do Vaticano II e das conferências latino-americanas de Puebla e Medellín não é mais possível posições neutras da igreja, especialmente diante das injustiças sociais e da marginalização de milhões de pessoas. A atuação da escola busca enfrentar esses grandes desafios. Para isso, foi importante reconstruir o contexto histórico-cultural das transformações da igreja na relação com os leigos, compreendendo a importância que estas tiveram no desenvolvimento de uma prática de educação popular, mesmo dentro de

contradições, especialmente no Brasil. Dessa forma, foi possível preparar lideranças que construíram história e transformaram realidades. Percebe-se o papel fundamental que tiveram as pastorais sociais na redemocratização do país, mostrando por sua prática participativa uma possibilidade concreta de protagonismo na transformação das realidades injustas e desiguais.

Diante desses desafios mais amplos é que se efetiva a proposta de formação de leigos/lideranças na Diocese de Vacaria. Entende-se que a experiência concreta desenvolvida pela Escola de Agentes Leigos representa uma perspectiva política de formação de educadores, uma vez que se deu em um processo formativo organizado e sistemático. Nele a ação-reflexão-ação, ou seja, a metodologia usada na escola do ver, julgar e agir contribuiu para o desenvolvimento pessoal, profissional e, conseqüentemente, coletivo dos participantes. O processo de formação levou à construção coletiva dentro da práxis, impulsionando o despertar de posturas e atitudes protagônicas que educaram na perspectiva da formação de intelectuais orgânicos, vislumbrando a construção de novos sujeitos. Para tanto, foram fundamentais as contribuições de vários autores, entre os quais Paulo Freire, Gramsci e Gutierrez, por proporcionarem a visão do todo, de articulação de teoria e prática, onde a construção coletiva acontece de maneira dialética, em contextos concretos.

O construir-se e reconstruir-se constante da formação amparado nas contribuições político-pedagógicas da educação popular, torna as ações dinâmicas e criativas. Assim, a reflexão dialogante entre a realidade concreta e a teoria vai impulsionar uma relação entre o observado e o vivido, resultando numa ativa construção de conhecimento que pode sustentar uma prática pedagógica emancipatória.

A formação da escola de leigos primou por uma perspectiva de intelectual orgânico e contribuiu para a consciência de pertença a um grupo, o que eleva os sujeitos moral, ética, intelectual e culturalmente. Para Gramsci, isso faz com que possam elaborar suas próprias concepções de mundo em vista à autonomia individual e coletiva.

A análise das práticas dos agentes leigos após a formação a partir de seus contextos é objeto do último capítulo. As falas dos sujeitos ajudam a compreender transformações que a intervenção pedagógica-dialógica da escola proporcionou. Num tempo onde há fortes propensões a negar a razão, o individualismo, a despolitização e a fragmentação da vida e das práticas sociais, é estimulante conhecer uma experiência de formação onde foi priorizado o conhecimento da realidade, estimulado o pensamento crítico-reflexivo, a busca da liberdade, autonomia, emancipação humana e social, na qual os sujeitos reconstruíram suas histórias e

participam na transformação de seu cotidiano. Além disso, é importante reconhecer neste processo a educação popular como uma alternativa concreta de comprometimento dos educadores como agentes políticos.

É indispensável mudarmos o foco da formação dos educadores, pois como nos alerta Santos (1996, p. 17), os rumos para o educador no Brasil devem ser pensados tendo como base um projeto educativo que recupere, sobretudo, a capacidade de espanto e indignação, vencendo as crenças da naturalização das desigualdades sociais e da trivialização do sofrimento e da opressão. Pensar no educador exige rever valores, conhecimentos, modelos pedagógicos, bem como se contrapor ao modo de educação continuada que desconsidera a realidade local, cultural e apóia suas ações no senso comum. É preciso buscar um projeto de formação pautado na ética, na participação, no compromisso com a justiça e igualdade, por isso, cabe às políticas públicas de educação utilizarem de subsídios que apontam para esta possibilidade de atuação.

Entende-se que uma política de formação de educadores deva estar ancorada em concepções de formação continuada que orientem para a mudança de comportamentos em suas práticas, bem como amplie sua visão de mundo para que possam sentir-se corresponsáveis pelas questões sociais nos espaços pedagógicos que ocupam.

A educação popular abre possibilidades de formação crítica e conscientizadora dentro de uma perspectiva de transformação social. O desenvolvimento das atividades da Escola de Agentes de Pastoral cumpriu com este papel de formação em vista da organização popular voltada à conquista de direitos sociais, políticos e culturais.

A experiência da escola de formação de leigos reafirma a possibilidade de que a formação do educador vá muito além de uma formação científica, técnica. Exige uma prática pedagógica crítica e consciente e, por isso, a formação de intelectual orgânico de Gramsci, que coloca o educador como aquele que pensa e age; e por isso precisa de espaço coletivo de busca de sua própria construção através da formação continuada.

Espera-se que esta pesquisa possa servir de desafio para todos os que buscam desenvolver em seu cotidiano um trabalho pedagógico que tenha um horizonte ético voltado à autonomia dos sujeitos, instigando a busca de construções de relações sociais mais harmoniosas e iguais.

As constatações no desenvolvimento desta pesquisa são de que um processo de educação popular pode estimular os indivíduos, tornando-os construtores de novos sonhos

possíveis, dando a coragem necessária para o anúncio de um tempo novo, com mais dignidade e vida. Nos impulsiona a continuar acreditando que a formação dos educadores dentro da perspectiva de ação e reflexão como unidade impulsiona, segundo Freire (1983, p. 57), “os homens e mulheres a reconhecerem-se na sua vocação ontológica de ser mais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNS Paulo Evaristo. *O que é Igreja*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- ASSMANN, H. *Teologia desde la praxis de la liberación*, Salamanca, Sigueme, 1976.
- ASSMANN, Hugo. *Opresión-Liberación. Desafío a los cristianos*. Montevideo, Tierra Nueva, 1971.
- ALVES, Antonio Aparecido. *Escolas de formação fé e política: um estudo teológico a partir do ensino social da igreja e da teologia latino-americana*. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). Documento final do VII, VIII e IX Encontro Nacional. Niterói, BH, Campinas, 1994, 1996, 1998.
- BARBOSA, F. D. *Semblante de Pioneiros Vultos da Colonização Italiana no RS*, Porto Alegre, Sulina, 1961.
- BARTH, Karl. *Introdução à Teologia Evangélica*, São Leopoldo, Sinodal, 1977.
- BENINCÁ, Elli. *O senso comum pedagógico: práxis e resistência*. Porto Alegre: UFRGS. 2002.
- BENINCÁ, Elli. *Educação-práxis e resignificação pedagógica*. Passo Fundo: UPF, Passim, 2010.
- BENINCÁ, Elli. CAIMI, Flávia (org.) *Formação de Professores: um diálogo entre a teoria e a prática*. Passo Fundo: UPF, Universitária, 2004.
- BEOZZO, O. J. *500 anos: Culturas oprimidas e Evangelização*. In: __ BEOZZO, O. J. Curso de Verão. ano 5. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 110-150.
- BEOZZO, Oscar, *Medellín: inspiração e raízes*. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/relat/202.htm>. Acessado em: 10/05/12.
- BETTO. Frei. *Diário de Puebla*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BETTO. Frei. *Oração, uma exigência (também) política*. In: __ Revistas Encontros com a civilização brasileira n. 42, 1980.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue. Guerrilha e morte de Carlos Marighella*: Rio de Janeiro. Rocco, 2006.
- BEZERRA, Aída e BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BIANCHETTI, I.; e FREIRE, I. M. *Um Olhar Sobre a Diferença*. São Paulo: Papirus, 2004.

BOFF, Clodovis. *Teologia e prática. Teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *A Originalidade Historicidade de Medellín*. Disponível em: www.sedos.org/spanish/boff.html. Acessado em: 05/11/2010.

BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOFF, L. e Boff, C. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Experimentar Deus. A transparência de todas as coisas*. Campinas: Verus, 2002.

_____. *Nova Evangelização: Perspectiva dos Oprimidos*. Fortaleza: Vozes, 1991.

_____. *Igreja: Carisma e Poder: Ensaio de eclesiologia militante*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Sempre fará sentido lutar por libertação*. Entrevista concedida em 2012 à Revista Instituto Humanitas - São Leopoldo: UNISINOS. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506511--leonardo-boff-sempre-fara-sentido-lutar-por-libertacao>. Acessado em: 05/11/2010.

_____. *Da Libertação. O sentido Teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Teologia do Cativo e da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *O Caminhar da Igreja Com os Oprimidos*. São Paulo: Vozes, 1988.

BOFF, Leonardo, Frei Betto. *A igreja mente, é corrupta, cruel e sem piedade*. Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev/, 1998.

BORAN, Jorge. *O senso crítico e o método ver-julgar-agir*. São Paulo: Loyola, 1977.

BRANDÃO, Carlos R. *Da educação fundamental ao fundamental da educação*. Revista a Serviço da Educação Básica. Suplemento I. Rio de Janeiro. Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 1997.

BRANDÃO, C. R. *Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BROSHUIS, I. *Sinal do Reino: Temas Fundamentais para uma Catequese Renovada*. Coleção Catequese Fundamental. v.5. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRJ, 1997.

BUFFA, E.; ARRYO, M.; NOSELLA, P. *Educação e Cidadania: Quem educa o Cidadão?* São Paulo: Cortez. 1987. CEDES, Campinas, v. 26, n. 70. set./dez., 2006.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Formação continuada de professores*. In: REALI, Maria Aline & MIZUKAMI, Maria da. *Formação de Professores: tendências atuais*. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petropolis: Vozes, 2000.

CÂMARA, Élder. *Documento de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste*. Boletim Arquidiocesano, órgão oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife, 1973.

CARRÍLLO, Afonso Torres. *LaEducación Popular-Trayectoria y Actualidad*. Editorial El Buho, 2008.

Cartilha nº04, *Jesus sua Terra, seu Povo, sua Proposta - Ação Católica Operária* – São Paulo: ACO, 1985.

CASADÁLIGA, Pedro. *Quando os dias me fazem pensar, memórias, ideário e compromissos*. São Paulo: Paulinas, 2007.

CELAM. Segunda Conferencia Geral do Episcopado Latino Americano: *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1984.

CELAM. Documento de Aparecida: texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. São Paulo: Paulinas, 2007.

COMBLIN, José. *Teologia da Enxada, Uma experiência da Igreja no Nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1977.

COMBLIN, José. *Teologia da Libertação, Teologia Neoconservadora e Teologia Liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CONCÍLIO VATICANO II. In___: *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 1966.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Leigos e participação na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1986.

MAINWARING. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DOCUMENTO Nº 38, CNBB. *Diretrizes gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 1987/1990*. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br>. Acessado em: 18/12/2011.

DUSSEL, E. *Método para uma Filosofia da Libertação*, São Paulo, Loyola, 1986.

DUSSEL, E. e outros. *Por um mundo diferente – Alternativas para o mercado global*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação na idade de globalização e exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUSSEL, E. *Filosofia da libertação na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, E. *Teologia da Libertação – Um panorama do seu desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DUSSEL, Enrique. *Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión*. Madrid: Trotta, 1998.

FABER, Marcos E.; SANTOS, Giovana; GOULART, Josiel. *Teologia da Libertação: Resistência Intelectual nos Anos de Chumbo*. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/teoliberta1.htm>. Acesso em: 06/01/2010.

Teologia da Libertação: Resistência Intelectual nos Anos de Chumbo. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/teoliberta1.htm>. Acesso em: 06/01/10.

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular; análise da prática pedagógica do MEB–Movimento de Educação de Base, 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.

FLEUIRI, Reinaldo et.al. *Sociedade Civil e Educação. Contexto e Educação*. Ijuí: UNIJUÍ, n. 38, abr/jun, 1995.

FÓRUM Social Mundial - *Um outro mundo é possível*. Programa Oficial. Porto Alegre, 25 jan, 2001.

FÓRUM Mundial de Educação. Disponível em: [Fhttp://www.forummundialeducacao.org/](http://www.forummundialeducacao.org/). Acessado em 12/11/2012.

FREIRE, Paulo. *A pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática Pedagógica*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. *Terceiro Mundo e teologia. Carta a um jovem teólogo*. IN TORRES, C (org). *Consciência e história: La Práxis educativa em Paulo Freire*. México: Ediciones Guernika, 1977.

_____. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Maria Cristina. *A religião segundo o Marxismo e a Teologia da Libertação*. São Paulo: EDICON, 2008.

GEBARA, I. *Teologia Feminista*. In BEOZZO, O. J. Curso de Verão. ano 5. São Paulo: Paulinas, 1991.

- GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GHISO, Marco et. al. *Pedagogia da Educação popular*. Contexto e Educação, Ijuí: UNIJUÍ, n. 23, jul/set, 1991.
- GONÇALVES, Pe. Dr. Paulo Sérgio Lopes. *Epistemologia e Método do Projeto Sistemático da teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GONZÁLES, Maria. *La Educación como Formación humana em José Martí*. In____: III Encuentro Internacional de Cátedra Martianas, Havana, 2009.
- GORGULHO, G.; BARROS, M.; SHWANTES, M.; FERRARO, B.; SILVA, A.A.; BOFF, L.; BOFF, C. Curso de Verão, São Paulo: Paulinas, 1988.
- GÖRGEN, Sérgio (Org) *Dom Orlando Dotti, Batalhador da causa da Justiça*. Porto Alegre: Midiagraf, 2003.
- GOTAY, Samuel. *O pensamento cristão revolucionário na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, A. *Seleção dos cadernos da cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2006. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?secao=360>. Acessado em 5 out.2011.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GROLLI, Dorilda. *Alteridade Feminina*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.
- GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural e diáspora*. In__ : Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HURTADO, Carlos; FRANCO, Maria. *Pedagogia da Educação popular e Políticas da Educação*. Contexto e Educação, Ijuí: UNIJUÍ, n. 26, abr/jun, 1992.
- JARDILINO, José. *Educação e Religião: leitura teológica da pedagogia de Paulo Freire na América Latina*. Revista Nures n 5 – Jan./Abr., 2007.
- Núcleo de Estudos Religião e Sociedade. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistanures>.
- JESUS, Rodrigo M; *Cristianismo Libertador*, São Paulo: Loyola, 2010.

João Paulo II Exortação *Christi fideles Laici* (CfL), 1988.

KLOPPENBURG, Boaventura (org.). *Concílio Vaticano II. v. V, Quarta Sessão*. Petrópolis: Vozes, 1966.

LESBAUPIN, Ivo. *Comunidades de Base e Mudança Social*. In____: AA.VV., Estudos de Política e Teoria Social”, PPGESS-UFRJ, vol. 2, n.º. 3, Praia Vermelha, 2000.

LIBÂNIO, J. B. *Eu creio- nós cremos. Tratado da fé*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Teologia da Libertação. Roteiro didático para um estudo*. São Paulo: Loyola, 1987.

LIBÂNIO, João Batista e MURAD, Afonso. *Introdução à teologia. Perfil, enfoques, tarefas*. São Paulo: Loyola, 1996.

LIBÂNIO, João Batista. *O que é pastoral..* São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros passos, 69

LÖWY, Michael. *Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.

MADURO, Otto. *Religião e Luta de Classes*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Materet Magistra, 50 anos: Os desafios do Ensino Social da Igreja hoje. Disponível em: www.ihuonline.unisinos.br/index.php?secao=360. Acessado em 05/07/2012.

McLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, K. *O Capital*. Livro 2. v. 3. São Paulo: Bertrande, 1987.

MEB, Conclusões. *1º Encontro Nacional de Coordenadores*. Recife, 1962.

MESTERS, Carlos. *Bíblia - Livro feito em mutirão*. São Paulo: Saulus, 2007.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96*. Brasília, 1996.

MORETTI, Cheron Zanini. *Educação Popular em José Martí e os movimentos indígenas de chipas: a insurgência como princípio educativo da pedagogia latino-americana*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade o Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

NÓVOA, Antonio. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NUSSBAUM, Martha C. *Sin fines de lucro. Porqué la democracia necesita de las humanidades*. Argentina: KATZ, 2010.

NUNES, Cely do Socorro Costa. Os sentidos da formação contínua de professores: o mundo do trabalho e a formação de professores no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PALUDO, Conceição. *Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

PAPE, G.; COMBLIN, J.; GORSKY, J.; MAIELLO, G.; GALILEA, S.; MARINS, J. *A Missão a Partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1983.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. *O que é empoderamento (Empowerment)* In__: Sapiencia-Informativo científico da FAPEPI. Terezina. Nº 8, ano III, 2006.

PUCCI, Bruno. *A nova práxis educacional da Igreja*, São Paulo: Paulinas, 1984.

SOUSA Suely P.; PEREIRA J. B. *A igreja católica e as organizações e movimentos sociais na diocese de Ipameri (GO): partilhando utopias*. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010 - ISSN 1983-2850 Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>.

RAUNU, Jukka. *Teologia da história – última Realidade – ortopráxis*. Nota sobre a filosofia na Teologia Da Libertação–*Teocomunicação*, Porto Alegre, v.38, n.160, p.200-209, maio/ago, 2008.

RICHARD, Pablo. *Lectura popular de la biblia en América latina, Hermenéutica de la liberación: R I B L A - Revista de interpretacion bíblica latinoamericana - 1, 1988.*

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós Modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Para uma pedagogia do conflito*. In__: SILVA, Luiz Heron et al (org.). *Novos mapas culturais novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

_____. *Fórum Social Mundial: Manual de uso*. Madison, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf>. Acessado em: 23/12/2012.

SARANYANA, J. I.. *Cem anos de teologia na América latina (1899-2001)*. Coleção Quinta Conferência. São Paulo: Paulinas, 2005.

SCHAAF, Alie Van Der. *Agricultoras organizadas jamais serão pisadas; a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SEGUNDO, J. L. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré*. São Paulo: Paulus, 1997.

SEGUNDO, Juan Luis *,Libertação da Teologia*.São Paulo: Loyola, 1978.

SEMERARO, Giovanni. Petrópolis: Vozes, 2000.

SEMERARO, G. *Intelectuais “orgânicos” em tempos de Pós-modernidade*. Cad. Cedes, Campinas, vol.26, n.70, p.373-391, set./dez, 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 24 de nov. de 2012.

SENRA, A. de O. *Propostas Educacionais da Igreja Católica sob o Neoliberalismo*. In___: Neves,L. M. M.(org.) *Educação e Política no Limiar do Século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000.

SIMIONATTO, I. *A Influência do Pensamento de Gramsci no Serviço Social Brasileiro*. Belém: Trilhas. v. 2, n. 1, 2001.

SCIARRETTA, Massimo. *O pensamento de Gramsci e a Teologia da Libertação: diálogos para a construção de “um outro mundo possível.”* 2011. Disponível em <http://www.gramscieamodernidade.org/>

SOARES, M. *Linguagem e Escola: Uma perspectiva Social*. São Paulo: Ática. 2005.

SOBRINO, J. *A Fé em Jesus Cristo: ensaio a partir das vítimas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOBRINO, J. *Espiritualidade da Libertação. Estrutura e conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1992.

SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador. I - A História de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOBRINO, J. *Ressurreição da verdadeira Igreja*. São Paulo: Loyola, 1983.

SOUZA, J. F. *Perspectivas da educação popular na década de 90*. n. 56, ano 11, out./dez. Brasília, 1992.

SOUZA, Ana Inês. *Relação entre educação popular e movimentos sociais na perspectiva de militantes-educadores de Curitiba. Um balanço das décadas de 1980 e 1990 e os desafios da realidade atual*. Dissertação de Mestrado em Educação e Trabalho. Curitiba: UFPR, 2003.

STRECK, Danilo. *A educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas?* Rev. Bras. Educ. v.11 n 32 Rio de Janeiro: mai/ago, 2006.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

THIERRY, L. *Ibrades e a formação social e política* entrevista concedida, em 2010 à Revista Instituto Humanitas- São Leopoldo: UNISINOS. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3382&secao=337.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, I. P. *Caminhos da profissionalização do magistério*. Campinas: Papellivros, 1998.

VELOSO, Mariza. *Dossiê Pensamento Social Brasileiro e Latino americano: José Martí: modernidade e utopia*; Soc. estado. vol.26 no.2 Brasília mai/ago 2011. Disponível em: [dhttp://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000200008](http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922011000200008).

VIGIL, José M. *É necessário que a teologia saia à praça pública. As possibilidades são imensas*, em entrevista à IHU On-Line. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=808&secao=214.

WANDERLEY, L. E. W. *Notas Sobre Educação Popular*. In__ :BEOZZO, O. J. Curso de Verão. ano 4. São Paulo: Paulinas, 1990.

WOLFART Graziela e Márcia Junges, *Ibrades e a formação social e política*. ano X 02.08.2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3382&secao=337&limitstart=1.

ZIMMERMANN, Roque. *A América Latina, o não ser: Uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel*. São Paulo: Vozes, 1986.

Fontes

ATA da Câmara Municipal de Vereadores de Vacaria, RS, n. 44/2010 de 22 de junho de 2010.

DOCUMENTO DIOCESANO. Registros da Diocese de Nossa Senhora de Oliveira. Vacaria, Rio Grande do Sul, 1985- 2010.

HENRICKS, Renato. Homenagem rejeitada. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 26 setembro de 2001, p. 23.

INDIGNAÇÃO, revolta, apoio, solidariedade. *Novos Caminhos: Diocese Nossa senhora da Oliveira*, out. e nov. n. 172, 2001, p. 01.

RODEIO de Vacaria pode ficar sem missa crioula. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 17 de nov. 1987, p. 24.

UDR implanta núcleo em Vacaria e faz fortes críticas à igreja. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 5 nov.1987, p. 12.

Entrevistas

BOENO, Isabel da Silva. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, 03 abr. de 2012.

BONÊS, Gessi Terezinha. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, 25 abr. de 2012.

DAMIAN, Dom Édson. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, mar. 2012.

DAMIANI, Maria de Lurdes Fortuna. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, jul. 2012.

DOTTI, Dom Orlando. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, em mar./abr./out. 2012.

FRACASSO, Vera Lucia. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, 14 out. 2012.

MICHELIN, Genoveva Maria. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, 23 mar. 2012.

PANISSON, Valdecir. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, 03 abr. 2012.

PÉRTILE, Ademir Antonio. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, 2012.

PRANDO, Celso. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, out. 2012.

PRESSENDO, Cláudio Antônio. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, em jul. 2012.

PRIAMO, Édson José. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, em mai. 2012.

SILVA, José Antônio Souza. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, em jul. 2012.

TESSAROb, Leo. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, 03 abr. 2012.

TESSAROc, Luigi. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, 05 abr. 2012.

TESSAROa, Márcia Salete Zapparoli. Entrevista concedida a Cláudia Adriana Zamboni Rossi, 3 abr. 2012.

R831p Rossi, Cláudia Adriana Zamboni

Política de formação continuada : um estudo da escola de agentes leigos de Vacaria/RS (1986-1995) / Cláudia Adriana Zamboni Rossi. – 2013.

117 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2013.

Orientação: Prof. Dr. Telmo Marcon.

1. Educação popular – Vacaria (RS). 2. Teologia pastoral. 3. Professores – Formação. 4. Teologia da libertação.
I. Marcon, Telmo, orientador. II. Título.

CDU: 374.7